

---

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**MESTRADO EM SOCIOLOGIA**

**PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E PRODUTIVA:**  
**Estudo das Relações de Gênero no**  
**Assentamento Moacir Wanderley - Quissamã (SE)**

**MÔNICA CRISTINA SILVA SANTANA**

---

**CAMPINA GRANDE - PB**

**1997**

MÔNICA CRISTINA SILVA SANTANA

PARTICIPAÇÃO E POLÍTICA PRODUTIVA:

Estudo das Relações de Gênero no Assentamento Moaccir Wanderley -  
Quissamã (SE)

Dissertação apresentada no curso de  
Mestrado na Universidade Federal da  
Paraíba em cumprimento às  
exigências para obtenção do Grau de  
Mestre.

Área de Concentração: Sociologia  
Rural.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Maria Cristina de Melo Marin

Campina Grande - PB

1997

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

PARTICIPAÇÃO PRODUTIVA E POLÍTICA:  
Estudo das Relações de Gênero no Assentamento Moacir Wanderley -  
Quissamã (SE)

Mônica Cristina Silva Santana

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Maria Cristina de Melo Marin

COMISSÃO EXAMINADORA:

---

---

---

---

DIGITALIZAÇÃO:  
SISTEMOTECA - UFCG

Campina Grande, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 1997

**A meus pais e irmãos**

**A Lúriston Pinheiro**

## AGRADECIMENTOS

A realização desta dissertação só foi possível graças a colaboração de várias pessoas, que estiveram ao meu lado durante essa caminhada.

A Maria Cristina de Melo Marin, que soube ser orientadora, amiga e psicoterapeuta em todos os momentos.

A colega Neuzice Andrade que me introduziu a problemática da Reforma Agrária e aos demais colegas: Veronaldo S. Oliveira, Marlene Alves, Tereza Cristina Z. Tanezini, Gismário Nobre e Givaldo H. Dantas, que me acolheram na equipe e sempre colaboraram nas discussões sócio-político e econômicas no Assentamento Quissamã.

Aos assentados no Quissamã, atores e atrizes fundamentais na concepção desta dissertação.

A Marcos, Cleide, Rita, Leninha e Riso pela colaboração na transcrição e digitação de algumas entrevistas.

A Adelaide, colega e “Miss Sem-Terra” pela força constante durante a caminhada nesse mestrado.

À amiga Fátima que procurou me oferecer as condições necessárias para que o meu tempo fosse somente dedicado a esta dissertação.

A Arlete, mais uma mãe, que sempre me incentivou a buscar novas conquistas.

A todos os professores do mestrado e um obrigado especial a Ghislaine Duqué.

A Ruy pela “co-autoria” na digitação.

Aos sempre solícitos funcionários do mestrado, João e Vera, pela constante colaboração e carinho em todos os momentos desse longo caminho.

Meus sinceros agradecimentos a todos que contribuíram direta ou indiretamente para a concretização desta dissertação.

***Eu gosto de ver as coisas crescer, eu sinto assim uma felicidade, porque quando a gente vê as coisas crescer a gente cresce também, né, mulher? A gente cresce assim, é com trabalho, é trabalhando. (Rosa)***

## SUMÁRIO

**RESUMO**

**RESUME**

**APRESENTAÇÃO**

**INTRODUÇÃO.....01**

**CAPÍTULO I - METODOLOGIA E TÉCNICAS DE PESQUISA....07**

1.1. A opção pela Pesquisa-Ação.....08

1.2. Primeiros contatos com o grupo.....12

1.3. A fala dos assentados: as entrevistas.....20

1.4. Os entrevistados.....26

**CAPÍTULO II - O QUISSAMÃ E SEU COTIDIANO.....34**

2.1. Histórico do Assentamento Moacir Wanderley - Quissamã.....34

2.2. Descrição da área e das instalações.....38

2.3. O Cotidiano dos Assentado.....40

2.3.1. O Trabalho: “todo dia é a mesma coisa”.....43

2.3.2. A Participação Política.....55

**CAPÍTULO III - PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E RELAÇÕES DE  
GÊNERO.....64**

3.1. Os “Bons Tempos” do acampamento.....65

3.2. Assentamento hoje.....73

3.2.1. Relações políticas entre os assentados, a associação e o MST...79

3.2.2. A participação feminina na ACAQ e no MST.....84



## RESUMO

Este estudo analisa a participação política e as relações de trabalho no interior do assentamento Moacir Wanderley - Quissamã (SE), através da abordagem de gênero sobre as práticas cotidianas nessas duas esferas de atuação.

Através do gênero revelo como se dá a participação dos assentados nas etapas anterior e posterior à posse da terra. No período de ocupação, todo o comportamento é regido pelo interesse coletivo da luta pela terra e não há hierarquia entre os sexos. Após o assentamento, há uma acomodação aos papéis sociais tradicionais e os homens detêm a coordenação do poder político e das instâncias de decisão. As assentadas que trabalham nos setores de produção coletiva, no entanto, tem participação ativa e são consideradas agentes políticos atuantes.

Esta dissertação enfoca ainda o trabalho nos setores coletivos e no roçado individual sob a perspectiva de gênero. Só adquire o status de trabalho aquele que são efetuados - seja por homens e mulheres - nos setores de produção coletiva e nos roçados individuais somente quando executados pelos homens, a participação das mulheres é vista como “ajuda” e os afazeres domésticos faz parte do “não trabalho”.

A realização desta pesquisa foi centrada nos encontros e entrevistas com os assentados. Foi utilizada como método a pesquisa-ação que propiciou uma interação ampla e “aberta” para a troca de experiências e vivências com os novos atores sociais. A partir da análise do cotidiano do Quissamã e das relações sociais entre seus habitantes pude entender a conjugação dos gêneros numa nova proposta de agrupamento social.

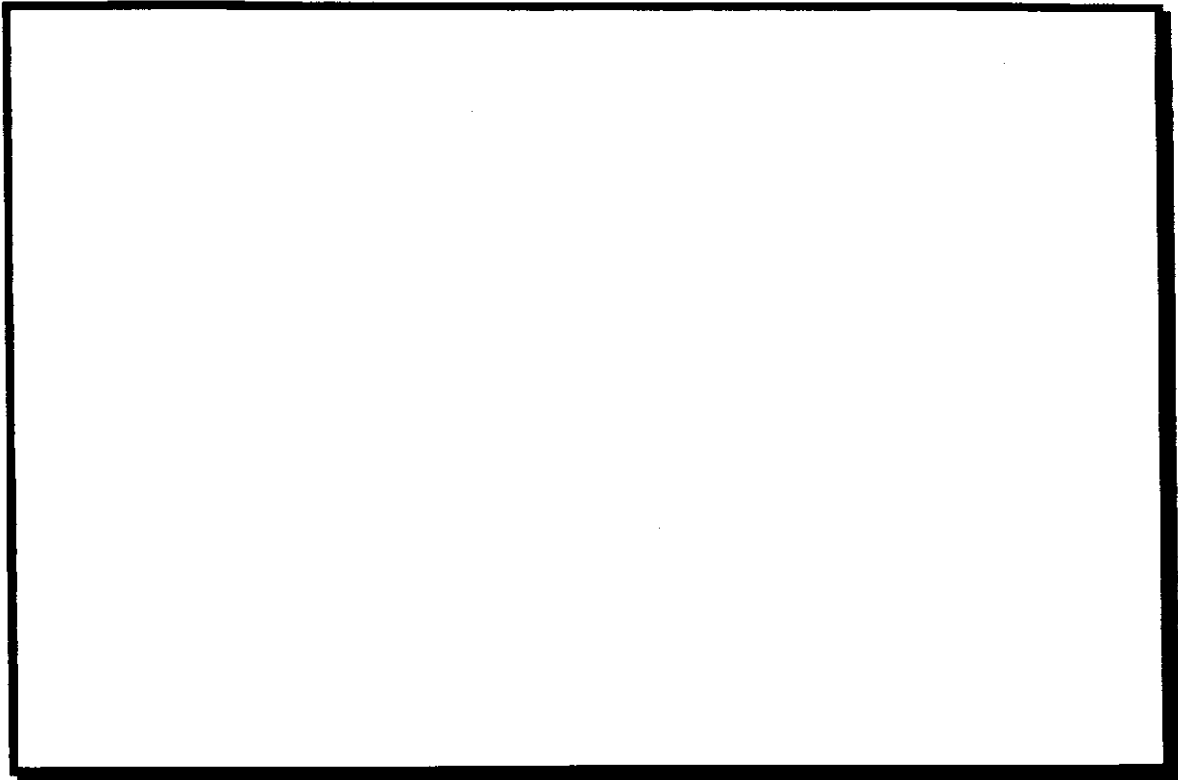
## RESUME

Dans cette étude, nous partons de la catégorie "relations de genre" pour analyser le travail et la participation politique des paysans réinstallés dans l'"assentamento" (local bénéficié par la réforme agraire) Moacir Wanderley - Quissamã (Sergipe).

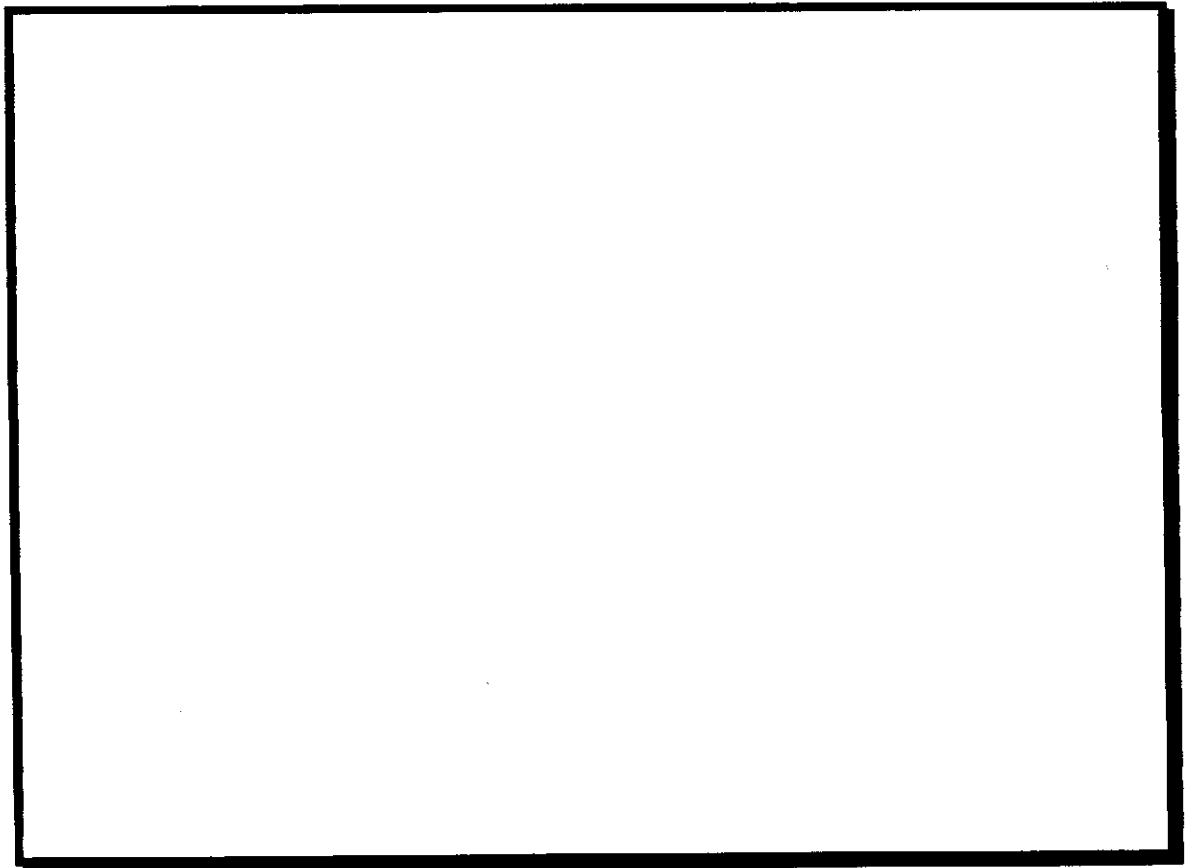
Notre option méthodologique étant la recherche-action, nous avons observé comment la division sexuelle du travail établit une hiérarchie productive ayant comme principale conséquence l'"invisibilité" du travail féminin. Seule est valorisée et formellement rémunérée la main d'oeuvre du petit groupe d'"assentados" participant de la production agricole collective - considérée du domaine masculin. La grande majorité des femmes, chargées d'une double journée de travail, accumulant les tâches domestiques et le travail agricole dans le champ individuel, ne voient pas leurs activités reconnues comme travail, mais à peine comme "aide". Même les activités des femmes qui partent d'autres secteurs productifs, comme l'élevage et l'aviculture, ne sont vues que comme typiques de la sphère domestique.

Du point de vue de la participation politique, sous l'angle du genre, les relations de coopération et égalité qui caractérisaient la période du campement (précédant l'"assentamento") sont aujourd'hui substituées par un pouvoir de décision concentré dans la direction de l'association et dirigeants du MST (Mouvement des Sans Terre). Dans le petit groupe des "assentados" politiquement actifs, seules les femmes travaillant dans le secteur productif agricole voient leur participation bien acceptée dans la sphère politique, du domaine essentiellement masculin.

<b>CAPÍTULO IV - RELAÇÕES DE GÊNERO E TRABALHO NO</b>	
<b>QUISSAMÃ.....</b>	<b>90</b>
4.1. Gênero e (di)visão do trabalho na casa e no roçado familiar.....	95
4.2. Gênero e (re)visão do trabalho nos setores coletivos.....	104
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>113</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>116</b>
<b>ANEXOS</b>	



## INTRODUÇÃO



## INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo central lançar um olhar analítico sobre a forma como as relações de gênero se articulam no interior de um assentamento nas esferas do trabalho e da participação política. Estas duas áreas de atuação são cenários decisivos para o entendimento e a crítica de como novos atores-sociais reordenam seus antigos padrões culturais, agora mediatizados por uma “nova” proposta de convivência comunitária, a de coletivização dos modos de produção agrícola. As área escolhida foi o assentamento Moacir Wanderley - Quissamã, situado no estado de Sergipe.

No novo contexto histórico, grupos familiares, heterogêneos, de origens múltiplas, de motivações díspares e expectativas às vezes contraditórias entre si, se aglutinam sob a égide de um sonho: a viabilização sócio-econômica da terra, destinada ao seu sustento.

Falar de assentamento rural carece de uma contextualização histórica. Definido por BERGAMASCO e NORDER (1996:7) como uma nova unidade de produção agrícola criada por “*políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício dos trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra*”, o assentamento rural delimita um território simbólico aonde homens e mulheres lutam - juntos ou separadamente em suas demandas específicas - pela ampliação de seus espaços de cidadania. Neste sentido, os assentamentos, mesmo sem uma efetiva alteração da estrutura fundiária e agrícola do país, são verdadeiros marcos no avanço de uma política social para o homem do campo. Vale aqui ressaltar que apesar desta iniciativa ser pouco mais que uma tentativa de

resolver conflitos sociais cada vez mais emergentes, o assentamento rural possui um valor estratégico na medida em que remete à urgência de uma reforma agrária como resposta para a questão fundiária.

Não cabe no âmbito deste trabalho relatar minuciosamente a história da luta pela terra, problemática cada vez mais recorrente nos últimos anos. Situarei meu enfoque no final dos anos 70 e início dos anos 80, em pleno processo de abertura política, quando da organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no sul do país. Ele reunia famílias de trabalhadores rurais recém-expropriados da terra, para a reivindicação organizada de terra para seus próprios cultivos. Rapidamente esse movimento foi incorporando famílias urbanas de segunda ou terceira geração que, não encontrando trabalho regular na cidade, se dispunham a “voltar para a terra”. Por ocasião do início dos debates do Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA, no Governo de transição de 1985, esse movimento já estava consolidado a nível nacional. O PNRA não teve “condições políticas” de ser implantado e o MST continuou crescendo e se radicalizando politicamente.

Os recém formados assentamentos, frutos de um árduo período de luta pela posse da terra, dão vez a uma nova etapa que é conhecida como “*movimento dos assentados*”: que se dá a partir da contínua reivindicação de condições mínimas para a auto-suficiência dos seus setores produtivos. Este processo recente de desapropriação/assentamento acabou dando lugar a uma espécie de segmento de pequenos produtores relacionados com o Estado de uma maneira que os singulariza diante de outras categorias de pequenos agricultores.

A partir de então e por todos os governos, de José Sarney a Fernando Henrique Cardoso, os assentados vêm se deparando com as inúmeras dificuldades de se garantir a viabilidade sócio-econômica de suas atividades devido à precária infra-estrutura social (saúde, educação, moradia) e produtiva (energia elétrica, equipamentos, crédito bancário e financiamentos).

A busca de alternativas de organização social para a produção de alimentos vão das práticas de subsistência alimentar da família até a formação de cooperativas agropecuária. Com isso os assentados tentam superar a situação de exclusão social e se afirmarem como modelo, ainda que preliminar, de uma nova ordem social no campo.

No bojo destas novas formas de organização no campo, as relações sociais cotidianas também são reavaliadas e alteradas. Alguns dos formatos de convivência comunitária pretendem no nível ideológico “*modificar a historicidade e o sistema de relações de poder*” (Ilse SCHERER-WARREN, 1993:68).

Da interação de padrões culturais arcaicos com novos valores culturais surgem a expressão de novos atores sociais preocupados com um dado projeto de transformação do seu meio social, assim como tornam-se mais evidentes as contradições e a herança conservadora das relações de paternalismo e dominação no campo. Um destes aspectos, resultante do entre-choque de mentalidades modernas e tradicionais, será visto neste trabalho na forma da abordagem de gênero aplicada às esferas produtivas e política do assentamento. Este enfoque é relativamente recente para a análise das relações entre os novos atores sociais oriundos do movimento dos sem-terra. De fato, JELIN (1987:11) observa que “*a temática dos*

*movimentos sociais praticamente não identifica o gênero de seus participantes nem se pergunta sobre o caráter que o gênero imprime à participação, às práticas coletivas, aos sentidos da ação”.*

O gênero, como instrumento teórico de análise tem sido usado desde 1970 para tratar a questão da diferença sexual. Difundido a partir dos estudos feministas, desde então tem sido uma abordagem fundamental para rejeitar o determinismo biológico implícito na identidade sexual ou na “diferença” entre os sexos. Sexo é uma designação biológica, inata, delimitada na forma física do corpo e nas funções de procriação da espécie. As diferenças entre os sexos não justificam a adoção de modelos de relações sociais que implicam na subordinação de um sexo a outro. A divisão sexual do trabalho historicamente resultou na construção sócio-cultural de se alocar o sexo masculino prioritariamente na esfera da produção social de bens e o sexo feminino prioritariamente na reprodução social da força de trabalho, baseada simplesmente no fato de que cabe à mulher uma maior atividade biológica no processo de gestação de um novo ser. O processo de legitimação desta “diferença” vem de muito antes, quando da hierarquização universal fundamentada numa “*assimetria*” natural entre os dois sexos, que atribui qualidades específicas a homens e mulheres como condições ligadas à sua “natureza”. O gênero revela a identidade socialmente estabelecida da natureza sexual.

Por seu caráter relacional, isto é, definir-se um em relação ao outro, o gênero é um conceito adequado para analisar as relações sociais entre homens e mulheres no assentamento. No Capítulo IV, as relações de trabalho nos setores produtivos e no roçado individual são vistas sob a ótica do gênero. Observa-se como a percepção do que é “trabalho” depende do



papel que a tarefa ocupa na escala de produção agropecuária e se gera alimentos ou alguma remuneração para o assentado. Outro elemento de qualificação do que é ou não “trabalho” liga-se à adequação da atividade com a “natureza” masculina ou feminina. Se o afazer diz respeito à vida doméstica não é “trabalho”, mas apenas uma “ajuda”. São discutidas nesse contextos a “invisibilidade” do trabalho feminino e a sua subordinação a critérios que acabam por excluir as assentadas de atividades que poderiam muito bem desempenhar.

No Capítulo III, o enfoque de gênero debruça-se sobre as relações de poder, as instâncias decisórias do assentamento e como se articulam as lideranças com os demais assentados. É o capítulo que trata da participação política dos assentados em todo o processo de luta pela posse até a viabilização do assentamento. Na condição de sem-terra, essa participação política é um dever moral de todos os envolvidos. Por isso a ativa presença de quase todos no estabelecimento de formas legítimas de pressão sobre os governos, a fim de se exercer de modo incontestado a influência necessária sobre as políticas, a opinião pública e sobre as esferas de decisão.

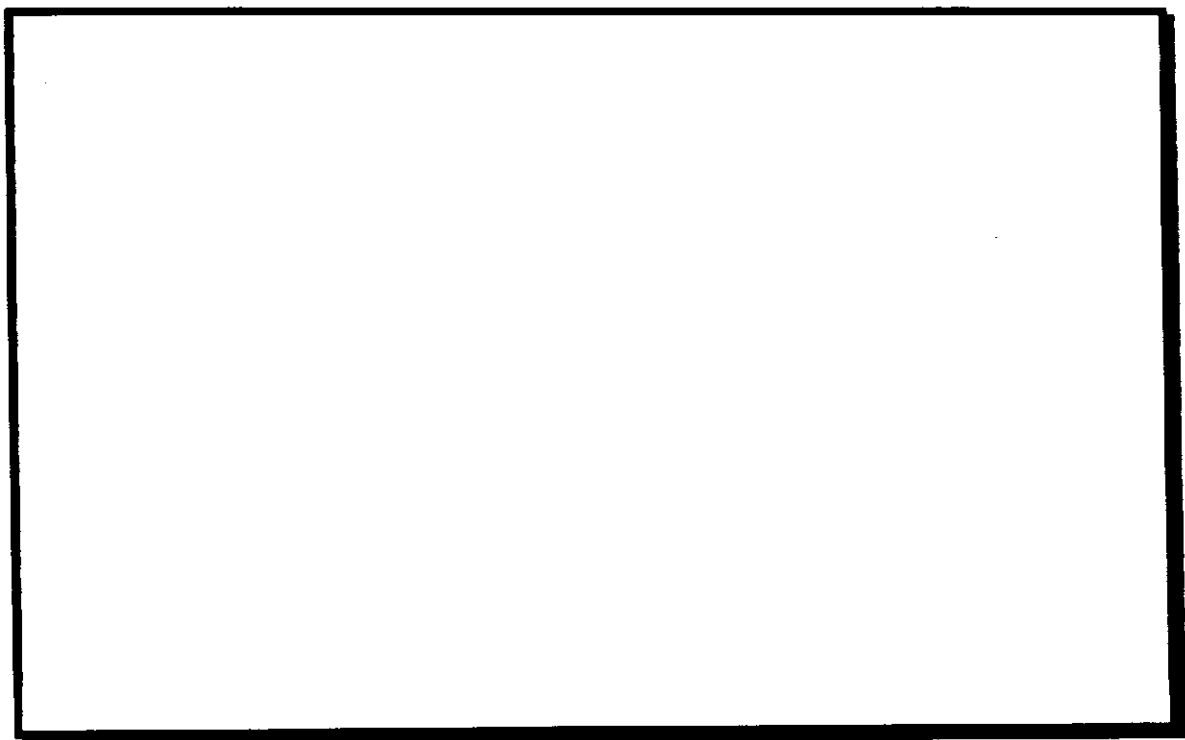
Pode-se constatar também como o período de ocupação e resistência são marcados pela intensa participação de todos. É o fenômeno da “homogeneização”, em que há uma paridade na divisão de tarefas não cabendo a nenhum dos sexos alguma ascendência hierárquica.

Após o período de assentamentos, há uma nova ordenação política em que os papéis sociais mais tradicionais voltam a predominar. A esfera política volta a ser considerada espaço masculino de atuação. As mulheres assentadas retomam o seu “apoliticismo” político e apenas aquelas

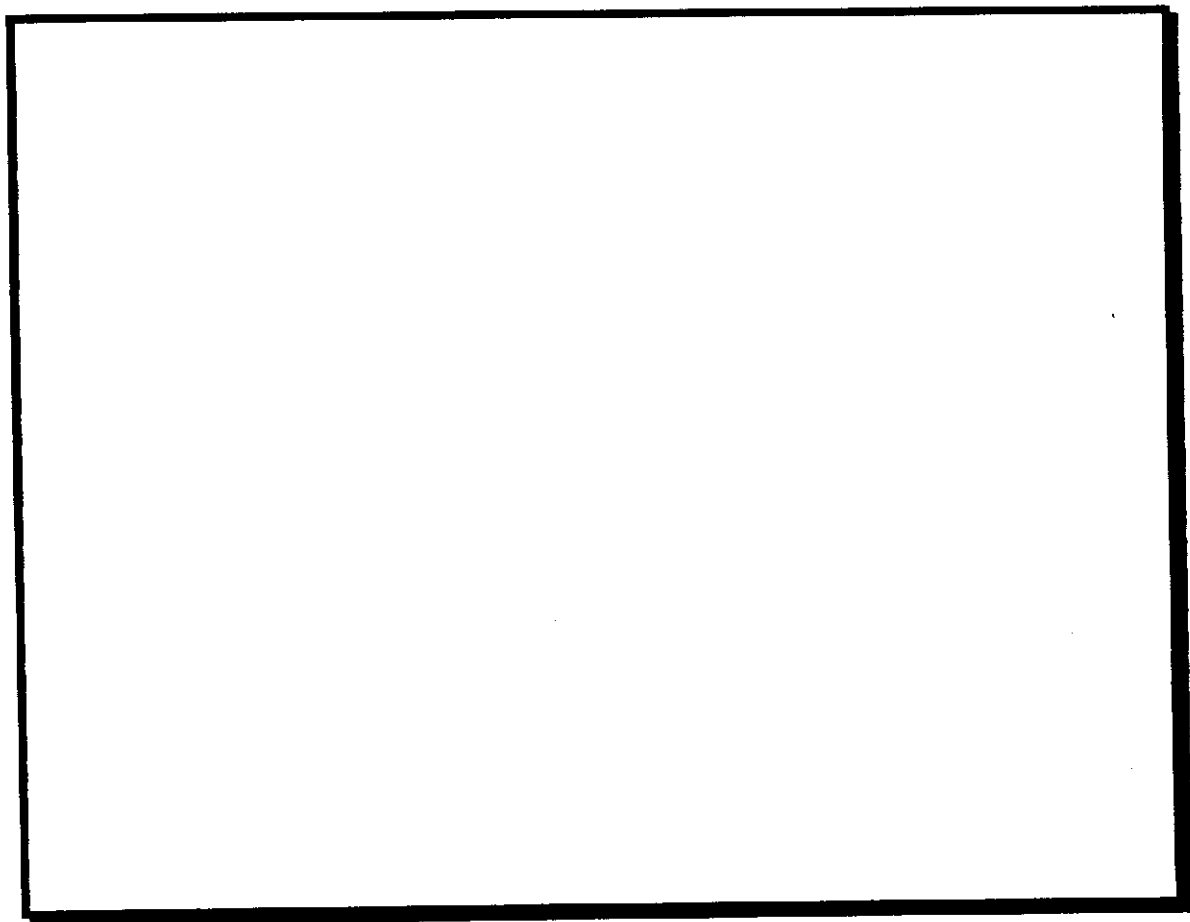
que trabalham nos setores produtivos “masculinos” detém a chance de participar e intervir nas reuniões da associação. A formação da associação dos assentados, liderada por militantes do MST cumpre o papel de cuidar do encaminhamento político e do verniz ideológico de inspiração socialista do sistema produtivo, coletivista. A relação entre os assentados, a associação e o MST é vista em suas peculiaridades e contradições. Longe de ser uma unanimidade, as lideranças exercem, na visão de alguns assentados, o papel de verdadeiros “patrões”.

Para a execução deste estudo foi adotada no início a pesquisa-ação, descrita no Capítulo I, com a finalidade de preservar o seu caráter participativo e “aberto”. Este método é particularmente adequado para o estudo de temas como o da dissertação em questão. A partir dele se estabelece uma troca de experiências e conhecimentos. Esta interação se aprofunda com a utilização da entrevista como mais uma técnica de pesquisa para que eu pudesse melhor entender a realidade vivida pelos assentados. A partir deste contato diário, houve uma verdadeira imersão no cotidiano do assentamento. A partir dele pude perceber a real dimensão deste verdadeiro organismo social. O olhar privilegiado sobre essa trama de relações sociais dá acesso ao ritmo de trabalho e à sua distribuição do tempo, além das constantes reuniões e assembléias onde são encaminhadas as decisões que regem o assentamento. O cotidiano dos assentados é descrito no Capítulo II, onde são expostos os seus principais traços culturais e a divisão do tempo basicamente dedicado ao trabalho e ao fazer político.

Esta dissertação irá nos próximos capítulos desvendar as características e as excentricidades que o trabalho e a participação política num assentamento podem revelar quando olhados pelo prisma do gênero.



## CAPÍTULO I



## METODOLOGIA E TÉCNICAS DE PESQUISA

No início de agosto de 1994, a convite da direção estadual do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), seis professores da Universidade Federal de Sergipe (UFS) - dois agrônomos (Gismário F. Nobre e Givaldo H. Dantas), uma socióloga (Neurizce Andrade), duas assistentes sociais (Tereza Cristina Z. Tanezine e Marlene Alves) e um veterinário (Veronaldo S. Oliveira) - iniciaram um estudo multidisciplinar sobre a viabilidade socioeconômica em áreas de assentamentos rurais no Estado de Sergipe.

A equipe começou seus trabalhos tendo como ponto de partida o assentamento Moacir Wanderley - Quissamã, considerado como modelo pelo fato dos assentados organizarem coletivamente a produção agropecuária desde o seu início. Esta escolha sempre foi vista pelas lideranças do movimento como a forma mais adequada de se evitar alguns problemas para o bom andamento do assentamento tais como a diferenciação social interna, o fracionamento em pequenos lotes de área cultivável e a venda posterior das pequenas propriedades individuais. O modo de produção coletivo ainda tornaria mais fácil a comercialização dos produtos cultivados em escala e o acesso a financiamentos e aquisição de insumos agrícolas.

A adoção específica deste modelo, tornou o Quissamã uma referência dentre os demais assentamentos do Estado. O que predominava no interior do Quissamã, no entanto, era um “modelo de produção artesanal” (ZAMBERLAM, 1994: 273), com baixa produtividade, diversificada e sem

especialização, voltada basicamente para a auto-sustentação das famílias assentadas. Não havia planejamento da produção. Os critérios adotados para o plantio seguiam as “leis da natureza” e a tradição.

Além disso, os assentados careciam de estudos prévios que norteassem a elaboração de projetos para financiamentos e programas de investimento. Esta situação era agravada por nunca terem sido feitas análises das condições gerais do solo, do clima, nem das vocações de consumo do mercado local.

### 1.1. A opção pela Pesquisa - Ação

Num primeiro momento, os assentados e membros do grupo de estudo mantiveram contatos preliminares, enquanto prosseguiam as discussões internas entre os acadêmicos, para a escolha da metodologia de trabalho a ser empregada, a partir de suas práticas de pesquisa.

O primeiro aspecto que os professores consideravam era a crítica à adoção de um modelo rígido de pesquisa, que colocasse a ciência como uma verdade absoluta, levando a uma visão reducionista e estática da realidade. Nesse sentido, a realidade não seria algo parado mas uma relação dinâmica entre objetividade e subjetividade, não reduzindo o assentamento a um mero objeto de pesquisa.

O método a ser escolhido deveria levar em conta aqueles novos atores como co-participantes do processo de aproximação e abordagem do cotidiano daquela recém-criada comunidade rural. O conhecimento dessa

realidade adviria do próprio exercício da pesquisa enquanto produção interativa de saber no interior do assentamento.

A proximidade aos assentados e as vivências partilhadas dariam ao grupo de estudo a imersão participativa nas ações, expectativas e modos de vida dos interessados.

Sabemos que o conhecimento social consiste em aproximações sucessivas relacionadas com perspectivas de mudança ou de transformações. Além disso, envolve pressupostos teóricos e práticos que variam segundo os interessados sócio-políticos colocados no ato de conhecer.

Na busca de uma metodologia para o desenvolvimento destes estudos, o grupo levou em conta algumas características que eram específicas à situação. Uma delas, a desigualdade entre os saberes dos acadêmicos e dos assentados, era apenas uma aparente limitação que deveria ser superada e revertida positivamente na forma de uma intensa troca de conhecimentos, percepções e abordagens da realidade do assentamento. Teríamos, assim, ao longo de todo o processo de pesquisa, um conhecimento gerado e elaborado através da dinâmica de captação e divulgação das informações, da ampla circulação de idéias e opiniões entre os professores da UFS e os trabalhadores rurais do Quissamã. E tudo a ser feito de um modo integrado às práticas sócio-culturais dos assentados.

Outro fator a ser considerado na escolha da metodologia era o fato de que a partir dos dados colhidos não se teria a apresentação de um resultado final único e irredutível, proposto à revelia dos maiores interessados. Por sua própria natureza interativa, baseada nas trocas simbólicas e no livre trânsito de informações, este estudo teria seus resultados sujeitos a realizações constantes ao longo de suas etapas.

Marlene - que já havia utilizado a pesquisa-ação nos seus estudos sobre educação de adultos - sugeriu a sua adoção como forma participativa de abordagem. A colocação da proposta em discussão contou com a imediata aprovação e endosso de Tereza Cristina que também já aplicara esta metodologia em suas pesquisas sobre nutrição no interior da Bahia. Todos, ao final, concordaram que pela necessidade de participação dos assentados em torno de um projeto de mobilização socioeconômica, e portanto, centrado na ação de seus interessados, a pesquisa-ação seria uma escolha adequada para as formas de discussão e intervenção a que estaríamos todos sujeitos nesta investigação. A sua adoção ainda conciliaria um outro aspecto, a multidisciplinaridade da equipe, incorporando as várias questões do agir (THIOLLENT, 1987:83) dentro do encaminhamento da pesquisa, sem prejuízo de sua cientificidade. Trabalharíamos, assim, com as múltiplas facetas da informação acima traduzida pelos novos atores sociais. Assim, a opção pela pesquisa-ação tem a finalidade de preservar o caráter participativo, multidisciplinar e “aberto” do estudo.

Inserida num movimento ou prática social, a pesquisa ação como dispositivo metodológico mais ativo pode conviver com outras formas de pesquisa, não se constituindo na única linha nem substituindo as demais. Nela busca-se através da argumentação a forma típica de raciocínio como colocação de “problemas”, “explicações” ou “soluções”, “deliberações” e “avaliações” (THIOLLENT, 1985).

Thiollent coloca a pesquisa-ação como via de melhor adequar a pesquisa aos temas e problemas identificados no meio do povo, com a possibilidade de utilização dos resultados no âmbito social que os gerou. Por

outro lado, a pesquisa-ação pode ser vista como uma proposta articulada dentro de uma ampla visão da ação e da interação social (THIOLLENT, 1982:95).

Thiollent aponta como objetivos da pesquisa-ação:

*a) o objetivo prático: contribui para o melhor equacionamento possível do problema considerado como central na pesquisa, com levantamento de soluções e propostas de ações correspondentes às soluções para auxiliar o agente (ou ator) na sua atividade transformadora da situação (...); b) Objetivo de conhecimento: obter informações que seriam de difícil acesso por meio de outros procedimentos, aumentar nosso conhecimento de determinadas situações. (THIOLLENT, 1985:18).*

A pesquisa-ação se opõe à passividade dos respondentes, os quais são convidados a descrever o que conhecem a partir de suas experiências de vida, a participarem da elucidação dos problemas e a tomarem a iniciativa da escolha dos temas.

O critério da não-neutralidade é explícito na medida em que os investigadores adotam uma atitude de premeditada “inserção” e “participação” no próprio campo de investigação. Isso, conforme já foi dito, não deve resultar numa “adesão” a um saber ou a uma proposta, sujeitos a manipulações de caráter ideológico que comprometam o estatuto científico da pesquisa.

Desde o início do estudo foram organizados vários seminários - em média um por mês - e diversas reuniões com a participação de



assentados e técnicos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e da Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (EMDAGRO), que dariam assessoria na avaliação dos problemas. Os temas em geral discutiam as expectativas dos assentados diante da proposta de trabalho coletivo (na agricultura, pecuária e avicultura) e trabalho individual (nos roçados). Também eram debatidas as formas de participação da comunidade nos processos decisórios do assentamento, bem como o modelo de administração da Associação de Cooperação Agrícola Quissamã (ACAQ), responsável pelo gerenciamento da produção e distribuição da produção agro-pecuária.

O objetivo era, através das discussões, gerar uma troca de saberes que seriam aplicadas nas soluções dos problemas de um modo transformador, estimulando os assentados a repensarem a sua própria realidade.

## 1.2. Primeiros contatos com o grupo

Através da socióloga Neuzice Andrade, fui informada sobre o estudo que a equipe tinha iniciado e manifestei interesse em saber um pouco mais do processo. No dia sete de novembro de 1994, participei pela primeira vez de uma reunião com a equipe de pesquisa e já no dia dez fui com alguns colegas conhecer o Quissamã.

A presença de várias reses e a posição de um curral próximo à entrada me deu a impressão de que chegávamos a uma típica fazenda de

gado. A diferença era a grande placa posta pelo INCRA informando que estávamos no Projeto de Assentamento Moacir Wanderley - O Quissamã. Nesse primeiro contato, fui apresentada ao Presidente da ACAQ Selmiro - e a alguns assentados que na ocasião preparavam um silo para a estocagem de cana que alimentaria o gado no verão. Todos foram muito cordiais e senti-me prontamente aceita como mais uma integrante da equipe. Era visível da parte dos assentados uma discreta formalidade e um tom de reverência mesmo nas conversas informais, resultado do que me pareceu excessiva confiança e expectativa diante da nossa “missão”.

Iniciados os estudos teóricos sobre Reforma Agrária<sup>1</sup> e a dinâmica dos assentamentos rurais, mantivemos contatos regulares - uma vez por semana - com os moradores do Quissamã. Estávamos ainda na “fase exploratória” do nosso estudo, de desenvolvimento da familiaridade com o dia-a-dia dos assentados, as situações e os problemas por eles vividos.

A idéia era que cada membro tivesse um conhecimento global sobre os estudos de viabilidade do assentamento e acrescentasse a sua contribuição pessoal a partir de projetos que tratariam de enfoques específicos. Assim - de acordo com as respectivas especialidades - foram formulados os seguintes (sub-projetos): “Estudo dos sistemas de produção agro-pecuário do assentamento Quissamã na perspectiva da auto gestão” por Gismário; “Comercialização da produção e nível de renda dos produtores rurais no assentamento Quissamã” elaborado por Givaldo; “Vocação Produtiva dos Assentados de Quissamã: origens e projetos atuais de vida” desenvolvido por Neuzice; “A história da luta coletiva e da participação dos

---

<sup>1</sup> Cf. GÖRGEN, 1991; BERGAMASCO, FERRANTE. D'AQUINO, 1991; SILVA, 1985; ESTERCI, 1992;

assentados do Quissamã” por Tereza; “Escola, trabalho e cooperação: o desafio da educação no assentamento Quissamã” por Marlene; “Avaliação do desempenho produtivo e reprodutivo do rebanho bovino do assentamento Quissamã” por Veronaldo e “Mulheres: participação produtiva, social e política no assentamento Quissamã” por esta autora.

Sabíamos que a pesquisa é a aprendizagem da participação e que só com a observação e as discussões nos seminários não aprofundaríamos nosso estudo. Partimos então para a utilização de uma ferramenta importante para a captação de informações sobre o universo dos assentados: o questionário. No contexto da pesquisa-ação, este instrumento de coleta de dados vai além dos seus similares comuns. Aqui, o questionário não é auto-suficiente. A sua concepção está intimamente relacionada aos temas e questões discutidas em reuniões e seu processamento nunca é meramente estatístico. A análise de seus dados sempre requer a participação de pessoas representativas, dando “relevo e conteúdo social às interpretações” (THIOLLENT, 1985:65).

Os questionários, aplicados a partir de fevereiro de 1995, respondidos por cada uma das famílias, investigavam as trajetórias de vida, antes mesmo da chegada ao Quissamã, as condições de saúde, habitação, educação e atividades realizadas cotidianamente, além dos sonhos e projetos de vida. Cada questionário contava com cento e sessenta e duas questões, que eram ampliadas de acordo com as respostas dadas pelas famílias.

Mesmo não tendo sido feita a tabulação dos dados obtidos através dos questionários, desde o início da investigação procuramos destacar nas falas dos assentados as questões recorrentes, percebidos como de crucial importância no cotidiano do assentamento. Em nossas reuniões,

estes destaques eram discutidos exaustivamente, e ao longo dos debates resultaram na montagem de um quadro de referências que remetia a uma série de temas que poderiam ser ordenados na forma de blocos. Conseguimos, por esse procedimento, fazer um levantamento dos principais problemas enfrentados no Quissamã.

A partir destas informações coletadas nos questionários e diálogos mantidos com as famílias assentadas, foi organizado um Seminário Central - delimitado por cinco blocos temáticos - com a presença da grande maioria dos assentados e de todos os membros da nossa equipe. Esta estratégia estava em sintonia plena com a proposta participante de nosso processo de estudo.

Os blocos temáticos foram dispostos com os seguintes conteúdos:

#### A - Concepção de assentamento

- A.1. Quebra da promessa de posse individual da terra, em que cada família teria direito a 23 tarefas de área para cultivo;
- A.2. O modo da escolha e implantação do modelo coletivo de produção.

#### B - Roçados Individuais

- B.1. Indefinição quanto a sua própria existência;
- B.2. Proibição de plantar culturas permanentes;
- B.3. Falta de projetos e incentivos para o cultivo nessas áreas.

#### C - Dilemas na manutenção do Coletivo

- C.1. A produção coletiva, não viabilizava a auto-sustentação das

famílias;

C.2. Sentimento de relação patrão/empregado entre dirigentes da Associação e demais assentados;

C.3. Falta de planejamento nos setores de trabalho agropecuário;

C.4. Militantes do MST que são assentados não participam dos trabalhos nos setores e recebem parte da produção.

#### D - Planejamento da produção e capacitação

D.1. Falta de conhecimento técnico para o manejo do rebanho bovino;

D.2. Falta de cursos de capacitação para trabalhar nos setores produtivos;

D.3. Descaso com a fruticultura e demais cultivos agrícolas, com a priorização da pecuária e da avicultura.

#### E - Encaminhamento e administração de projetos e financiamentos solicitados pela Associação.

E.1. Promessa de repasse de percentual financeiro dos projetos para cada família assentada;

E.2. Falta de esclarecimento e acompanhamento durante a elaboração dos projetos pela maioria dos assentados.

Após serem debatidas as alternativas e propostas de soluções para cada um dos problemas levantados, foram determinadas prioridades de ação a curto e médio prazo, a serem levadas a efeito tanto por assentados quanto por assessores. Assim, estávamos encaminhando os problemas que funcionavam como entraves para a consolidação do Quissamã e que

impediam que metas definidas conjuntamente fossem atingidas.

Estabelecia-se uma verdadeira troca de experiências, com a vivência dos assentados mesclando-se às nossas observações e enfoques sobre os assuntos. Essa convivência em constante aprofundamento também se dava fora dos limites do Quissamã, quando acompanhávamos os assentados em viagens, seminários, encontros e reuniões a que eram convidados.

Um dos momentos mais importantes dessa observação participativa, foi a nossa ida para o 3º Congresso Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que aconteceu em Brasília-DF de 24 a 27 de junho de 1995. Eu e Tereza Cristina viajamos juntas com a delegação do estado composta por cerca de oitenta pessoas e que contava com dez assentados do Quissamã. A viagem durou sete dias e foi um momento de grande aproximação entre todos. Saíram dois ônibus com a delegação do estado. Em cada um deles, o número de passageiros ultrapassava o número de poltronas. Cerca de quinze pessoas ficavam se revezando no corredor - ora sentados, ora em pé, ou ainda deitados em colchonetes. Ficou decidido que haveria um revezamento para que todos pudessem passar algumas horas de descanso nas poltronas. Garanto que isso não foi motivo de desânimo durante a viagem, embora alguns tenham “colado” nas poltronas. Chegando a Brasília ficamos todos alojados num grande ginásio, local onde ocorreram os debates sobre as questões da Reforma Agrária. Cerca de 5.500 pessoas, entre homens, mulheres e crianças participaram das manifestações. Ao final do Congresso foram definidas metas e propostas para a continuidade da ação nacional do MST. As dificuldades encontradas no caminho foram superadas e os momentos de alegria compartilhados.

Continuávamos a participar das reuniões promovidas pela ACAQ e ainda incentivamos a formação de um grupo de mulheres que passou a se reunir para discutir alternativas de trabalho remunerado. Nas primeiras reuniões, o grupo contava com cerca de dez mulheres, que davam sugestões a partir da experiência de cada uma. Foram sugeridas como alternativas de trabalho: instalação de um centro de costura; criação de galinhas de postura; horta coletiva e fabricação de material de limpeza. A idéia era integrar todas as mulheres numa atividade rentável e gerida somente pelo grupo. As sugestões iam sendo discutidas uma a uma pelo grupo, juntamente com as nossas opiniões a respeito da viabilidade de cada uma. Dois problemas eram sempre apontados: a) a falta de uma creche para as mães que tinham crianças ainda pequenas e 2) a falta de experiência e conhecimento dos assentados nas atividades propostas acima.

Ficou decidido então que a melhor alternativa seria a horta coletiva, que seria coordenada por uma delas - Rosa - e outras duas se encarregariam da comercialização - Francisca e Glória. Em relação à falta da creche, foi pensado um sistema de revezamento para que todas pudessem participar. Acompanhamos o crescimento do grupo e ficamos surpresas ao constatar que no início das atividades, somente metade delas (cinco) passaram a trabalhar regularmente. O restante do grupo justificou a ausência alegando a falta de alguém que pudesse cuidar das crianças, quando da sua respectiva saída para o trabalho ou a sobrecarga de serviços domésticos, resultado do acúmulo de tarefas executadas cotidianamente e tidas como inadiáveis ou difíceis de serem delegadas.

Mas as reuniões continuaram e novas discussões foram

iniciadas sobre os cuidados com a saúde e a viabilidade de se criar uma equipe para tratar desta questão. Foram organizados encontros com o Movimento Popular de Saúde (MOPS) e contatos com postos de saúde da rede estadual, bem como o Hospital Universitário da UFS. A equipe se responsabilizava em marcar-consultas e em adquirir medicamentos pela Central de Medicamentos (CEME).

A equipe de saúde, coordenada também por Rosa, continuou em atividade e avançou nas discussões sobre planejamento familiar, desnutrição infantil e outros temas. O atendimento médico aos assentados nos postos de saúde passou a acontecer com frequência, principalmente para as mulheres e jovens que manifestavam interesse em conhecer mais sobre planejamento familiar e prevenção de doenças ginecológicas. Passaram a ser atendidas e orientadas por médicos ginecologista de um dos postos do Estado. As crianças também mereceram atenção e cuidados, com constantes pesagens feitas no próprio assentamento, a fim de se acompanhar o desenvolvimento de cada uma delas. Aquelas que se encontravam abaixo do peso ideal e desnutridas, foram encaminhadas para um programa estadual de combate à desnutrição infantil.

A equipe que estava trabalhando na horta não completou nem dois meses de atividades. Tudo se desfez num incidente resultante do entredocho que de “saberes”. As assentadas, que continuavam a utilizar na horta os processos tradicionais de plantio, se surpreenderam com a decisão do agrônomo do INCRA/MST que - sem nenhuma discussão ou explicação prévia - determinou que alguns jovens, não ligados ao setor e fora do horário



de trabalho, procedessem à capação<sup>2</sup> dos pés de tomate. Ao chegarem à horta no dia seguinte, elas se surpreenderam com o que viram e se indignaram com a autorização dada pelo técnico, que ignorava o trabalho iniciado pelas mulheres. Ao ser questionado por sua atitude, o técnico simplesmente alegou ter aprendido essa nova técnica na universidade. As assentadas desde então, a fim de evitar mais dissabores e prevendo novos conflitos optaram pela dissolução da equipe. Outro grupo de assentados retomou o cultivo e deram continuidade aos trabalhos na horta.

Durante a condução do trabalho em grupo acerca da viabilização sócio-econômica do Quissamã, senti a necessidade de ir além da proposta metodológica empregada até então. Esta decisão visava atender às exigências da abordagem a ser dada ao tema específico da minha dissertação de mestrado. Para estabelecer a minha visão específica sobre as relações de gênero no assentamento, estabeleci um cronograma de entrevistas que permitiriam o acesso a vivências e aspectos da vida dos assentados.

### 1.3. A fala dos assentados: as entrevistas

Em dezembro de 1995, iniciei uma nova fase da pesquisa. Através de um conjunto de entrevistas, buscava aprofundar-me no cotidiano e nos aspectos subjetivos das relações sociais dos assentados.

---

<sup>2</sup> Capação é o termo popular dado a uma técnica denominada de Desbrota, a qual arranca-se os brotos laterais do tomateiro com as mãos deixando apenas de dois a três ramos. Pesquisadores recomendam o uso desta técnica para aumentar a produtividade dos pés de tomate. Cf. Guia Rural da Abril cultural. Rio de Janeiro. 1987.

De uma certa forma a entrevista é uma experiência única. Ela expressa uma vivência pessoal, dita de uma maneira organizada, como uma forma de interpretar o que se viveu ou se vive, num certo grupo social de um determinado lugar. Há nessa mediação a busca de novos sentidos e relações desconhecidas não alcançadas pelas análises macroestruturais. A partir de novas informações, podem ser formuladas novas hipóteses que serão investigadas em novas entrevistas. A modulação desse discurso de mão-dupla entre entrevistador e informante deve ponderar, no âmbito da pesquisa-participante<sup>3</sup>, tanto a observação quanto a participação. A convivência e a afetividade que permitem a “imersão” no universo oculto do entrevistado não devem levar o entrevistador a perder a capacidade crítica de análise e a perspectiva do que lhe é narrado.

Sabia de antemão que não há entrevistas perfeitas, porque é difícil prever quais são as possibilidades desse diálogo. Mas ansiava descobrir a interpretação que seria dada a cada uma das experiências pessoais vividas pelos assentados. Como esclarece Tereza HAGUETTE (1990:76) ao discorrer sobre a entrevista como método de análise qualitativa “... não acreditamos que o real possa ser captado ‘como um espelho’, ao contrário, assumimos a postura relativista, de cunho weberiano, de que fazemos ‘leituras do real’”. Buscava assim interpretar o discurso dos assentados, através de suas trajetórias de vida.

Mercedes VILANOVA (1994:55), defendendo a subjetividade inerente à fonte oral, observa que: “Porque as entrevistas tendem a indicar os pontos cruciais que prejudicam a independência ou a liberdade: ou

---

<sup>3</sup> Cf. BRANDÃO. 1987.

apontam os bloqueios das consciências, ou sublinham o que mais dói. Isso é importante sobretudo para as mulheres, porque nós nos ocultamos, e nos ocultaram no silêncio”. (VILANOVA, 1994:55).

Assim, a entrevista foi adotada como unidade de análise, em que procurei resgatar em cada um, a sua relação com o mundo, com a família, com seu trabalho e com os fatos do seu cotidiano. Esse resgate tornou-se possível pelo grau de confiança na relação dialógica que mantive com os entrevistados e que me permitiu aprofundar cada uma das questões abordadas.

Foram entrevistados 10 assentados, com idades que variavam de 26 a 63 anos, sendo oito mulheres e dois homens (ver Quadro I). Ao final de fevereiro de 1996, já havia gravado 32 horas de depoimentos. Normalmente, duas visitas se faziam necessárias para a conclusão de cada entrevista. Estas visitas tinham local, data e hora escolhidos pelos próprios entrevistados. Isto explica o longo período de tempo gasto nesta etapa da pesquisa, com suas sucessivas mudanças de horário. Os encontros eram quase sempre à tarde. Segundo os assentados, neste horário seria possível se liberarem de algumas tarefas do cotidiano.

Neste estudo, optei pela aplicação de entrevistas semi-estruturadas<sup>4</sup>, onde a partir de um roteiro básico pode-se ampliar o leque de

---

<sup>4</sup> THIOLENT (1980:35) distingue vários tipos de entrevista: “a) a entrevista dirigida ou padronizada, que consiste na aplicação de um questionário predeterminado com uma maioria de perguntas fechadas e sem nenhum papel ativo do entrevistador; b) a entrevista semi-estruturada, aplicada a partir de um pequeno número de perguntas abertas; c) a entrevista centrada na qual, dentro de hipóteses e de certos temas, o entrevistador deixa o entrevistado descrever livremente a sua experiência pessoal a respeito do assunto investigado; d) a entrevista não-diretiva, ou entrevista aprofundada, na qual a conversação é iniciada a partir de um tema geral sem estruturação do problema por parte do investigador; e) a entrevista clínica, eventualmente conduzida de maneira não-diretiva cuja especificidade está na sua orientação em função do objetivo da interpretação sociopsicológica da situação ou da personalidade dos sujeitos através de suas urbanizações”.

questões de acordo com as respostas do entrevistado. O roteiro era dividido em quatro partes:

- a) Dados básicos;
- b) Antes do assentamento;
- c) Ocupação/resistência;
- d) Assentamento hoje.

Devido à espontaneidade e à capacidade narrativa de alguns informantes<sup>5</sup>, o roteiro sequer era seguido. Seus testemunhos de vida eram ricos em histórias e significados, de tal modo que inúmeras perguntas não precisavam ser feitas. Todos - sem exceção - foram cordiais e receptivos, demonstrando interesse nas questões levantadas, fossem elas mais simples ou mais aflitivas, revendo na memória momentos de angústia e dor.

Esta convivência acabou por estabelecer um “padrão” de familiaridade traduzido pelo hábito da “hora do lanche”. Neste intervalo, frutas, doces, pipoca e geladinho faziam o cardápio das tardes do Quissamã - e a alegria da criançada também. Era comum, ao final das nossas conversas, que me presentassem com sacolas de frutas, verduras e legumes, colhidos lá mesmo nos roçados individuais. Uma legítima celebração de nossa aceitação no dia-a-dia daquelas pessoas.

Em todas as visitas ao campo foram feitos relatórios com os

---

<sup>5</sup> Refiro-me aqui ao que HAGUETTE (1990:78) denomina de um “bom informante”, aquele que tem “...conhecimento sobre o assunto da entrevista, habilidade de relatar os eventos, que pode estar relacionada tanto à capacidade de lembrar (memória) os fatos passados, como a fluência ou facilidade de expressão”.

principais acontecimentos do dia e minhas impressões pessoais do cotidiano do assentamento. Neste diário de campo, anotava tudo o que julgasse digno de registro, inclusive ações ou atividades inesperadas e surpreendentes que interrompiam o diálogo: a pesagem das crianças, o socorro a uma mãe e seu bebê recém-nascido, as idas aos roçados para constatação de algo mencionado na entrevista.

De acordo com Roberto DA MATTA (1981), ao analisar o trabalho de campo como um rito de passagem, surge nesse processo, aspectos “extraordinários” nem sempre esperados e que segundo ele: “seria possível dizer que o elemento que se insinua no trabalho de campo é o sentimento e a emoção. Estes seriam, para parafrasear Lévi-Strauss, os hóspedes não convidados da situação etnográfica”. (DA MATTA, 1981:169).

Esses aspectos “extraordinários” faz com que não haja rotina durante o desenvolvimento da pesquisa. Eles são difíceis de serem descritos porque são situações que aparecem e que nunca estão sendo esperados. Assim, pude ter uma perspectiva pessoal e autêntica a cada novo dia de pesquisa. Já que não havia intermediação no meu processo de conhecimento do cotidiano vivido pelos assentados, aprendi a “ver” e “ouvir” todas as realidades que se mostravam. Foi preciso percorrer vários caminhos na busca dessas realidades, daquilo que me ajudaria a compor a minha visão do “real” do assentamento.

Durante essa busca surgiram vários problemas e dilemas, que iam sendo ultrapassados a cada novo encontro e com a redescoberta das formas de agir daquela comunidade. Gostaria aqui de ressaltar que os livros

nos ensinam a fazer pesquisa, os métodos a serem utilizados, os “modos de aproximação”<sup>6</sup>, mas não nos preparam para as surpresas que encontramos durante o trabalho de campo. Diga-se de passagem, minhas surpresas foram - na grande maioria - agradáveis. Esse tempo vivido tão intensamente que chega a dar saudades.

Ao transcrever e ler as entrevistas, sentia-me como se estivesse revivendo cada uma daquelas tardes passadas no Quissamã. Era como reviver aqueles momentos e recuperar as interpretações, angústias, emoções, sonhos e refazer o dia-a-dia de cada um.

Sabia desde o início que não seria fácil trabalhar em cima de todo o material coletado e assim optei por organizar as diversas falas em cinco temas principais:

- 1) Acampamento;
- 2) Cotidiano;
- 3) Trabalho;
- 4) Associação/MST;
- 5) Novos projetos/Avaliações.

Percebi que várias falas se encaixavam perfeitamente em mais de um tema. São comuns as falas em que os assuntos se interpenetram e se mesclam adiante a outros, numa rede de implicações que faz da vida cotidiana uma auto-referência constante entre os seus múltiplos aspectos.

---

<sup>6</sup> BONILLA, 1987.

Assim, uma visão particular do trabalho no campo encontra paralelo na participação nas reuniões da associação; uma avaliação do cotidiano pode remeter a uma experiência marcante no acampamento.

Partindo dessas falas pude vislumbrar um rico painel de impressões e significados que me permitiu adentrar nas experiências dos assentados e fazer avaliações e encaminhar as análises que darão corpo e alma a este estudo das relações de gênero no assentamento Quissamã.

#### 1.4. Os entrevistados

Como eu já pesquisava no Quissamã há mais de um ano, não foi difícil selecionar quais seriam os membros mais representativos daquela comunidade para as entrevistas que utilizaria no meu estudo. O objetivo era de que, com cerca de dez entrevistados, pudesse ter uma mostra clara e significativa de como viviam os assentados no Quissamã, o que faziam antes, como participavam do dia-a-dia no assentamento e quais suas expectativas, sonhos e decepções dentro de uma nova forma de organização social. Enfim, percorrer através do diálogo as diferentes trajetórias de vida daqueles que hoje são significantes na trajetória do assentamento. Sendo minha análise focada nas relações de gênero dentro dos setores político e produtivo, procurei dialogar tanto com aqueles que tinham uma participação mais efetiva nos processos decisórios e na produção agropecuária do assentamento quanto os que permaneciam excluídos ou pouco atuantes nestas esferas.

Para resguardar a identificação dos entrevistados, todos os nomes mencionados ao longo deste trabalho são fictícios. A seguir nominaremos os assentados de acordo com a seqüência original das entrevistas.

### 1ª entrevista Rosa (1)

A primeira entrevista foi realizada em 12/12/95. Rosa tem 40 anos, é viúva e mãe de cinco filhos. Nasceu no município de Santa Luzia do Itaim (SE) e foi criada em Estância (SE) junto com seus onze irmãos. Sua família ainda tem um pedaço de terra de 3 hectares que, segundo ela, “mal dá para o sustento” dos pais. Logo depois de ter se casado, Rosa e o marido foram empregados numa fazenda próxima à terra de seus pais, e lá construíram seu primeiro lar, uma casa de palha de um cômodo só. Após a morte do marido, ela passou a receber um salário mínimo de pensão do INSS e permaneceu trabalhando na fazenda.

Rosa nunca havia participado de nenhum movimento, associação ou partido - até ser levada à convite do primo (já então um assentado) a frequentar as reuniões de base do MST.

No início de 91, deu-se sua primeira experiência num acampamento, numa área denominada Priapú, que não chegou a ser desapropriada. Ainda em agosto do mesmo ano, Rosa participou da ocupação do Quissamã, levando junto todos os seus filhos. Teve aí um papel destacado nas negociações entre as lideranças do MST e os demais acampados. Ao entrar na Estação de Pesquisas da EMBRAPA, morou um ano com outras famílias no curral e só em seguida foi para uma das casas destinadas aos antigos funcionários. Rosa participa desde o início do



assentamento do setor coletivo da agricultura e sempre foi atuante nas reuniões e decisões da associação, chegando a ser suplente do Conselho Fiscal.

### 2ª Entrevista D. Francisca (2)

Tem 65 anos e é mãe de nove filhos.

Nasceu em Rita Cassete, localidade próxima a Aracaju, e lá sempre morou até vir para o Quissamã. Depois de casada, chegou a trabalhar junto com o marido em terra arrendada e a vender o que pescava na feira de São Cristóvão ou em Aracaju. Antes de chegar ao Quissamã, D. Francisca não tinha tido nenhum conhecimento das atividades políticas do MST, ao contrário do seu marido que já fora sócio do sindicato rural na área em que viviam. Durante o período de acampamento, o seu grupo familiar totalizava dezoito pessoas entre marido, dois filhos solteiros e as famílias constituídas por suas três filhas casadas. Já enquanto assentados, foram todos morar numa casa de quatro cômodos,, originalmente destinada a funcionários da EMBRAPA. Somente em 94, quando suas filhas mudaram-se com suas respectivas famílias para suas próprias casas D. Francisca foi morar numa outra, um pouco maior, que hoje é sua residência definitiva.

### 3ª entrevista: Sônia

Tem 30 anos e é natural de Palmeira dos Índios (AL)

É casada com Carlos, militante do MST e mãe de duas filhas.

Já participou da organização de reuniões de base do movimento. Antes de se casar, trabalhava como analista química numa usina

em Alagoas. Atualmente não realiza nenhum trabalho nos setores produtivos do assentamento. É responsável pelas compra e distribuição dos remédios adquiridos pelo grupo da saúde.

4ª entrevista: Glória

Tem 36 anos, sete filhos e é filha de D. Francisca.

Casada com Sr. Paulo, atual Presidente da ACAQ, sempre comercializou nas feiras o pescado movido por seu marido, antes de chegar ao Quissamã.

Não tinha nenhuma noção das atividades políticas do MST anteriormente à sua entrada no acampamento. Hoje, participa dos roçados individual e coletivo, além de continuar comercializando na feira central de Aracaju as frutas e verduras que ela própria produz ou compra dos assentados. Glória também acompanha as reuniões da associação para, a pedido do marido, tomar nota das discussões e decisões que serão retomadas posteriormente.

5ª entrevista: D. Vera

Natural de Estância (SE).

Casada, tem 47 anos e 14 filhos. Chegou ao assentamento em dezembro de 94. Trabalhava na roça e costurava em casa para indústrias de confecção. Um dos filhos já era assentado no Quissamã e outro ainda é militante da Frente de Massado MST. Hoje, D. Vera é suplente de secretária na associação, além de trabalhar ativamente no roçado individual e esparsamente no setor agrícola coletivo.

6ª entrevista: Sr. Paulo

É casado com Glória, tem... 45 anos, nasceu em Simão Dias (SE) e viveu até ir para o Quissamã em Rita Cassete (SE).

Antes de se tornar assentado, foi pescador, ajudante de pedreiro e carpinteiro na capital do estado. Em 86, foi candidato a vereador pelo PT em Rita Cassete. Ocupa atualmente a presidência da ACAQ e é coordenador geral dos setores de produção coletiva do Quissamã, primeiro e único acampamento de que participou.

7ª entrevista: Rita

Tem 33 anos, nascida em Porto Real do Colégio (AL), sempre viveu em Propriá (SE). Foi professora primária deste município e nunca exerceu nenhuma forma de militância política até conhecer e se casar com Ivo - líder do MST a nível estadual e um dos coordenadores nacionais do movimento - com quem tem um filho. A partir daí, morou em vários estados do país, tendo sido cadastrada pela primeira vez como assentada quando da ocupação do Quissamã. Ocupa atualmente o cargo de tesoureira da associação e é coordenadora do setor de educação no estado. Não desempenha nenhum trabalho nos setores produtivos.

8ª entrevista: Lia

Tem 26 anos, solteira, nasceu em Itabuna (BA). Trabalhou como empregada doméstica em Itabuna e Salvador até se deslocar para Sergipe em busca de novas alternativas de emprego. Tomou contato com o movimento ao aceitar a convocação de amigos para participar de um acampamento. A partir dessa experiência inicial, integrou-se aos vários

cursos de capacitação e tornou-se militante da Frente de Massa do MST. chegou ao Quissamã no início de 95, onde se inseriu no grupo coletivo da horta por apenas dois meses. Logo retomou suas funções de militante do movimento, mas continua ainda residindo na Casa Grande do Quissamã e participando dos processos decisórios do interior do assentamento.

9ª entrevista: Seu João

Tem 45 anos, nasceu no município de Gararu (SE).

Veio para o Quissamã em 94 a convite do filho mais velho, que já era assentado na área. Nunca teve conhecimento anterior sobre o MST, nem participou de nenhum acampamento. Hoje, mora com a filha mais nova e é separado da sua esposa. Já participou dos setores coletivos, mas atualmente dedica-se apenas ao seu próprio roçado individual. Mantém-se distante dos processos políticos e da ACAQ por achar que as decisões sempre são tomadas exclusivamente pela direção.

10ª entrevista: D. Fátima

Tem 42 anos, sete filhos e é nascida em Lagarto (SE).

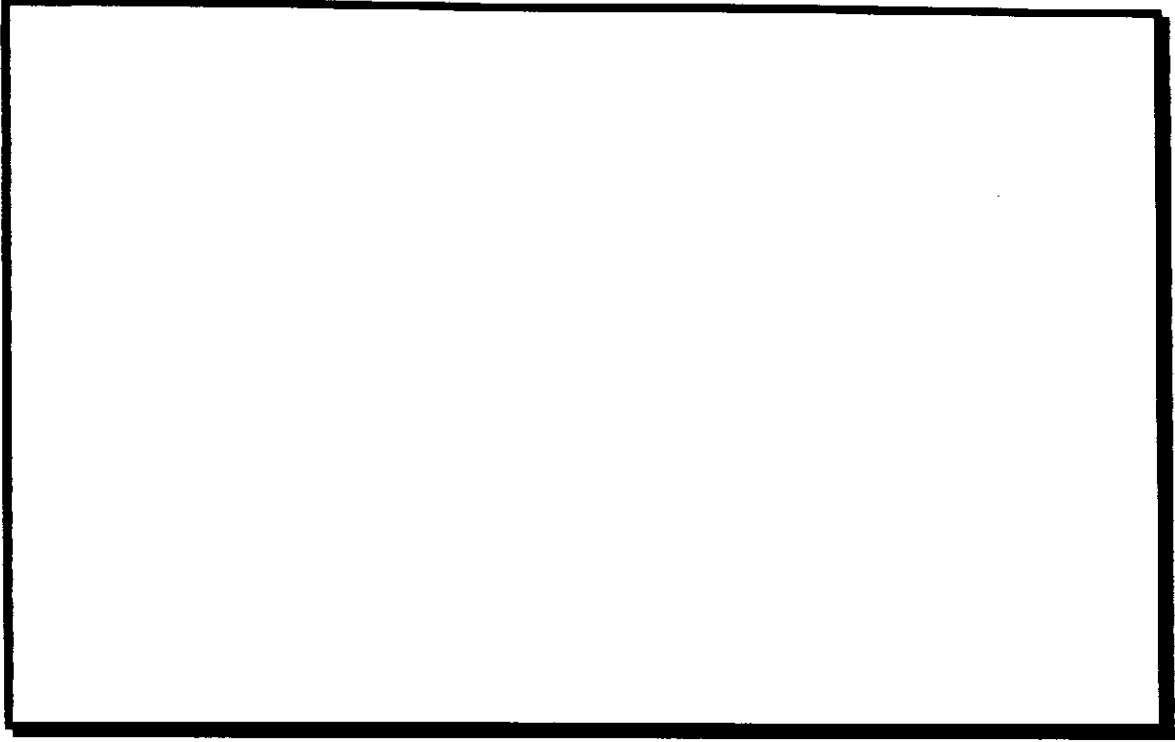
Casada com o coordenador do grupo da pecuária, D. Fátima nunca participou de alguma associação ou sindicato, nem do acampamento que originou o Quissamã. Não desempenha tarefas nos setores coletivos nem sente-se estimulada a participar da associação. Trabalha no roçado individual familiar.

Dois dos assentados do Quissamã, contactados para serem entrevistados - a saber, Ivo (líder regional do movimento) e D. Ana (funcionária de uma creche em Aracaju) - não puderam acrescentar suas

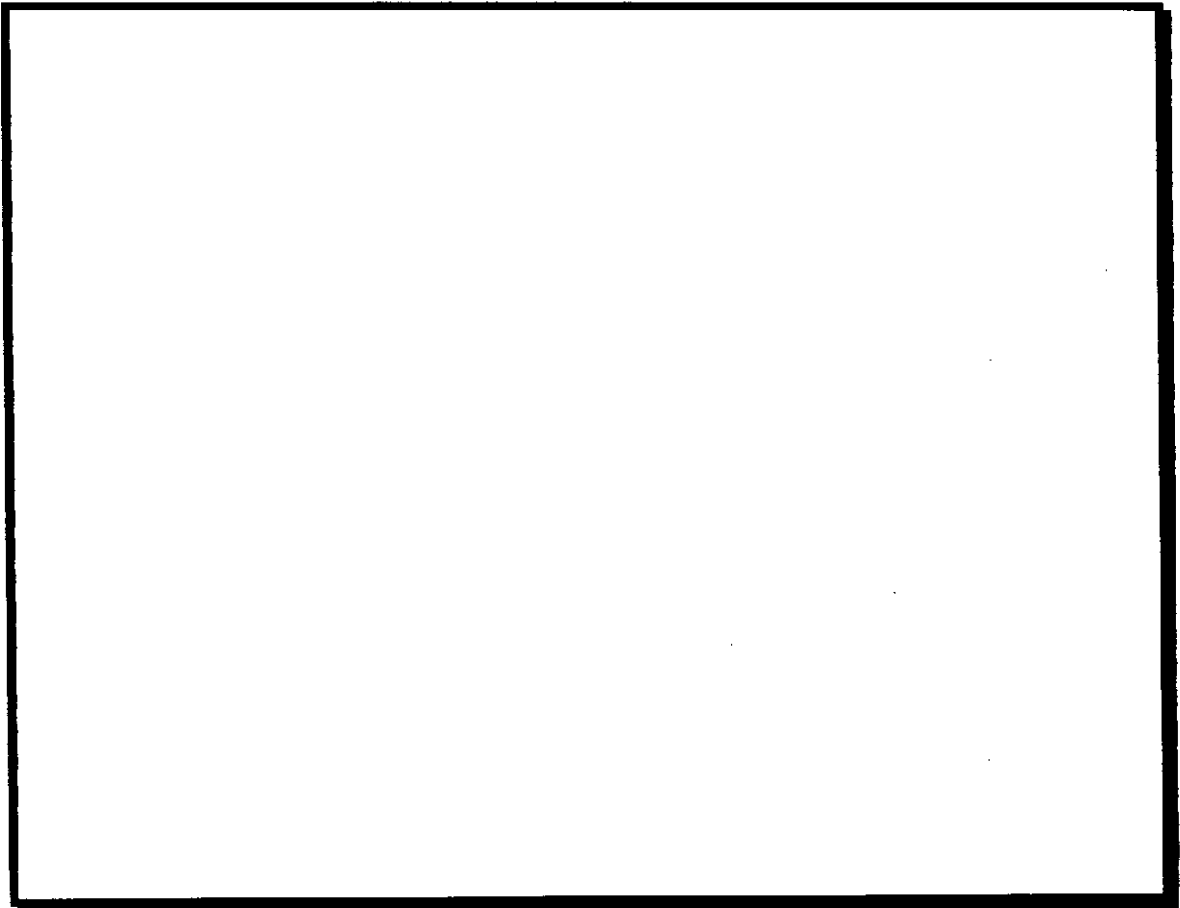
vivências e informações ao âmbito deste trabalho. Devido às dificuldades por eles alegadas, principalmente a mínima disponibilidade de tempo, não foi possível a viabilização destas entrevistas. Contudo, pelo ótimo grau de representatividade do grupo de entrevistados, considereei perfeitamente aceitável a ausência dos dois pretendidos depoentes. A falta de suas narrativas de pontos-de-vista em nenhuma instância trará algum prejuízo ou deixará lacunas nas discussões e análises levantadas por este estudo.

CARACTERÍSTICAS DOS ENTREVISTADOS  
QUADRO I

Nº DE ORDEM	NOME	IDADE	ESTADO CIVIL	Nº DE FILHOS	OCUPAÇÃO ATUAL
1	Rosa	40	Viúva	5	Agricultura/Coord. equipe saúde
2	Francisca	63	Casada	11	Agricultora
3	Sonia	30	Casada	2	Dona-de-casa
4	Glória	36	Casada	7	Agricultora
5	Vera	47	Casada	14	Agricultora
6	Paulo	45	Casado	7	Presidente da ACAQ Coordenador dos setores
7	Rita	33	Casada	1	Tesoureira da ACAQ/Coord. Setor de Educação do MST
8	Lia	26	Solteira	--	Militante do MST
9	João	45	Separado	4	Agricultor
10	Fátima	42	Casada	7	Dona-de-casa/agricultora



## CAPÍTULO II



## O QUISSAMÃ E SEU COTIDIANO

### 2.1. Histórico do Assentamento Moacir Wanderley - Quissamã

O Projeto de reforma agrária Moacir Wanderley - Quissamã está situado entre os municípios de São Cristóvão e Nossa Senhora do Socorro, distante apenas 15 km de Aracaju, capital do estado de Sergipe. No local, funcionou até 1954 a Estação Experimental de Algodão, posteriormente transformada em Estação Experimental de Pecuária Leiteira da Empresa Brasileira de Pesquisas Agrícolas (EMBRAPA) e desativada no início dos anos oitenta. As terras circunscrevem uma área de 365,92 hectares e estão destinadas à concessão de uso coletivo<sup>7</sup> para um total de trinta e sete famílias cadastradas, segundo definição do INCRA e do MST.

A origem do assentamento remonta à primeira ocupação da área em 04 de agosto de 1991, quando cerca de 150 famílias acamparam em barracas de plástico na estrada que dá acesso à Estação Experimental. Amontoadas em caminhões, eles chegaram com uns poucos pertences e utensílios básicos para a sobrevivência diária no local: lençóis, panelas,

---

<sup>7</sup> Segundo BERGAMASCO E NORDER (1996:70) a concessão de uso coletivo é uma das formas de propriedade para os projetos de Reforma, que tem como aspecto jurídico o fato de que "...cada família é incorporada a um projeto social em que a utilização da terra pode ser coletiva ou familiar, reconhecida por instituições bancárias, mas que não pode ser comercializada. Em caso de desistência, outra família será selecionada para ocupar a área."



facões, enxadas, plásticos para cobertura dos barracos, etc. Na ocasião, apenas onze funcionários da EMBRAPA residiam no local, já então desativado para efeito de pesquisa, servindo apenas de moradia. A maioria das famílias ocupantes, mobilizadas e recrutadas em reuniões de base<sup>8</sup> organizadas pelo MST, vinham de outros municípios do estado como Rita Cassete, Salgado e Lagarto. Apenas duas delas eram oriundas do Rio Grande do Sul, e abrigavam lideranças do movimento que foram transferidas para a organização dessa área.

A expectativa da posse de um pedaço de terra e a promessa de dias melhores faziam dessas famílias, visionários de um sonho do qual não poupariam esforços e sacrifícios para a sua realização.

Durante dois anos de ocupação e resistência, ordens de despejo sucessivas fizeram os trabalhadores sem terra se deslocarem de um lado para outro. Chegaram a acampar numa fazenda vizinha, à convite do proprietário, e até em frente à sede do Governo do Estado a fim de “sensibilizar” o então governador João Alves Filho a encampar a causa dos sem terra. Neste episódio - após cinco dias de ocupação da Praça Fausto Cardoso - foram removidas para uma área de treinamento do exército denominada Feijão e, após uma noite de incerteza e medo, foram removidas para a área de ocupação inicial, próxima ao Quissamã.

Neste estágio, o número de famílias já se reduzira para cerca de sessenta. Finalmente, em 13 de agosto de 1993 foi oficializada a situação do

---

<sup>8</sup> Na definição de Sônia, que já foi militante do MST e organizou reuniões de base: “...trabalho de base é reunião. é conversar com os trabalhadores porque nós temos que tomar a posse da terra. É a gente convidando eles a participar do movimento e entrar com a gente em mais um acampamento. Só dois ou três não dá, tem que entrar muitas famílias”.

projeto de assentamento Moacir Wanderley. Pelo cadastramento e seleção feitas pelo INCRA, cinquenta e duas famílias seriam beneficiadas. Porém, em decisão conjunta com o MST, ficou decidido que trinta e sete famílias seriam efetivamente assentadas, a fim de se implantar uma concepção de organização coletiva dos processos de produção agropecuária.

O primado da coletivização da terra e de todo espaço produtivo foi, segundo as lideranças do MST, a alternativa mais adequada e segura para a afirmação econômica e social do assentamento. A primeira razão era a necessidade de se resguardar a condição dos assentados, na construção de sua nova identidade de produtor, contra o assédio de especuladores e investidores privados, cujos interesses na área eram evidentes face a três fatores determinantes:

- a) Localização privilegiada, próxima a Aracaju e bem servida de acesso rodoviário;
- b) A boa qualidade dos solos, excepcionalmente propícios para fruticultura;
- c) A completa estrutura já existente para a criação de gado leiteiro, atividade de grande peso econômico no estado.

Uma outra causa em defesa do formato cooperativo de produção era a da viabilidade de se conseguir apoio e recursos de instituições governamentais ou de crédito para a compra de insumos agrícolas (sementes, máquinas, etc.) que permitissem uma presença concreta no mercado na comercialização da produção. A idéia central era que - a partir da propriedade coletiva dos meios de produção - a administração e a

distribuição dos resultados entre os assentados fosse feita de maneira proporcional ao trabalho executado por cada um.

A divisão e exploração individualizada da terra, segundo os líderes do MST, enfraqueceriam os esforços de unidade do movimento por entenderem que *“a pequena produção familiar - que concentra pouquíssima mão-de-obra, tem a vantagem de ser facilmente administrada. Porém, terá poucos resultados positivos e a produtividade permanecerá na fase da subsistência”*. (GÖRGEN e STEDILLE, 11991:151)

GUANZIROLI (1994: 265-6) ao analisar a viabilidade econômica dos assentamentos rurais propõe um equilíbrio entre as formas comunitárias e individuais de produção ao defender o que ele chama de *“...uma reforma agrária baseada em formas de organização flexíveis.”* Nessa concepção, *“o ideal seria uma forma de organização que combinasse as vantagens da grande produção ‘comunitária’ com as vantagens da pequena produção ‘familiar’”*.

Essa combinação, tal como defendida por GUANZIROLI, não foi totalmente implantada, havia ainda muita resistência na direção da ACAQ e das lideranças do MST assentadas na área em “aceitar” o parcelamento das terras para o cultivo individual dos assentados, contrários ao modo coletivo de organização da produção. Entretanto, a grande maioria das famílias, mesmo participando do coletivo, também produz em pequenos lotes - não demarcados - produtos para sua subsistência.

## 2.2. Descrição da área e das instalações

Ao receberem do INCRA a autorização de concessão de uso coletivo das terras, as famílias - que até então viviam em barracas - passaram a se servir das instalações e de toda a infra-estrutura que havia no local, incluindo as treze casas que serviam de moradia para os funcionários da EMBRAPA. Para a acomodação dos assentados também foram utilizados o curral e outras duas construções, que atualmente se destinam às reuniões, seminários e assembléias no Quissamã. Tanto na época da ocupação quanto ainda hoje, o abastecimento de água encanada e a rede elétrica são precárias. Devido às perdas de pressão nos tubos danificados, a água não chega nas casas mais afastadas da bomba hidráulica, que por sua vez, já está bastante deteriorada pela falta de manutenção ao longo dos anos. Desde que a estação fora desativada, a EMBRAPA não mais alocou recursos para a reposição de peças ou manutenção preventiva nas redes elétrica e hidráulica, mesmo com a permanência de funcionários do órgão na área. Essa situação persiste mesmo após a ocupação do Quissamã, quando os assentados - pela absoluta falta de recursos - padecem de condições adequadas para o uso da rede elétrica (com o aproveitamento irregular da precária rede existente através das ligações recentes que interligam as casas) e das instalações sanitárias danificadas.

O acesso ao Quissamã é feito por uma estrada de barro principal que ordena a distribuição das casas, tanto as que já existiam quanto as que foram construídas nos últimos dois anos com recursos do Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA) administrado pelo

BNDES. Das 13 casas que já haviam na área, uma delas - chamada por todos de Casa Grande - foi construída para ser ocupada pelo primeiro diretor da Estação, Moacir Wanderley, e hoje funciona como Centro de Capacitação Canudos do MST. As demais moradias seguem um padrão estabelecido de cinco cômodos, composto por sala, dois quartos, cozinha e banheiro. As novas casas seguem este mesmo formato. Todas antigas e novas, no entanto, não possuem latrinas e pias nas banheiros dentro das casas. Estas instalações ficam sempre externamente, em arranjos sanitários feitos no quintal, próximos à cozinha.

A mobília das casas pouco varia e os utensílios domésticos, em quase todas as casas, foram adquiridos antes da chegada ao assentamento. As salas possuem, em geral, um sofá e duas ou três cadeiras, além de uma mesa e um suporte tipo armário aonde são colocados enfeites, o rádio e a TV (só alguns a possuem). Em cada quarto estão dispostas uma ou duas camas (com frequência cama de casal) e caixas de madeira para guardar as roupas (como se fossem baús). Apenas um número muito reduzido delas possui guarda roupa. Na cozinha encontram-se mesa, armário e fogão à gás (que é usado em raras ocasiões, principalmente para o preparo de refeições rápidas como o mingau das crianças). Algumas, melhor aparelhadas têm geladeira. Mesmo naquelas casas com fogão a gás é comum encontrar-se no quintal um fogão à lenha, que é utilizado diariamente por ser a lenha abundante no assentamento e nas áreas próximas pertencentes à Escola Técnica Agrícola, onde as mulheres tem permissão para recolher os feixes. No quintal também está localizada a lavanderia, que serve para lavar a louça e raramente para lavagem das roupas, feita geralmente no rio.

As paredes são decoradas com fotos de família e quadros com os santos de devoção, além de calendários - principalmente os distribuídos pelo MST. Cercas demarcam o território de cada casa e protegem jardins e pequenas plantações da ação de animais maiores (gado bovino e cavalos). Pequenos bichos domésticos como gato, cachorro e galinha são criados soltos nesta área e até mesmo dentro de casa.

### 2.3. O Cotidiano dos Assentados.

A vida cotidiana é aquela seqüência de gestos e eventos ritualizados de todos os dias. Levantar cedo, fazer café, preparar o mingau das crianças, ir para o roçado, levar o gado para pastar, almoçar, voltar para o plantio, recolher o gado ao curral, catar lenha, etc. Ritos diários que se repetem mecanicamente como uma espécie de roteiro pré-consciente, automático, repetitivo. É nessa vida cotidiana que, como diz Agnes HELLER (1972:20), está *“a verdadeira essência da substância social”*. Esta substância é composta pelos diversos indivíduos e todos os aspectos de suas individualidades; seus sentimentos, suas idéias e ideologias, suas habilidades motoras e suas capacidades intelectuais. Na cotidianidade que dá vida aos dias, ainda segundo HELLER, o indivíduo é simultaneamente *“ser particular e ser genérico.”* Todos em sua motivação específica e particular são agentes e ao mesmo tempo produtos de suas relações sociais. Deste modo, os homens são os *“portadores da objetividade social”* de que fala Agnes HELLER, pois são ao mesmo tempo produtores e transmissores da cadeia de relações e valores que determinam a estrutura de uma sociedade.

No presente estudo, as relações sociais têm o papel de objetivar as formas de reprodução social no interior do assentamento. A abordagem da vida cotidiana adquire uma inegável relevância na medida em que *“...caracteriza a reprodução dos homens singulares que, por seu turno, criam a possibilidade de reprodução social”*. (NETTO E CARVALHO, 1994:24).

Ou conforme destaca Marina MASSI (1992:31), sobre a reprodução social e ideológica como fonte de conhecimento das características e conteúdos do cotidiano: *“A trama miúda da vida cotidiana revela o tecido social. Assim, estudar o cotidiano é penetrar na própria história”*.

Ao me debruçar sobre o dia-a-dia do Quissamã, participando inicialmente de suas reuniões e assembléias, surpreendi-me com a disposição de seus participantes, sempre dispostos a estabelecer objetivos e repensar metas. Com a minha crescente interação junto aos demais atores sociais, percebi que aquele organismo social chamado assentamento, possuía uma dinâmica e “metabolismo” bem próprios. O olhar privilegiado sobre essa verdadeira rede de significados sociais se dá através do relato deste cotidiano. Pois é no dia-a-dia dos assentados, em sua teia de relações sociais, que se fundam os traços característicos de sua realidade. Afinal, conforme descreve BERGER E LUCKMANN (1995:38):

*Entre as múltiplas realidades há uma que se apresenta como sendo a realidade por excelência. É a realidade da vida cotidiana. Sua posição privilegiada autoriza a dar-lhe a designação de realidade predominante.*

Esta realidade, que buscamos captá-la em sua essência, forma a base ou o suporte de toda a divisão de trabalho e “poder” que orienta a sobrevivência e a manutenção do assentamento enquanto agrupamento social, cuja identidade ainda em construção é determinada pela somatória das múltiplas trocas entre os seus indivíduos nas esferas pública e privada. Como define, Maria S. KOFES (1987:251), a vida cotidiana é:

*aquele espaço e tempo do social em que é possível inventar e recriar o social. Uma esfera, vazia e plena, que eu posso preencher com outras possibilidades. O cotidiano seria uma trama tecida pela individualidade, isto é, um sujeito que nem é vontade absoluta, nem indivíduo atomizado, nem coletivo amorfo. Ou seja, onde todos e cada um tece pontos, com a sua existência, para compor a teia e a trama.*

Pensar o cotidiano, portanto, amplia as possibilidades de análise e expõe todos os aspectos culturais, enquanto se afirma uma familiaridade desenvolvida em meses de convivência diária no interior do Quissamã.

Partindo da descrição de dois aspectos do cotidiano do assentamento, o trabalho e a participação política, teremos uma visão do conjunto das relações entre os atores sociais na divisão das tarefas e na gestão política e seus processos decisórios. Estes dois pontos serão devidamente aprofundados no âmbito principal desta dissertação - o estudo das relações de gênero - nos capítulos 3 e 4 . Por hora, eles funcionarão como sistemas de referência, espaços inter-subjetivos aonde se configuram e



se estabelecem feixes de significados entre os indivíduos, de um modo específico que os distingue e determina seu tecido social.

### 2.3.1 - O Trabalho: “todo dia é a mesma coisa”

Os assentados dividem seu tempo na execução diária de tarefas ligadas à manutenção da casa, aos setores produtivos coletivos (agricultura, pecuária e avicultura) e aos roçados individuais.

O dia de trabalho começa por volta das cinco e trinta da manhã, hora em que os adultos da família se levantam. A dona-de-casa ou uma de suas filhas, em geral, prepara a primeira refeição do dia, composta por café, cuscuz, e leite.

O turno da manhã é descrito por todos como “o mais corrido” devido à grande concentração de afazeres em todos os setores. No caso específico das mulheres, o início do dia é repleto de atividades tidas como inadiáveis para o bom funcionamento das tarefas domésticas, responsáveis pela chamada reprodução social da família: preparo da comida, cuidado com as crianças, limpeza da casa, lavagem da roupa, da louça e ainda os cuidados na alimentação dos animais de criação doméstica (galinha, cachorro, pássaro, etc.)

As dificuldades já começam com a falta de água encanada e a necessidade de se ir ao riacho ou às cisternas das casas de algum parente ou vizinho em busca do líquido. A prioridade de uso é a preparação do almoço, principal refeição do dia. O grau de carência destas famílias, no entanto,

impede que a “mistura” vá além da combinação de feijão, arroz e farinha. Umhas poucas vezes podem contar com carne ou frango.

Aquelas mulheres que tem filhos pequenos ainda arcam com o trabalho de preparar outros alimentos destinados às crianças e “vigiar” os passos dos menores. As crianças que ainda não freqüentam a escola, ou que estudam à tarde, passam o tempo em brincadeiras pelos quintais ou pelos caminhos do assentamento, principalmente os meninos. As meninas são mais solicitadas para auxiliar em casa; ajuda, aliás, que é sempre necessária.

A lavagem de roupa é feita no rio, e quase todas as vezes por mãe e uma de suas filhas. Aquelas que possuem filhas já mocinhas nem sempre se ocupam dessa tarefa, pois, como existe o costume de dar incumbências domésticas desde muito cedo para as meninas, são estas que, substituem em parte a mãe, cuidando em seu lugar das obrigações da casa e todos os afazeres diários ligados a ela.

Como em geral os produtos agrícolas cultivados nos roçados individuais são para o sustento da família, somente uma pequena parte desta produção é levado à feira para ser comercializado. Apenas Rosa e Glória exercem essa atividade com uma certa freqüência. Para Glória, que já conta com a experiência adquirida nos tempos em que vendia nas feiras livres o peixe que seu marido pescava, é o que ela mais gosta de fazer. Ela alega que se pudesse seria comerciante. No verão, costuma negociar no Mercado Central de Aracaju frutas e verduras colhidas no seu quintal, bem como adquiridas de seus vizinhos (chega a ir duas vezes por semana quando há fartura de frutas). Já Rosa, vai com menos freqüência, e diz que usa esse recurso para poder comprar alimentos, remédios e outros artigos necessários

para a família. A ida à feira acontece logo cedo, no primeiro ônibus que vai para a capital e passa às cinco e quarenta e em geral o retorno só acontece no final da tarde. Mesmo que vendam os produtos ainda pela manhã, elas aproveitam para fazer algumas compras e, às vezes, ir a casa de algum parente que mora em Aracaju.

Toda essa frenética atividade cotidiana ligada ao lar e à manutenção da família não é contabilizada como trabalho. Tampouco é remunerada. Assim fica caracterizado que cabe à mulher o papel de suprir as funções socialmente reprodutivas do grupo familiar. A divisão sexual do trabalho é vista como “natural”. Sabe-se que esta constatação exime-se de qualquer fundamentação biológica. É respaldada apenas na distinção cultural.

Como construção sócio-cultural e não biológica, a divisão sexual do trabalho, e a conseqüente distribuição de poder e prestígio, trata-se de um conjunto de práticas institucionais que cristalizam as relações sociais. Como aponta Gayle RUBIN apud Jacqueline ROMANI (1982:63):

*...um homem é um homem e uma mulher é uma mulher. Eles só se tornam o dominante e o dominado, o opressor e o oprimido, dentro de determinadas relações sociais. Em outros termos, a opressão não é um dado natural e sim social.*

Assim, pelas representações e expectativas de comportamento são fixados conceitos como masculino e feminino, ou masculinidade e feminilidade. Tais conceito se situam no campo simbólico, definindo-se por qualidades que homens e mulheres têm como opostas, numa falsa

polarização de qualidades “*passivas (paciência, fragilidade, etc)* e “*ativas*” (*agressividade, força, dinamismo, etc.*).

D. Glória, quando entrevistada reconhece tacitamente esta distinção mas faz ressalvas:

*Sobre o coletivo, o trabalho é mais dos homens. As mulheres participam muito pouco. Agora, nas roças individuais as mulheres participam muito. Mas também elas já tão ocupadas com o serviço de casa e cuidar de menino. Assim, tem os serviços delas mesmo e ainda ajudam o marido.*

Circunscrita ao espaço doméstico, a mulher vê-se ainda numa outra condição de “invisibilidade”, a prática da desvalorização do trabalho feminino. O empenho e a aplicação em suas tarefas caracteriza apenas uma “ajuda” ou um “*trabalho que não é trabalho*”. Esta “*invisibilidade*” extrapola na valoração do trabalho feminino, sempre com atribuições e remunerações inferiores aos homens.

Esta concepção socialmente construída, diferenciando funções produtivas como sendo masculinas e funções reprodutivas como femininas é um produto histórico reforçado pelo ocultamento da contribuição feminina nas estatísticas oficiais.

Para BRUSCHINI (1992:294):

*Em qualquer análise sobre o trabalho da mulher um aspecto crucial a ser levado em conta é o da sua posição na divisão social e sexual do trabalho, prioritariamente definida a partir de*

*suas funções biológicas, o que a condiciona, de um lado, à execução de uma série de afazeres indispensáveis para a casa e a família, de outro a ocupar principalmente posições subalternas na hierarquia produtiva.*

Sazonalmente, observa-se alterações no cotidiano do Quissamã, quando as atividades produtivas são desempenhadas não só pelos homens mas por mulheres e jovens. Isto inclusive afeta - por força da necessidade de se produzir mais para a sobrevivência do grupo - a tradicional divisão sexual do trabalho. Isto geralmente ocorre diante do imperativo de maior intensificação do ritmo de trabalho nos períodos próprios para o plantio, quando há uma verdadeira redefinição das tarefas por sexo. O envolvimento completo e integral da família faz com que - na colheita por exemplo - sejam comuns as inversões de papéis quando tarefas consideradas masculinas são realizadas pelas mulheres enquanto os homens tentam outros serviços que julgam mais rentáveis e estritamente masculinos - como por exemplo o trabalho alugado nas fazendas próximas ao assentamento.

Tanto na agricultura quanto na pecuária, o trabalho inicia-se por volta das seis ou sete horas da manhã. Nos roçados coletivos são plantados principalmente feijão, milho, arroz e o capim para a alimentação do rebanho bovino, associados a cultivos menores de vagem, inhame, quiabo, maxixe e árvores frutíferas. Ao descreverem as tarefas de cada um no roçado, os assentados fazem distinção entre tarefas masculinas e femininas. Para eles, são ocupações masculinas as que se referem à preparação da terra (roçar o mato, fazer a coivara, limpar a terra e cavar as covas) e femininas o depósito de sementes e a plantação de mudas. Esta distinção, contudo, é superada

quando é necessário o aumento de mão-de-obra para que a produção não atrase. Nestas ocasiões até os jovens (entre 13 e 17 anos) são convocados a colaborar. Apenas por sua participação nos roçados coletivos é que as mulheres tem sua atividades reconhecida como “trabalhadoras”. Aquelas que dividem seu tempo entre os roçados individuais e os afazeres domésticos “apenas prestam uma ajuda” aos maridos.

Na própria percepção de D. Vera, o roçado individual está circunscrito à esfera doméstica.

*Fica assim, né, ajudo sempre. Às vezes pra ir pra roça apanhar maracujá, feijão, coisa assim eu ajudo. Se tem outros serviços lá, eu faço. Mas, a luta mais assim é em casa. Aquela preocupação danada. Eu só ajudo, nunca fiz serviço fora de casa.*

Nos roçados individuais - que tem em média três hectares - são cultivados os produtos habitualmente consumidos pelo grupo familiar. Os destaques são feijão e a mandioca, que vai propiciar a farinha o ano inteiro. A distribuição de tarefas no roçado é feita observando-se o sexo e a idade dos familiares envolvidos. Os filhos menores, por exemplo, se encarregam da colocação das sementes. Junto com o marido e filhos as mulheres participam de todos os processos da produção do roçado individual. O principal dificuldade para as mulheres é como conciliar as tarefas domésticas e as da produção agrícola. O depoimento de D. Glória mostra bem os desdobramentos para se conseguir essa conciliação:

*Primeiro amanheceu eu cuido do café e não cuido muito da casa porque tenho as menina. Quando*

*eu deixo encaminhada a comida aí eu vou pra roça da gente. As dez hora venho embora e termino de cuidar da comida e da casa e sempre tem roupa pra lavar. De tarde, vou pra roça de novo e outros dia eu não vou, pra fazer as coisa de casa ou ir na feira.*

Para a maioria dos assentados, aquelas mulheres que trabalham “fora-de-casa” deixam a casa “meio sem ordem”. Isto indica bem qual deve ser o “local” de trabalho da mulher na opinião da quase totalidade dos homens do assentamento. A saída para o trabalho nos setores é dificultada pelos cuidados dispensados aos filhos pequenos, que não tem com quem ficar (a escola local apenas admite crianças acima dos cinco anos). A condição de “mãe de filho pequeno”, que caracteriza uma bem definida fase do ciclo de vida da mulher assentada, praticamente a impede de trabalhar fora do ambiente doméstico.

Apenas um número pequeno de mulheres se encarrega efetivamente do orçamento doméstico, cobrindo a maior parte das despesas. Em dois casos são elas que fornecem a maior parte da renda para o sustento da família: Rosa, com uma pensão de um salário-mínimo que recebe do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), e D. Ana, que trabalha numa creche em Aracaju e também recebe um salário mínimo mensal. Já D. Francisca contribui com o marido na manutenção das despesas do lar com uma pensão de um salário mínimo, assim como Glória que comercializa na Feira Central os produtos cultivados nos roçados individuais, principalmente frutas da estação. D. Vera, em ação conjunta com o marido, gera renda através do repasse para um comerciante na feira da maior parte dos gêneros produzidos no roçado individual.

As demais mulheres que participam das atividades no roçado individual são vistas como auxílio de mão-de-obra na força de trabalho agrícola. Este caráter de “ajuda” é reforçado por sua dedicação parcial de tempo e pela frequência intermitente.

Essa “ajuda” mesmo significativa e essencial para o andamento nos roçados individuais, tem sua importância relativizada. Para os assentados existem os serviços “pesados”, mais valorizados e executados pelos homens e os “leves”, que podem ser efetuados pelas mulheres. Em todos os setores produtivos é feita esta distinção. Porém, nos períodos de grande atividade agrícola, como no inverno, já observei que esta diferenciação não é tão rígida. Os serviços de limpeza, na pecuária e na avicultura, de um modo geral, são vistos como uma ocupação tipicamente feminina, desenvolvida principalmente por jovens reunidos em grupos de trabalho (mutirões de limpeza).

As atividades agrícolas sofrem mudanças de acordo com o período do ano, e isso interfere diretamente no cotidiano dos assentados. No inverno, que corresponde aos meses de maio a julho, quase todos participam das etapas de plantio nos roçados individuais. Nas áreas coletivas, as ações são determinadas pelos recursos dos projetos financiados pelo PROCERA ou pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS), além de doações de sementes feitas pela EMBRAPA e EMDAGRO. É o período também de plantar capim para garantir a alimentação do gado. Durante o inverno, é comum o envolvimento de quase todos os membros da família no roçado individual, principalmente o trabalho das mulheres e crianças maiores de oito anos (nos horários em que não estão na escola).



Algumas atividades necessitam ser executadas num curto espaço de tempo, mobilizando os assentados em regime de mutirão - principalmente as mulheres - como por exemplo, na confecção de novas cortinas para os aviários.

Há ainda uma casa de farinha que funciona durante todo ano e é uma atividade que conta com a colaboração de todo o grupo doméstico e de parentes próximos. Várias famílias atribuem o fato de nunca terem passado fome ao fato de sempre terem feito sua própria farinha - motivo de muito orgulho para eles.

*Nós sempre trabalhamos junto na roça, limpando os cultivos, limpando mandioca e fazendo nossa farinha; porque essa eu nunca tive que comprar não e sempre alimentei meus filhos e netos.*

(D. Francisca)

Na pecuária, principal setor produtivo do assentamento, todos os dias tem serviço, já que o gado necessita de cuidados constantes, principalmente quanto à alimentação. O manejo do gado é definido como pertencente à esfera masculina. A primeira tarefa do dia é a ordenha do leite, que é dividido para as famílias assentadas - cada casa recebe 2 litros - e o que sobra é comercializado nas comunidades próximas ao Quissamã. Em seguida, o rebanho é levado do curral para as áreas de pastagem. Na criação do gado bovino, participam cinco assentados - todos homens. Quando perguntados se há serviço para as mulheres neste setor a resposta é sim, “na limpeza do curral”. A justificativa dada pelo Sr. Paulo é a que:

*Aqui tem muito serviço pra todo mundo, o problema é que nem todos trabalham. No curral, principalmente, só tem os homens porque as*

*mulheres tem medo dos bichos e eu acho o serviço muito pesado pra elas e o serviço que tem lá pra elas é a limpeza.*

Essa estratificação por sexo discrimina as mulheres e as excluem dos setores produtivos tidos como os mais importantes no Quissamã (pecuária e avicultura).

Os aviários são três e para cada um deles há um responsável - todos são jovens com menos de vinte anos - que cuida de todo o serviço: alimentar os frangos, abastecer os bebedouros, carregar os fardos de ração e demais serviços de manutenção. Cada um dos jovens, dorme em quartos próximos ao aviário, para que possam durante a madrugada dar assistência e continuidade a todo o processo que envolve a criação dos frangos. Mais uma vez, as mulheres são excluídas desta atividade por se tratar de serviço “pesado”, referência ao manuseio dos fardos de ração (que pesam 50kg). Algumas mulheres discordam desta exclusão, como D. Rosa, por acreditar que esse trabalho seria bem realizado por duas mulheres:

*Nos aviário, as mulheres só trabalha quando vão fazer a limpeza, mas eu acho que nós poderia se envolver mais nesse setor. Eu sei que o saco de ração é pesado, é de cinquenta quilos um saco daqueles, mas aí nós pegava em duas, né?*

Os meses de verão são marcados pelo menor volume de trabalho na agricultura. As chuvas são escassas, e como não há condições financeiras de se ampliar o sistema de irrigação (restrito apenas à horta coletiva) garantindo a umidade dos solos nas áreas de cultivo, vários

assentados procuram serviço “alugado” em fazendas próximas. Esse trabalho - a preparação da terra, e a retirada de tocos feita com enxada e foice - é remunerada na forma de diárias sem nenhum contrato formal e é destinado apenas aos homens. Todos afirmaram que “alugam” sua mão-de-obra como forma de garantir o sustento de suas famílias num período de carência para o assentamento.

Conforme vimos, a agricultura, mesmo sendo uma atividade familiar em que todos participam, continua sendo para as mulheres um campo de distinção e exclusão semelhante à descrita por Beatriz HEREDIA (1979:79) ao analisar uma comunidade de pequenos produtores em Pernambuco: *“A oposição casa-roçado delimita a área do trabalho e do não-trabalho, assinalando os lugares feminino-masculino relativos a essa divisão”*.

Essa diferenciação se torna ainda mais acentuada cotidianamente nos setores da pecuária e na avicultura. Nestes casos, segundo os assentados, as mulheres “não sabem lidar com os animais” e são inaptas para serviços considerados “pesados”, embora nada impeça que jovens entre quatorze e dezessete anos exerçam tais atividades.

Elisabeth SOUZA-LOBO (1992:262), embora não fale especificamente do campo, fornece um quadro de análise adequado à situação agrária e sublinha o gênero do trabalho:

*A relação de trabalho, como relação social, traz embutida uma relação de poder entre os sexos. Por isso mesmo, a definição de qualificações, de carreiras, de promoções é não só diferente para homens e mulheres mas remete, em cada situação concreta, às relações de força.*

As relações de trabalho entre homens e mulheres no assentamento repete uma divisão sexual histórica e culturalmente estabelecida que se sustenta na hierarquia familiar e na “biologização” dos papéis sociais. Esta desigualdade elevada à condição de “natural” implica para as assentadas na subestimação de sua capacidade produtiva e na desvalorização da natureza doméstica do seu trabalho. Mesmo a sua participação nas atividades prioritariamente ligadas ao sustento familiar e à produção agrícola é relativizada quando percebida como “ajuda” ou extensão natural de seus afazeres domésticos. No cotidiano do assentamento, a cristalização dessas relações só é superada pela premência do plantio ou colheita - e o mutirão comunitário exigido para o seu pleno aproveitamento - nos períodos de maior atividade agrícola. Em todas essas circunstâncias, as relações de assimetria sexual nas tarefas produtivas e reprodutivas do Quissamã denotam como o formato de organização social dos assentados não afetam o primado masculino nas práticas do trabalho e no exercício do poder político, conforme veremos a seguir. As exceções femininas à esta condição social são tão destacadas que terminam por evidenciar de forma sensível esta polarização.

### 2.3.2 - A Participação Política

O exercício da atividade política num assentamento rural possui uma dinâmica própria, inerente ao seu processo peculiar de formação e consolidação como grupo social. O percurso compreendido entre a fase

crítica da ocupação e resistência até as tentativas de implantação de uma gestão cooperativa traz em seus percalços os vários significados do que é o “fazer político” na realidade agrária do nosso país. O primeiro estágio - o da ocupação - mostra o grupo com um objetivo e uma identidade social monolíticas: tudo e todos (sobre)vivem para resistir. Na convicção de um propósito único, a expressão coletiva deste grupo atinge um grau máximo de “homogeneização”<sup>9</sup>, onde a superposição de papéis sociais oculta as diferentes individualidades. Todos partilham os contratempos, as decepções e os prazeres animados por um fim: a posse de um pedaço de terra para plantar... A orientação ideológica do movimento tem entre seus companheiros de luta a ressonância plena de seus princípios e suas palavras de ordem e o acampamento era fundamental para forçar a desapropriação da área. A capacidade de resistência e coesão dos acampados era vista como determinante na definição das chances de vitória.

Viabilizada a área para os - agora - assentados, tem-se início um perceptível declínio das atitudes orientadas ideologicamente. A crescente diferenciação de interesses, fruto das particularidades de cada assentado - antes imersa na onipresente aspiração coletiva -, traz na sobrevivência diária o motivo de comunhão do grupo. O eixo político, então, desloca-se da luta por um projeto agrário socialista para a necessidade de uma organização coletiva de produção que garanta o sustento das famílias. As tensões políticas deixam de ser entre “nós e os outros” para fixar-se “entre nós mesmos”. Um olhar sobre os atores sociais que percorreram as instâncias de

---

<sup>9</sup> Segundo ZIMMERMANN (1995:202) a “homogeneização” obtida no processo de luta durante os acampamentos vem em decorrência de “...um aumento de percepção crítica, tanto pelas ações de integração (discussões, trabalhos conjuntos etc) como também por aquelas induzidas pelos agentes externos para fomentar a dissociação das famílias.”

consolidação do Quissamã trará os múltiplos vieses e testemunhos que fazem da ação política num assentamento um peculiar exercício de poder.

O órgão representativo dos assentados do Moacir Wanderley é a Associação de Cooperação Agrícola do Assentamento Quissamã (ACAQ), fundada em 06 de março de 1993. O objetivo da ACAQ é “a prestação de qualquer serviço que possa contribuir para o desenvolvimento agropecuário, como crescimento do espírito comunitário e cooperativo, bem como, com a melhoria das condições de vida dos seus associados<sup>10</sup>. Apesar de fazer parte de uma estratégia de implantação de um modelo coletivo de assentamento, a maioria dos associados não tinha uma idéia clara sobre como deveria funcionar.

Para o Sr. João:

*Desde que nós tava ainda no acampamento eles falavam que era preciso se organizar. Quando nós ganharam a terra falaram em fundar uma associação que era pra continuar organizando as coisa aqui dentro e pra nós conseguir dinheiro pra plantar. Mas eu não tinha certeza se era esse o caminho, porque eu nunca fui sócio de nada e não sabia como ia ser.*

Pela ata de fundação da ACAQ, suas principais metas são:

a) promover a obtenção de crédito, financiamento ou empréstimo de forma coletiva, para atender as necessidades do assentamento e dos associados;

---

<sup>10</sup> Estatuto da Associação de Cooperação Agrícola do Assentamento Quissamã (ACAQ). Nossa Senhora do Socorro - Sergipe. 06 de março de 1993.

b)elaborar planos de exploração das áreas de produção, tendo em vista a convivência de culturas, capacidade e potencial do solo e a força de trabalho disponível;

c)gerir a organização da vida coletiva visando a promoção cultural, econômica e social dos associados;

d)administrar os recursos financeiros provenientes de tarifas, rendas, doações, empréstimos e outras fontes;

e)firmar contratos, acordos, convênios públicos ou privados para o benefício dos associados;

f)promover o transporte, beneficiamento ou industrialização da produção agropecuária, bem como sua comercialização, e aquisição de insumos, implementos agrícolas e de gêneros alimentícios;

g)firmar convênios com entidades públicas ou privadas para atender as áreas de educação, saúde, habitação, assistência técnica e administrativa, treinamento de mão-de-obra, etc;

h)filiar-se a outras entidades congêneres a nível regional ou estadual, sem perder sua individualidade e poder de decisão.

Uma vez por semana, na sexta-feira ou no sábado à noite, ocorre a reunião dos setores de trabalho, aonde são planejadas as tarefas a serem executadas nos setores produtivos durante a semana. O grupo da agricultura é o mais numeroso - varia entre oito e quatorze assentados - e a reunião dura mais tempo, entre duas e três horas. Os setores da pecuária e avicultura se reúnem quase sempre ao final da execução das tarefas do

sábado, por volta das sete horas da noite. Estes encontros são constituídos essencialmente por assentados, contando com a presença esporádica de algum técnico agrícola (ENDAGRO/INCRA) que presta assessoria na área.

A cada quinze dias acontecem as chamadas “assembléias”, coordenadas pelo presidente da associação. Nelas, a partir de uma pauta em aberto, são discutidos os mais diversos problemas do assentamento, desde questões referentes a projetos de financiamento até o cronograma de utilização do trator. Os informes, ao final da assembléia, atualizam os assentados sobre a situação de outros assentamentos, mobilizações nos acampamentos do MST, atuação dos órgãos que dão assessoria e eventos de interesse geral do movimento.

O número de assentados que comparecem a essas assembléias é quase sempre constante, embora em relação ao número desejado a frequência deva ser considerada baixa - em média nove participantes. Em geral, os presentes são o presidente e membros da direção da associação, coordenadores dos setores produtivos, líderes do MST e alguns associados.

Os assentados entrevistados reconhecem a importância da participação nas discussões da associação, como fonte de informação e encaminhamento de soluções para os problemas e conflitos do Quissamã.

Segundo Sônia,

*É muito importante a gente participar. A gente fica sabendo o que está acontecendo dentro do assentamento, sabe o que vai fazer, como é que vai ficar, qual vai ser as mudanças e tudo. Afinal de contas, isso aqui é da gente, é nosso e se você*



*não tiver por dentro pronto... não tem como reclamar de nada.*

A falta de uma participação mais efetiva faz com que exista um completo desconhecimento, por parte da maioria dos entrevistados, dos serviços prestados pela associação. As reuniões normalmente são vistas como um espaço apenas para as questões referentes aos setores produtivos. Aqueles que não participam diretamente em nenhum dos setores, se afastam - principalmente as mulheres, visto que um número reduzido executa tarefas ligadas à produção coletiva. Assentados como Vera apontam o modo como a dispersão dos companheiros compromete a melhoria da qualidade de vida:

*Acho importante que todo mundo participe das reuniões. Se todo mundo falasse igual, combinasse tudo, acho que nós poderia melhorar. Mas às vezes nem todo mundo participa porque tá cansado do trabalho; uns vai dormir, outros vai assistir uma novela, outros vai e fala pouco e outros nem fala.*

Antes de se estabelecerem como assentados, a grande maioria dos moradores do Quissamã não tinham experiência alguma em trabalho cooperativo. Quase nunca precisavam planejar a utilização de seu tempo, nem tomar decisões de caráter administrativo acerca de seus procedimentos. Desconheciam regras básicas de financiamento, linhas de crédito e toda a engrenagem mercantil (FERRANTE, 1994:140). A expectativa básica dos assentados traduzida pela fala do Sr. João é a posse e a utilização de um lote de terra para plantar.

*Tem umas reuniões hoje que eu participo. Mas eu nunca tinha participado de associação, partido ou algum movimento. Só ouvia falar de reforma agrária pela televisão... nada de reforma agrária a gente (a família) nem conhecia. Só entrei para as reuniões do movimento porque queria ter um pedaço de terra.*

Encontra-se nas normas gerais do MST<sup>11</sup>, o estímulo à “organização dos assentados, através da mobilização e capacitação destes, com vistas a estimular a prática democrática de participação nas decisões sobre os assuntos de seu interesse e, numa fase posterior, a prática de auto-gestão e auto-sustentação dos projetos financiados, através de cooperativas, associações e outras organizações formais rurais”. Na prática, observa-se que a ênfase dos líderes do MST na área ainda é o de priorizar o papel político da associação no contexto geral do movimento. Esse procedimento, porém, é suplantado pela urgência dos assentados associados em viabilizar a sua própria subsistência através da organização da produção.

Esta expectativa de desenvolvimento e viabilidade é evidenciada como a principal motivação para a filiação de membros na associação. É a partir dela que os assentados como D. Francisca sente-se participante do projeto social do Quissamã.

*Quem é cadastrado é sócio desde que chegemo aqui. Eu sou e sempre lutei pelas melhoria do nosso assentamento. Quando eles começaram a dizer que nós tinha que continuar se reunindo pra resolver os problemas e pra assinar os projeto que vinha o dinheiro, eu pedi logo pra ser cadastrada na associação. Porque eu falo tudo o*

---

<sup>11</sup> NORMAS GERAIS DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. São Paulo. 15 de setembro de 1989.

*que penso e quero saber tudo que vão fazer com o que é nosso”.*

Na verdade, a ACAQ vem intermediando a liberação de recursos e a elaboração de projetos produtivos via Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA). Na maioria dos casos, porém, a escolha dos projetos foi feita sem um processo participativo de discussão entre os assentados, mas norteando-se em critérios adotados por técnicos e lideranças.

A falta de uma participação mais efetiva na escolha e encaminhamento desses projetos, além de não promover uma distribuição do exercício cotidiano do poder entre os assentados, faz com que os associados se sintam alijados do processo e desenvolvam uma dose de desconfiança com relação às propostas subsequentes.

Sem uma articulação de propostas que viabilize o desenvolvimento do Quissamã através de uma mobilização conjunta para a produção, a participação dos assentados tende a ser ainda menor, dependentes do formato centralizador do processo decisório.

As mulheres detém, no Quissamã, os mesmos direitos que os homens tem de participarem das reuniões da associação e assembléias. O que se nota é que, em geral, somente aquelas que tem maior presença nos setores produtivos ou são militantes do MST possuem vez e voz para influir nos processos políticos.

Algumas afirmam claramente que não se sentem à vontade para participar das reuniões por não estarem inseridas nos setores de produção

coletiva, as falas delas indicam que parecem estar sempre fora do lugar, inadequadas, “*incompetentes*”.

A visibilidade política aparece, então, como o primeiro sinal verde, quase uma antecipação de outras mudanças.

Na análise de LAVINAS e CAPPELLIN (1991:36) sobre as novas dinâmicas sociais no campo:

*A trajetória que marca as experiências organizativas das mulheres rurais mostra o contexto de participação política, dentro da longa história de opressão e de exploração cujas fronteiras combinam lar e roçado, os afazeres domésticos, as responsabilidades educativas junto à família e a vida comunitária. Seu cotidiano é marcado pela conciliação de atividades que se superpõem e se sucedem, confundindo o que normalmente, no meio urbano, separa a esfera pública da esfera privada.*

Todas, no entanto, reconhecem que só a participação pública, articulada à vida cotidiana, poderá tirá-las da condição de “invisibilidade”. Um maior engajamento nas questões produtivas e administrativas do Quissamã, a discussão e encaminhamento acerca da instalação de creches e núcleos de apoio à mulher são exemplos das possibilidades de viabilização dos assentados como principais agentes sociais de revisão de sua condição “subalterna”.

Para Elisabeth SOUZA-LOBO (1991:251) a emergência das mulheres no espaço público e maior presença nos movimentos leva a confrontação com novas experiências e descobertas e “*a nova identidade*

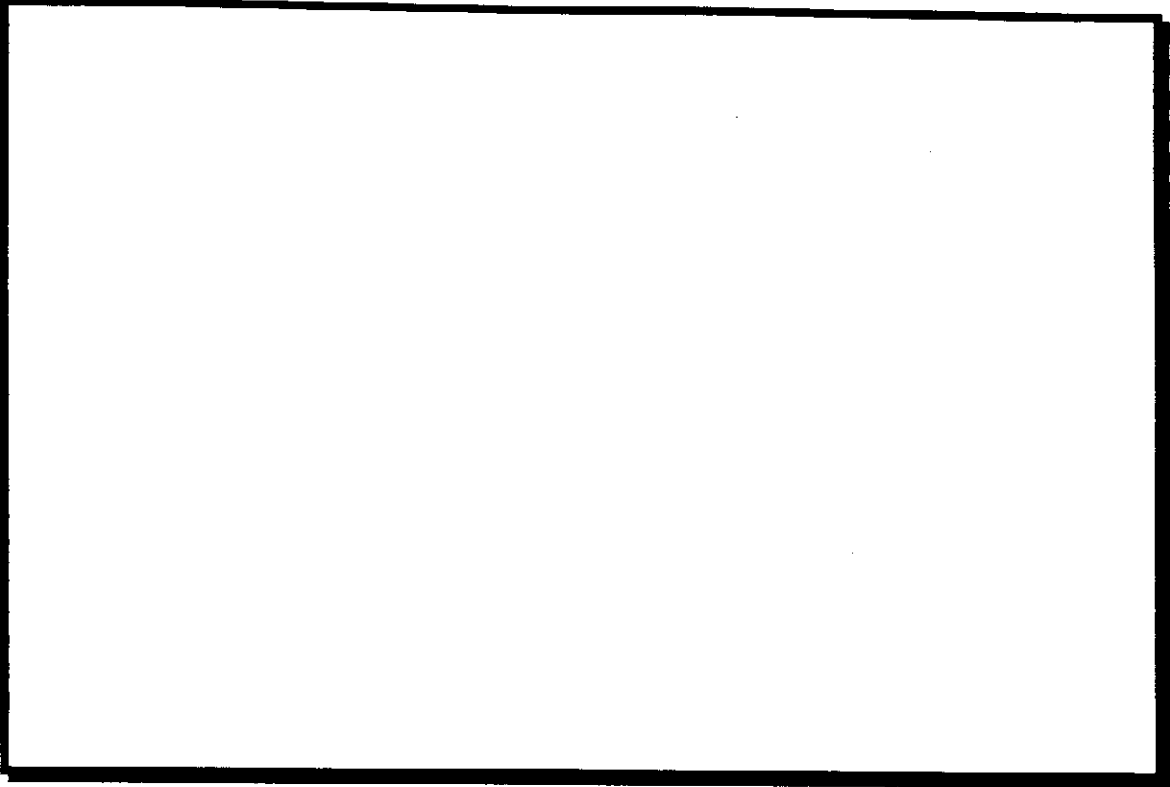
*das mulheres surge de experiências em que se descobrem como cidadãos e pessoas, elas que 'eram objeto sexual e doméstico:'*

SOUZA-LOBO acrescenta ainda que:

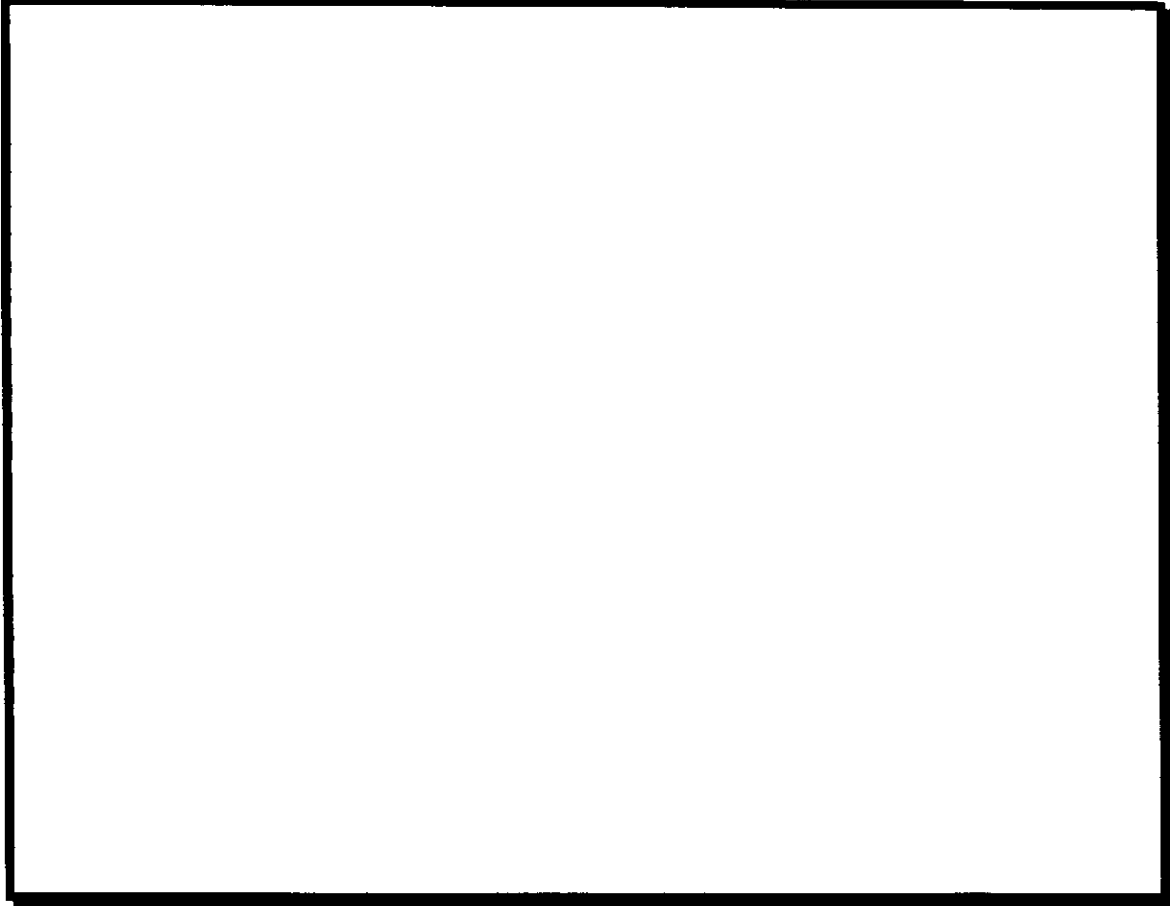
*Os caminhos de construção dessa nova identidade podem ser dolorosos, mas as práticas surpreendentes das mulheres indicam que, quando os velhos modelos são postos de cabeça para baixo, quaisquer que sejam as razões que desencadeavam as mudanças e apesar dos efeitos perversos que acompanham muitas "opções", as mulheres já não são mais as mesmas.*

A saída do espaço privado do lar para a esfera pública das reuniões é uma etapa necessária para a consolidação não só das mulheres, mas dos assentados como força social. Como observa uma militante do MST: *"elas não participam mais, porque ainda não se conscientizaram do quanto são importantes"*.

A construção da identidade política das mulheres assentadas, portanto, deve levar em conta uma revisão dos papéis tradicionais e das relações de poder no interior da família, bem como a sua presença pública como agente social de um projeto ampliado de reforma agrária.



CAPÍTULO III



## **PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E A QUESTÃO DE GÊNERO: O ONTEM E O HOJE DA REALIDADE VIVIDA.**

A participação política dos assentados na luta pela posse da terra tem desdobramentos que marcam profundamente suas existências, na maioria das vezes integrando-as a um sentido de coletividade até então inédito. O exercício da política nas instâncias da negociação pela ocupação e cessão de posse da terra tem características distintas do período que se inicia quando da sua entrada em seu próprio pedaço de terra para uma convivência social marcada por diferentes origens e histórias de vida. Na fase de resistência, a política assume quase o seu sentido mais original de estabelecer regras à organização da vida da comunidade. Neste estágio todos se aglutinam num corpo social orgânico onde não se estabelece com clareza o seu “gênero”. Homens e mulheres imbuídos da urgência e da significação política desta luta ocupam o papel de verdadeiros “soldados” da causa da terra. A distribuição de tarefas é feita no sentido primordial da resistência sem tréguas.

A entrada no espaço do assentamento dá início a uma nova fase de reacomodação dos papéis tradicionais estabelecidos pela estrutura familiar mais arcaica. Volta-se ao primado do gênero: Homens detêm o poder político e as instâncias de decisão. Cabe às mulheres os papéis de fiéis coadjuvantes da cena rural. Conforme será mostrado, há as exceções, aquelas assentadas que desenvolveram não só uma consciência de ideal

social, mas a necessidade de alteração dos códigos tradicionais de participação feminina no campo. É quando a conhecida “invisibilidade” política da mulher dá então lugar à companheira de processo de produção com vez e voz nas decisões mais importantes. Ainda assim, a hegemonia masculina é mantida como “legítima” detentora desta esfera de representação.

### 3.1. Os “Bons Tempos” do acampamento.

A história da luta pela terra é muito presente no cotidiano do assentamento. Os assentados gostam de relembrar este período. São tempos considerados difíceis porém, antes de mais nada, tempo de marcantes vitórias. Os reflexos dessa experiência permanecem para sempre na memória daqueles que a vivenciaram.

A decisão de lutar pela terra, segundo os entrevistados, decorre das precárias condições em que se encontravam as suas famílias, formadas de pequenos produtores ou de assalariados. A primeira ocupação, da já então desativada Estação Experimental de Pecuária Leiteira da EMBRAPA, ocorreu na madrugada de 04 de agosto de 1991. Na ocasião, cerca de 150 famílias reunidas e vindas de povoados e municípios próximos a Aracaju, concentraram-se na entrada da área. Organizada por líderes do MST, encarregadas de coordenar a chamada Frente de Massa<sup>12</sup>, os ocupantes

---

<sup>12</sup> Segundo definição dos militantes do MST, alguns militantes são encarregados de organizar a ocupação de determinadas áreas rurais e resistir junto com as famílias de trabalhadores rurais sem terra nos acampamentos



fixaram acampamento com utensílios domésticos, colchões e plástico para levantar as barracas. As pás, facões e enxadas utilizadas para a capinagem e limpeza de terreno tiveram sua habitual notoriedade em seu duplo papel de instrumentos de trabalho e símbolos da resistência.

Para D. Rosa, os momentos iniciais passados no acampamento são impossíveis de serem esquecidos. Foram momentos em que medos e alegrias eram compartilhados, ao lado de sonhos e dúvidas nos primeiros passos para a criação de uma nova realidade, a de assentado.

*No tempo da ocupação era muito bom, porque foi ali que a gente foi tomando sentimento com a companheirada. Muita gente que sabia sobre esses negócios todo de movimento e anima quem tá em situação pior. Porque se a gente soubesse como era não ia lá. Mas depois que a gente fica como se tivesse torcendo num campo, né. A gente tá ali agitando, se organizando, cantando, fortalece a gente. A companheirada junta, o que um come todos comem.*

O acampamento é muito mais que um simples ajuntamento de famílias. É uma espécie de organismo social com objetivos e organização bem definidos. Através da atribuição de responsabilidades e funções, seus integrantes se mobilizam, de modo solidário e cooperativo, no sentido de preservar as condições mínimas de continuidade do processo de posse da terra. No estágio inicial da ocupação, o atendimento de prioridades básicas como a instalação do acampamento, a alimentação, a segurança, a saúde e abertura de canais de negociação política funcionam como focos de aglutinação dos indivíduos, unidos por uma causa comum. Tudo os une. E

esse sentimento gregário aguça ainda mais os sentidos naturais de defesa e resistência às adversidades do ambiente. A sensação de uma identidade coletiva, além das diferenças de origem social, de sexo ou das disparidades de expectativas diante do sonho da terra própria dá a todos a condição de influentes, tanto no estabelecimento das regras de convívio quanto na mobilização de poder político, atraindo a atenção da opinião pública, autoridades, imprensa e da sociedade em geral. A participação política dos integrantes de um acampamento se manifesta nos esforços de conscientização dos coordenadores, na promoção da organização interna do acampamento e no exercício diário de afirmação e resistência de uma nova ordem social de mobilização e luta por um pedaço de terra.

O duro dia-a-dia de um acampamento pode ser resumido numa rígida rotina na qual, logo às cinco horas da manhã, os organizadores acordam os sem terra acampados. Ninguém fica dormindo. Em seguida, um grupo faz a primeira refeição do dia com cuscuz, pão e café. Os membros deste mesmo grupo distribuem o alimento para todos. Por volta das sete horas, os organizadores do movimento reúnem os sem terra e passam as informações, como quais instituições e quem tem contribuído política ou materialmente (roupas, alimentos, remédios, etc.) e como andam as negociações do processo de desapropriação da terra. Nesse momento, os líderes falam sobre o socialismo e as desigualdades no capitalismo, procurando o que chamam de “conscientização sobre a importância da luta”. Depois os grupos se dividem para o cumprimento de outras tarefas como a melhoria ou construção de novos barracos, retirada do mato e busca ou transporte da água. Audiência no INCRA e a montagem do esquema de segurança são responsabilidades das lideranças do MST. Ao meio dia sai o

almoço. À tarde, nova reunião, com novos informes e “aulas” sobre socialismo e importância da Reforma Agrária. Por volta das quinze horas, os grupos retomam suas ocupações até a última refeição às dezoito horas. Por volta das dezenove horas, o grupo de animação reúne os sem terra. É o momento de descontração, de conversar, cantar e principalmente dançar forró. No dia seguinte, tudo se repete.

No espaço do acampamento, onde as famílias possuem características individuais bem heterogêneas, se vive um fenômeno de “homogeneização” ocorrido no próprio processo de luta pela terra. As diversas trajetórias de vida, a multiplicidade de aptidões e conhecimentos, os valores e os diferentes antecedentes de trabalho se mesclam - indistinguíveis - sob a premência do mutirão aglutinador que se funda em convicções hegemônicas traduzidas na força das palavras de ordem: ocupar e resistir. Alguns estudos (BERGAMASCO, FERRANTE, D’AQUINO, 1991) analisam como esta homogeneização atinge seu auge durante os períodos de acampamento e resistência. Nesta etapa acontece um aumento da percepção crítica tanto pelas ações da organização (discussões, trabalhos em grupo, etc) como pela participação e incentivo de diversos setores da sociedade civil. Toda essa experiência é comumente descrita como a mais importante - mesmo tendo sido a mais sofrida - de suas vidas. Os relatos de cooperação e ajuda mútua, além da experiência de dividir o pouco que tinham, são exemplares:

*Quando era cinco horas da manhã, eu já tava de pé, querendo saber o que ia ser feito naquele dia, como nós ia agir. Tudo era decidido em reunião e ninguém faltava. Nós também dividia tudo. O que*

*um comia todos comiam e um copo de café dava pra tanta gente!* (D. Rosa).

Na ocupação da terra por famílias de origens distintas e de diferentes histórias de vida, a motivação principal da luta é a organização de um modo de vida com garantias mínimas de sobrevivência. É a esperança de “menor sofrimento”, de “poder ter uma frutinha na hora que meus filhos pedir, de ter uma galinha criada no meu quintal. E de poder deixar algo pra eles” (Sr. João).

Esse mínimo denominador comum de seus anseios imediatos influencia e determina o comportamento dos sem terra. Os papéis sociais tradicionalmente conferidos a homens e mulheres ficam parcialmente suspensos. A atividade diuturna de reunir, mobilizar, conscientizar, resistir, negociar, influenciar, persuadir, comover, empolgar, e manter inabaláveis corações e mentes acampadas sobre o próprio sonho não dispensa ninguém. Não há defensores e defendidos. Todos são “soldados”, indistintos. Nessa “guerra”, a circunstância desfaz o gênero. Na ótica do MST, todos são de algum modo “militantes” de um ideal socialista. Há uma paridade na divisão de tarefas, não cabendo a nenhum dos sexos alguma forma de ascendência hierárquica. Apenas algumas funções como a segurança e a preparação das refeições ainda são confiadas quase exclusivamente a homens e mulheres, respectivamente. No geral, todos desempenham suas ações como se fossem etapas de um rito de passagem que os levará à concretização de um sonho.

Mesmo as mulheres, convencionalmente vistas como estritamente ligadas ao lar e a manutenção da família, ocupam posições de destaque neste estágio do movimento.

Historicamente, as abordagens da Ciência Política sempre minimizaram as lutas e os espaços conquistados pelas mulheres enquanto sujeito público, e mais que isso, político. Não que sua presença não tenha sido constatada, mas dificilmente era registrada, já que a atividade política era vista como uma esfera de atividade masculina.

Mesmo assim, hoje parece possível afirmar que está havendo uma mudança na avaliação da participação das mulheres nos movimentos sociais e agora já há a necessidade de incorporá-las e reconhecê-las como “atrizes políticas”.

Com isso, as mulheres deixam a sua obscura presença de coadjuvantes silenciosas e passam a ter voz e vez nos espaços de expressão política. Cada vez mais visíveis, a notória desenvoltura das mulheres numa ocupação se faz sentir não só pela sua força de trabalho nessa fase estratégica da mobilização, mas, sobretudo, pela legitimidade que elas conferem, em sua aparição pública, ao caráter familiar e à urgência social da questão agrária. Do lar direto para o campo, no sentido inverso à sua tradicional “invisibilidade” política.

No movimento, as mulheres enfrentam longos períodos de resistência aonde tem se rompido os estereótipos de comportamento feminino no tocante ao seu apoliticismo, submissão e apatia.

Sob a precariedade das lonas e plásticos dos barracos improvisados, às margens das estradas ou fazendas, as mulheres mostram-se ativas e participantes.

Lia, 26 anos, é um exemplo da nova mulher sem terra - já que mesmo vivendo no Quissamã, ela ainda não é cadastrada em nenhum assentamento e continua a militar no movimento. Estudou até a 3ª série primária e trabalhava como doméstica na Bahia. Estimulada por um ex-namorado, mudou-se para um dos acampamentos no estado e se integrou ao MST, tão logo tornando-se uma das coordenadoras do setor de alimentação. Lia relata que passava os dias fazendo visitas aos barracos para verificar se havia alguém sem comida, doente, ou precisando de ajuda.

D. Francisca é outro bom exemplo. Casada e mãe de 11 filhos, ela levou boa parte da família para participar da ocupação da área próxima a Estação Experimental. Também foi ela quem incentivou o marido e alguns dos filhos a entrarem para o movimento. Nas palavras dela: *..meu maior desejo era ter um pedaço de terra, por isso nós veio pra cá, eu sempre tive esse objetivo.*

No cotidiano do acampamento, as diversas comissões (alimentação, higiene, saúde, negociação, segurança) aglutinam pessoas de ambos os sexos e faixas etárias distintas. Observa-se nelas uma completa integração de interesses, acima e além das discordâncias individuais. Isto faz da convivência entre homens e mulheres um exercício constante de parceria igualitária, como reconhecimento recíproco de todos na luta pela posse da terra. Assim, o poder político - exercido pelas lideranças - é partilhado por todos, através das atribuições das comissões e da sistemática circulação das informações e dos encaminhamentos sobre o dia-a-dia das negociações.

As reuniões contam com a participação de todos e não raramente tomam ares de celebração comunitária.

*Quase todo dia tinha reunião, assim uma palestra sabe, pra discutir alguma coisa. Era animado na época. Todo mundo participava, não ficava ninguém nos barraco. Todo mundo tinha atividade. Homens, mulher, menino e tudo. Participava todo mundo do mesmo jeito. Todo mundo era amigo. Não tinha essa de querer ser melhor que os outro, todo mundo era igual.*

(D. Glória).

A idéia central sobre a qual trabalhava o MST era a de que aquele futuro assentamento seria *“um exemplo de organização e socialização dos meios de produção para os outros sem terra.”*

Baseado nesse princípio, os organizadores do acampamento promovem as chamadas “aulas”, abertas a todos que tenham interesse em conhecer os fundamentos ideológicos do movimento. Estas “aulas” são realizadas em vários horários para que todos os acampados possam participar, sem detrimento de suas atividades diárias.

Após o período de negociações do acampamento, inicia-se uma nova fase em que os indivíduos são cadastrados pelo INCRA e inauguram uma outra etapa de suas vidas em que uma “identidade” começa a ser construída: a do assentado rural.

Para muitos autores, “assentado é uma categoria nova” (BERGAMASCO e FERRANTE, 1994:188), que passa por um processo de afirmação de novos valores e novas simbologias, inaugurando uma dinâmica social rica em situações, impasses e enfrentamentos.

Passado o período de resistência do acampamento, o “sem-terra” transforma-se em “assentado”, e todos os valores e referências anteriores ao momento da ocupação voltam a ter importância decisiva na configuração das relações de produção no interior do assentamento. Do mesmo modo, o exercício do poder político - outrora distribuído democraticamente a todos os ativistas da causa comum da terra - passa a ser centralizado pelas coordenações do movimento numa reacomodação das instâncias de decisão em torno de um grupo “de lideranças”.

Antes, ocupação e resistência.

Depois, coletivização: agora esse é o nome do novo jogo político.

### 3.2. Assentamento hoje

Após o período do acampamento, começa uma nova etapa na vida dessas famílias: a preparação para a coexistência no assentamento.

Trinta e sete famílias foram cadastradas e beneficiadas com a concessão de uso da terra. Por orientação do próprio MST, de comum acordo com o INCRA, a opção por um sistema de socialização da terra e dos meios de produção gerou desde cedo alguns insatisfeitos. Esse “mal-estar” tem sua origem mais evidente no fato de que, nas reuniões de base anteriores à ocupação, as lideranças do movimento defendiam a divisão da terra em lotes de vinte e três hectares para cada trabalhador assentado. No



entanto, logo após a regulamentação da área, prevaleceu a proposta do movimento. Como parte desta estratégia, alguns integrantes da frente de massa e lideranças do movimento foram assentados na área e continuaram a exercer suas atividades de mobilização e organização de novos trabalhadores sem terra. No caso específico do Quissamã, essa conveniência era reforçada pelo fato do assentamento estar localizado numa área privilegiada - próxima a capital do estado - facilitando a contínua articulação das lideranças. Vieram do sul do país, IVO, que faz parte da Coordenação Nacional do movimento e uma das principais lideranças no estado e Selmiro, que já acumulava grande experiência em administração de cooperativas em assentamentos rurais no Paraná. Logo após a fundação da ACAQ, ele assumiu a presidência e também a coordenação dos setores coletivos de trabalho.

A diversidade de trajetórias de vida dessas famílias e suas diferentes relações com a terra compõem um mosaico heterogêneo, apesar da proximidade geográfica de seus municípios de origem e da aparente unidade dos grupos quando irmanados na luta pela ocupação. Surgem, a partir dos muitos projetos individuais e dos diferentes graus de engajamento com o MST, os primeiros pontos de tensão nas reuniões sobre o futuro do Quissamã. A quase totalidade dos assentados no Quissamã vieram de municípios próximos a área onde está localizada o assentamento e apenas os dois membros do MST citados acima são de estados situados no sul do país. Mesmo tendo vindo de áreas tão próximas, os assentados estão longe de ter uma unidade de pensamento, em consequência dos diferentes caminhos vividos por cada um, seja na vida pessoal - alguns vieram com família, outros ainda solteiros, e Rosa que já era viúva - seja nas diferentes

experiências de trabalho - ex-arrendatários, trabalhadores rurais e urbanos - ou ainda nas formas diferenciadas de envolvimento com questões políticas na sua grande maioria, essa tinha sido a primeira experiência em ocupação como “sem-terra”. O ponto comum a todos era a conquista de um pedaço de terra.

Na fala de Glória, tudo era novidade, tudo era diferente:

*Nada de reforma agrária a gente não conhecia. Nós foi pra reunião porque mãe tinha ouvido falar que todo mundo que fosse pro acampamento ia ganhar uma terra que tava desapropriada e que não ia ter perigo de nada, as terra o dono não queria mais.*

*Aí eu fui pras reunião junto com o povo lá de casa, mas não sabia como era, só que os militantes dizia que era bom e que não era muito longe. Mesmo quando a gente tava na maior dificuldade na barraca, eu pensava como ia ser bom plantar numa terra nossa.*

A maioria das famílias não tinha clareza se a forma coletiva de produção seria a melhor escolha para a área. Além de uma “bagagem” cultural calcada na produção familiar individual, nenhum dos recém-assentados tinha tido qualquer experiência de produção agrícola coletiva. Esta opção foi aceita, mesmo contrariando muitas famílias que consideravam “sem terra” a decisão de lutar até obter a posse de um pedaço de terra.

*Eu gosto de trabalhar, eu sei trabalhar e quando nós entramo aqui eu vi que ia ter muito trabalho. Eu fui contra o coletivo, mas fiquei porque a luta já tinha sido muito grande e eu queria ainda ter um pedaço de chão pra eu e meus filho plantar. E*

*quando nós ia pra reunião e nos momento difícil,  
eles sempre diziam que tava perto de realizar o  
sonho de cada um ter seu pedaço de terra.*

*(S. João).*

Na consolidação do assentamento como um espaço comunitário, buscou-se a implantação de mecanismos associativos que tornassem possível a cooperação agrícola como caminho para a organização da produção.

O MST entende como cooperação agrícola “todas as formas de organização coletiva na produção, na comercialização, na prestação de serviço e na agro-indústria, visando alcançar:

1. Condições objetivas e materiais de organização do trabalho e da exploração de recursos naturais, que representam:
  - a) aumento da produção;
  - b) aumento da produtividade do trabalho e da terra;
  - c) aumento da renda e, por conseguinte, melhoria das condições de vida;
  
2. Condições para o progresso social, com melhorias do bem-estar social, possibilitando acesso à educação, à saúde, luz elétrica, água encanada, telefonia, estradas, etc.;

3. Ser uma retaguarda econômica de sobrevivência no capitalismo, acumulando força política e criando condições para liberar trabalhadores para atuarem nas organizações e em todas as lutas da classe trabalhadora por conquistas econômicas e pela transformação da sociedade;
  
4. Contribuir para a organização da classe para conquistar a Reforma Agrária e a implantação de um sistema socialista”.  
(GÖRGEN e STÉDILLE, 1991:146)

A condição de trabalhador rural assentado inaugura um outro tipo de conflito, agora a nível pessoal ligado ao seu processo de superação da antiga condição de “sem-terra” para o de “possuidor da terra”. O indivíduo que antes era detentor da organização de seu próprio tempo e de seu trabalho, vê-se diante do imperativo de sujeitar-se a normas fixadas para ele, e não mais por ele. Isso implica também a revisão de seus interesses na forma de exploração da terra em favor de uma estrutura coletiva de produção. A disposição de lutar pela terra sempre era associada à busca de um melhor padrão de vida, a sobrevivência e autonomia econômica providas pelo trabalho familiar individual. A sonhada entrada no seu lote de terra lhe confere um novo status, que alia ao sabor da vitória a sensação de “estranheza”. A formação dessa nova identidade, através da consolidação de uma coletividade rural, não é um processo restrito às suas capacidades, mas mediado, conforme afirma FERRANTE (1996:138) sobre as diretrizes políticas vigentes num assentamento no interior de São Paulo, “por um modelo-cooperativo forjado nas instâncias do poder”.

A formação de uma associação é quase uma decorrência natural do encaminhamento político de inspiração socialista do MST. Ela serve para facilitar o acesso ao crédito, à comercialização, aos incrementos de produção e ainda visa dar continuidade à organização vivida no acampamento. Este é mais um passo em direção à criação da “identidade” do assentado, apesar das especificidades de cada família e das reconhecidas dificuldades de adaptação. Segundo SILVA e MARTINS apud FERRANTE (1994: 139):

*Assim como a 'fabricação' do operário é um processo extremamente longo, permeado de lutas, conflitos que se produzem e reproduzem no bojo de um sistema de produção, a 'fabricação' do assentado, produtor agrícola, é um processo, um aprendizado que, pode-se dizer, está ainda em curso, cujos desdobramentos apresentam-se como um campo aberto de possibilidades.*

Importante ressaltar aqui a ambigüidade do posicionamento dos membros do MST, que não deixam de se auto intitular como “sem-terra” mesmo na condição efetiva de “assentados” rurais. Na verdade, continuam a agir apenas como militantes, principalmente tendo como funções básicas atribuições políticas - dentro e fora do assentamento - se excluindo totalmente das atividades produtivas. São tidos como lideranças, mas para alguns assentados apenas exercem o papel de dirigentes ou “patrões”.

A quase totalidade dos assentados tem na preocupação com a sustentação econômica do Quissamã e na garantia da manutenção de sua família as principais motivações para exercerem a sua condição de

associado. Quase sempre são indiferentes ao caráter político-ideológico conferido pelas lideranças à natureza daquele agrupamento rural.

Os assentados, em geral, restringem sua experiência de participação política ao período de reuniões preparatórias e ao período relativo à ocupação do Quissamã. Ainda assim movidos pelo sonho - puro e simples - de um pedaço de terra. Muitos afirmam que sequer imaginavam o que iam passar no acampamento.

*Quando nós tava nos barraco era uma luta. Tinha horas que dava um desânimo, era o mesmo que tá vivendo num cativoiro. Era tanta dificuldade, que nós só se mantinha pela vontade de não trabalhar mais na terra dos outro. (D. Francisca).*

Dá se deduz que a intensa vivência comunitária experimentada nos dias de resistência não suplanta a urgência particular e específica de superação da pobreza no seio destas famílias.

Para quem os observa de fora, os assentados podem parecer um núcleo político que está constantemente voltado para ações políticas na sociedade. O que se constata é que um número pequeno continua participando das ações do movimento, e a grande maioria volta-se para a dinâmica cotidiana interna do assentamento, preocupados com a produção e a reprodução social dos indivíduos.

### 3.2.1. Relações políticas entre os assentados, a associação e o MST.

Esta indefinição inicial parece ser típica das associações de assentados rurais (ROMANO, 1994:251) e da sua formação orientada pela proposta socialista de sociedade do MST: as lideranças enfatizam a face política desta iniciativa, ressaltando-a como uma base de formação de novos militantes e exercício dos ideais socialistas dentro destes agrupamentos sociais; e os associados, que compõem a grande maioria, destacam a prevalência dos aspectos econômico e administrativo como preponderantes para a viabilização do assentamento.

Os principais estímulos para a adesão dos trabalhadores rurais à idéia da formação de uma associação para o Quissamã, vieram exatamente dos benefícios que seriam obtidos através dos financiamentos de projetos para a aquisição de máquinas, sementes e implementos agrícolas, das garantias de assistência técnica e assessoria de órgãos e empresas de desenvolvimento agrícola, das vantagens de compra de insumos e vendas de produtos em escalas maiores. Tais fatores eram ressaltados e propagados pelos próprios militantes do MST, que, no entanto, nunca omitiram a conotação política deste empreendimento.

*O movimento sempre incentivou a continuidade da organização nos assentamentos e isso sempre acontecia pela associação. Eu mesma já participei das reuniões de associação e cooperativas em assentamentos de outros estados. Tudo deve passar pela associação, tanto as discussões políticas, como financeira. (Rita).*

Nas reuniões da ACAQ, todos os assentados podem participar. Não há uma pauta pré-estabelecida. Os assuntos são colocados em discussão pelo presidente - escolhido por indicação direta da maioria dos assentados. Os temas do dia são escritos num quadro-negro e postos em debate para a audiência composta por um pequeno percentual do total de assentados.

A predominância das questões ligadas à gestão do Quissamã é notória. O encaminhamento de propostas de projetos junto a órgãos como INCRA ou ENDAGRO e a solicitação de empréstimos a bancos dividem as atenções com o conserto do trator e a divisão das horas dedicadas ao “coletivo” (setor do roçado aonde a produção é compartilhada por todos que trabalham). Alguns assuntos anteriormente discutidos nas reuniões específicas dos setores produtivos podem ser retomados para a apreciação dos demais membros. A melhoria dos processos de produção e as estratégias de comercialização e divisão dos valores apurados também ocupam um bom tempo destas reuniões.

No entanto, nem a importância ou a pertinência desses temas tem revertido as razões da baixa participação dos assentados nos processos decisórios que norteiam a ação administrativa e o posicionamento político da associação. Conforme vimos no início deste capítulo, a motivação de caráter individual da quase totalidade dos assentados com relação aos seus planos de utilização da terra, dificultam a pronta assimilação e a identificação com o projeto cooperativo proposto pelos líderes do movimento. A mobilização inicial pela criação da associação - incentivada pelas vantagens prometidas por este formato de organização - dá lugar em



pouco tempo à apatia de alguns filiados. Isto ocorre principalmente devido às dificuldades de encaminhamento das propostas, a rejeição de metas ou objetivos não alinhados com o ideal coletivo de produção e pela falta de planejamento das lideranças na formulação de um plano de ação integrado, que contemple as diferentes vocações e expectativas das famílias assentadas.

A tão desejada participação coletiva esbarra na concreta concentração de poder de decisão num núcleo ainda menor de associados. Estes parecem deter o saber necessário a ser aplicado em favor dos destinos do Quissamã. As informações e o conhecimento são do domínio de poucos que poderão por isso atuar efetivamente nas futuras decisões e iniciativas.

Essa centralização política culmina com a decisão de muitos em se manter à margem do modo de funcionamento da ACAQ. Cria-se um tipo de dependência tácita das iniciativas das lideranças. Os assentados comumente alegam cansaço e indisposição para freqüentarem as reuniões e, assim, exercerem o seu direito de intervir e influir. Depois de longas jornadas de trabalho no transcorrer de uma semana, esta opção pelo descanso também não chega a ser a expressão simplista de uma acomodação. De todo modo, é necessário para a vitalidade política deste grupo social, a circulação do exercício do poder, sob pena de se ter no futuro apenas um “ajuntamento” de famílias partilhando o mesmo solo, sem nenhum traço que os identifique com a proposta original de convivência democrática, cooperativa.

No âmbito da militância política, já houve maiores diferenças entre a participação dos homens e das mulheres. A elas cabiam apenas as

tarefas tidas como sendo de características femininas, inibindo assim a participação mais ativa das mulheres na definição dos rumos do movimento; e no caso do Quissamã, no assentamento como um todo. Hoje, os entrevistados alegam que essa situação já está mudada. É comum existir sempre um homem ou uma mulher atuando nas reuniões de convocação dos trabalhadores para o engajamento no movimento, são as chamadas reuniões de base<sup>13</sup>.

Ligado ao MST, o Centro de Capacitação Canudos (CCPAC) promove com regularidade cursos<sup>14</sup> de curto e longo prazo (de dois a sete meses), mas que, em geral, também não contam com a presença de assentados no Quissamã. Isto porque os participantes dos cursos precisam dar dedicação exclusiva e, como já vimos, a maioria dos assentados não dispõem de tempo para outra atividade senão aquelas diretamente ligadas à subsistência. A maioria dos participantes, conseqüentemente, é de jovens - em média de quinze a vinte e cinco anos - que serão "capacitados" para atuarem como militantes do movimento. Mesmo com uma certa freqüência de aplicação destes cursos, é comum os assentados não saberem maiores informações acerca deles ou de seus participantes.

*Um dos meus menino já participou de um curso lá na casa grande, mas demorou muito tempo e ele não podia ajudar no roçado e também ele não queria entrar pro movimento. Nós sempre achou*

---

<sup>13</sup> Na definição de Sônia, que já foi militante e participou das reuniões de base: "trabalho de base é reunião, é conversar com os trabalhadores porque nós temos que tomar a posse da terra. É a gente convidando eles a participar do movimento e entrar com a gente em mais um acampamento. Só dois ou três não dá, tem que entrar muitas famílias".

<sup>14</sup> Os cursos de capacitação fazem parte das linhas políticas do MST e são tidos como essenciais para aumentarem os conhecimentos e a capacidade de intervenção dos assentados na realidade social em que vivem. Segundo o Documento Básico do MST (1991:44) "A formação faz parte da organicidade do movimento. O processo de formação tem por objetivo desenvolver e garantir a unidade político-ideológica da organização".

*muito perigoso e eu não quero meu filho longe daqui, longe da gente. Esses militantes andam muito.* (D. Fátima).

Devido à própria carência de mão-de-obra para trabalhar nos roçados, as famílias quase nunca incentivam seus filhos a participarem dos cursos de capacitação. Além de não dispensarem o auxílio que todos prestam aos afazeres domésticos, a colaboração no “coletivo” inviabiliza a saída destes jovens para uma prática que os pais consideram sujeitos a perigos e incertezas. O Sr. Paulo, que passou por esta vivência, reconsidera:

*Nós não conhecia a reforma agrária, nem o movimento, mas eu dou muito valor a quem tá nele e sai por esse mundo afora aconselhando mais trabalhador a participar. Mas a gente passa muito sofrimento e isso eu não desejo pros meus filhos.*

### 3.2.2. A participação feminina na ACAQ e no MST

Se a inserção dos homens nas instâncias políticas formais do assentamento é pequena, esse número é ainda menor quando se refere às mulheres. Reproduz-se, também no Quissamã, a subordinação de um gênero ao outro; as assentadas são alijadas da arena política por considerar-se esta área de atuação como sendo tipicamente masculina. Recuperado no espaço do assentamento o cenário doméstico anterior ao período de ocupação e resistência, as categorias de gênero voltam a determinar a oposição

hierarquizante, que subordina o papel político destinado às mulheres à esfera de poder masculino.

Toda aquela contribuição dada pelas mulheres no período de ocupação e resistência não é mais tão efetiva, nem a sua mobilização como força social é incentivada. O que se percebe é que, após a condição de assentados, há uma acomodação dos atores sociais envolvidos em torno das práticas e papéis tradicionais destinados a homens e mulheres.

No entanto, a atuação política das mulheres nos processos decisórios ainda que minoritária é valorizada. Aquelas que participam das reuniões e assembléias promovidas pela associação tem suas opiniões discutidas e - quando procedentes - acatadas. A particularidade desse pequeno grupo (de cerca de quatro mulheres) é que todas desempenham funções importantes no setor produtivo. Uma delas acumula posições relevantes tanto na direção da ACAQ, como tesoureira, quanto no setor de educação do MST, a nível estadual.

A marcante experiência de participação vivida no acampamento influenciou na decisão dessas mulheres de não mais se restringirem às tarefas ligadas ao plantio ou ao ambiente doméstico. Sendo assim, acabaram por se inserir nas discussões e encaminhamentos que determinam os rumos do assentamento.

D. Rosa (víuva 40 anos, mãe de seis filhos) é uma dessas mulheres que sem uma vivência política anterior já se tornou uma entusiasta da importância do movimento.

*Depois que a gente tá dentro, não quer mais sair e se eu pudesse eu tava o tempo todo agitando para que outros companheiros também entrem nessa luta.*

No Quissamã, Rosa é uma das que mais participam, tanto na produção agrícola quanto na organização social e política, mesmo em meio às suas queixas de que não pode largar os filhos nem parar de trabalhar para manter o sustento deles, todos menores de idade.

Acho muito importante todo mundo participar, seja mulheres, homens e jovens. Ali é onde a gente se desenvolve, vê como é que funciona o nosso assentamento, a nossa luta e aprende a dar valor a isso. Poucas mulheres aqui participam e se depender de mim, eu vou incentivar pra participar mais, Eu dou um jeitinho no meu tempo e mostro a elas como é que se faz isso. Tem umas delas que não sabem nem como atua o movimento.

As demais assentadas que frequentam as reuniões têm a sua participação bem recebida. Não por mera coincidência, mais participam aquelas mulheres que trabalham no coletivo. Isto se explica não apenas pelo fato da ampla predominância de assuntos ligados aos setores produtivos. Mas também pela “qualificação” atribuída às assentadas que ao desempenharem tarefas numa área tida como de domínio masculino são incorporadas pelo grupo como força de trabalho produtiva. Esta questão será melhor analisada no capítulo seguinte.

Para Lia, que faz parte da frente de massa, tanto o MST como a própria sociedade vêm de forma diferente a participação da mulher atualmente:

*Eu percebia que os homens não aceitavam ser coordenados por uma mulher, essa sempre foi a maior dificuldade para organizar as reuniões. Hoje eu não sinto mais isso não. Eles perguntam é como eu tenho coragem. E isso mudou aos poucos, pela forma como nós trabalhamos. A mulher tem que saber se posicionar de frente pra massa, isso a gente aprende aos poucos. Eles pergunta se nós, como mulher, não tem medo de participar do movimento e nós responde que não. E a gente gosta de falar e mostrar como é a participação das mulheres que é boa e é importante.*

Ao desempenhar papéis políticos, há uma redução considerável do tempo disponível para qualquer trabalho da esfera privada. As atividades públicas consomem fatias significativas de tempo e implicam na desistência ou no adiamento de alguns projetos de interesse individual. Por isso, divididas entre afazeres domésticos e o trabalho na agricultura (roçado individual e plantio coletivo), tempo e energia são grandezas físicas determinantes (e limitantes) dos afazeres cotidianos das assentadas.

Ao serem questionados sobre a importância da participação da mulher no movimento, os assentados respondem que concordam e demonstram reconhecer o papel por elas já desempenhado. Porém, a grande maioria afirma que não deixaria suas companheiras ou filhas participarem,

tamanho os riscos de conflito e as dificuldades extremas por que passam nestes momentos.

As próprias mulheres concordam com esta opinião, e afirmam que agiriam do mesmo modo.

*Os pais não deixam muito as filhas participarem. Tem cidades que eu pergunto às meninas se elas gostariam de participar e elas dizem que sim, mas os pais não deixam. Pior ainda as que são casada, que os marido não querem nem que eu pergunte. E o pior é que elas aceitam isso. Mas no movimento tem muito respeito e a gente hoje enfrentamos os preconceito. (Lia)*

As Normas Gerais do MST, no capítulo referente à “Articulação das Mulheres”, prescreve que deve ser estimulada a participação das mulheres “em todos os níveis de atuação, em todas as instâncias do poder, e de representatividade”. No caso específico do Quissamã, o pequeno grupo de mulheres participativas pode ser “classificado” em duas pequenas subdivisões: a primeira compreende aquelas assentadas diretamente ligadas ao movimento. Elas fazem parte da Frente de Massa ou coordenam as atividades ligadas ao setor de educação, responsável pela educação primária e alfabetização de adultos, bem como o Setor de Saúde, que media o encaminhamento de projetos de assistência médica entre as instituições de saúde do estado e o assentamento. O outro subgrupo é formado pelas mulheres com efetiva participação na produção agrícola coletiva, primordial para o sustento das famílias do Quissamã. Por empregarem o seu tempo e sua mão-de-obra numa atividade tão estrategicamente vital para a subsistência do assentamento, elas adquiriram

um espaço de visibilidade social e política nas instâncias decisórias. A presença de todas estas mulheres pode ser notada em atos públicos, congressos organizados pelo movimento, reuniões e assembleias.

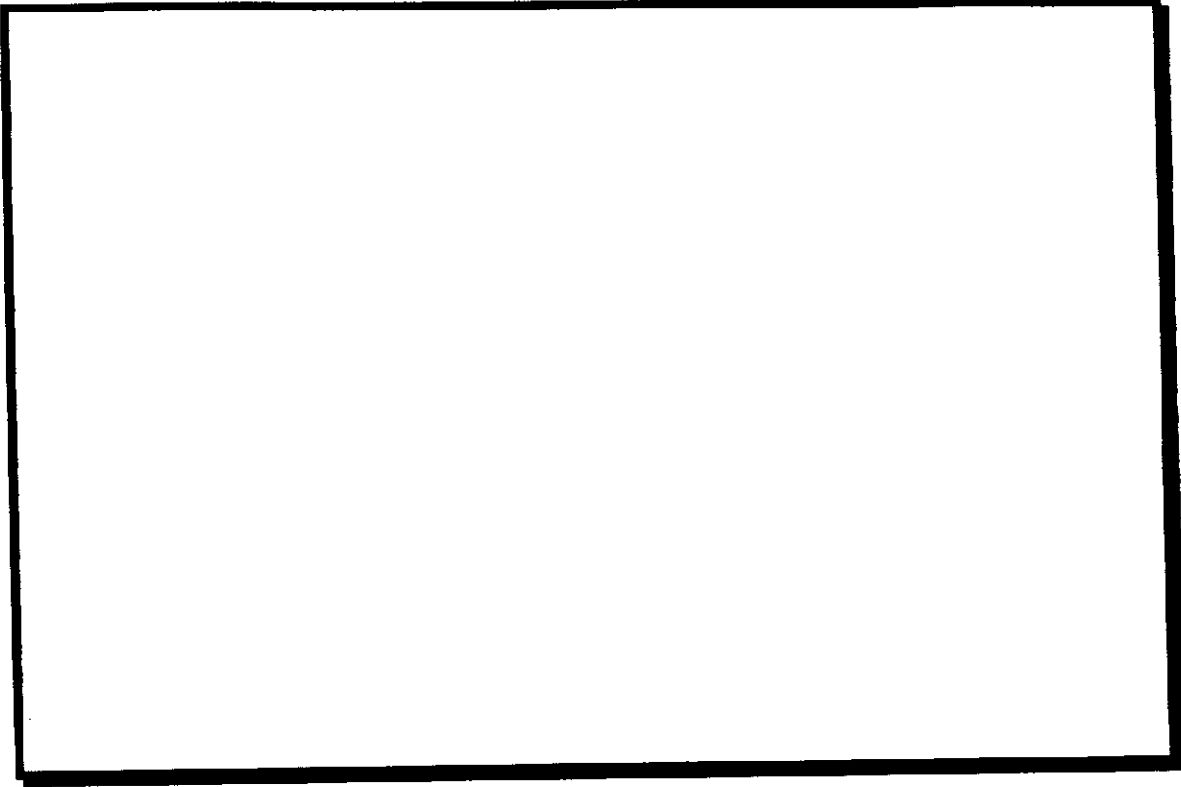
Na análise de Celi PINTO (1992:131) sobre a visibilidade das mulheres enquanto sujeito nos movimentos sociais encontramos a discussão desse processo de construção da identidade política:

*A adesão pode ser pensada como um rito de passagem do mundo privado para o mundo público. O rito envolve, no caso, uma rede de rupturas e a constituição de uma identidade pública. A adesão coloca o sujeito frente a novas relações de poder e, conseqüentemente, de tensão no interior da família, do local de trabalho, nas relações de afeto e vizinhança. Aquele que adere se diferencia rompendo, por exemplo, com relações de poder estabelecidas no interior da família, caso bastante comum quando se trata de uma mulher que passa a participar de um movimento.*

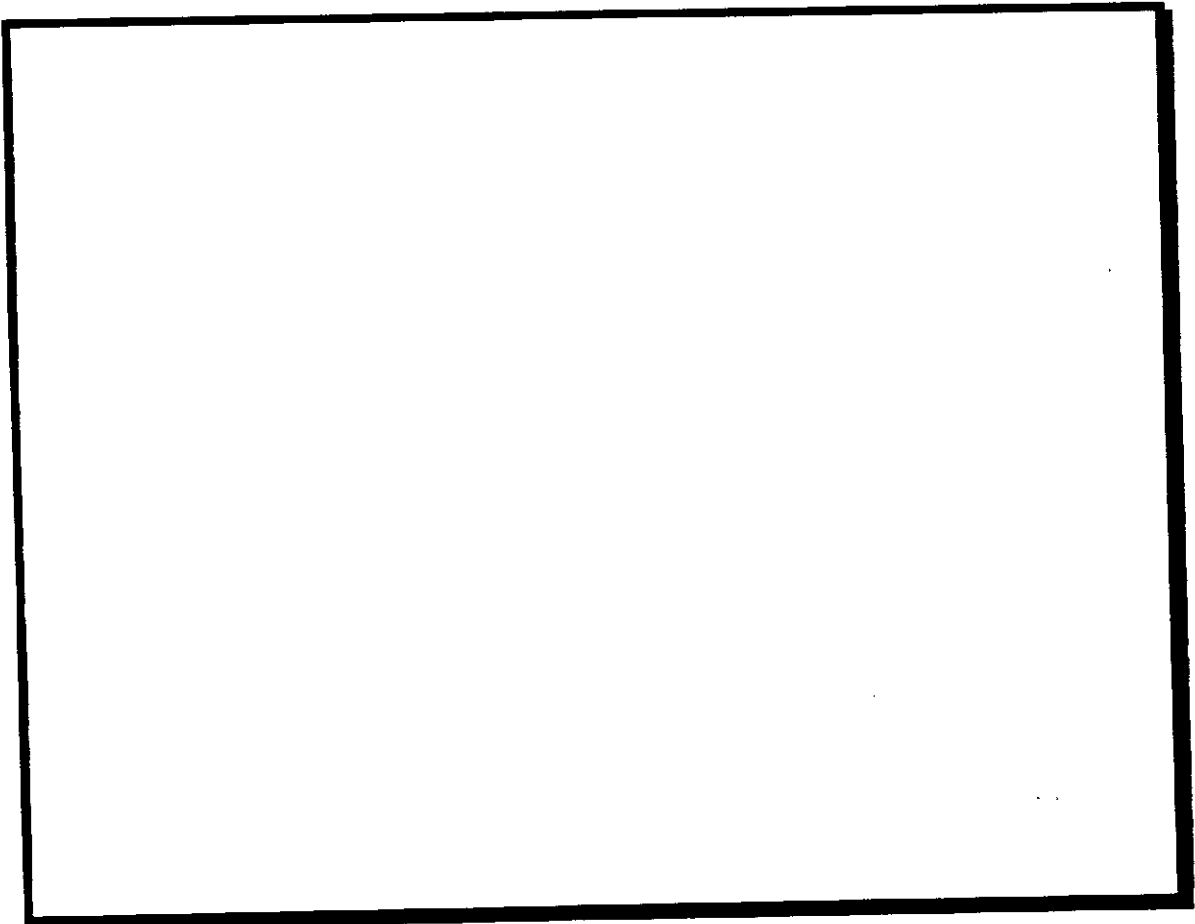
Deve-se ressaltar que no plano dos valores sociais do MST predomina o ideal de igualdade: as mulheres têm os mesmos direitos legais e políticos que os homens. No âmbito familiar, porém, persistem os valores tradicionais e as responsabilidades das mulheres no espaço doméstico continuam como antes, balizadas pela manutenção da casa e os cuidados com os filhos. Por essa razão, a grande maioria das assentadas acabam por escolher atividades que compatibilizem as esferas produtivas e familiar. Daí a opção maciça pelo trabalho nos roçados individuais, que em geral



apresentam horários flexíveis, e são tidos como ocupação secundária na escala produtiva do Quissamã.



## CAPÍTULO IV



## RELAÇÕES DE GÊNERO E TRABALHO NO QUISSAMÃ

A organização do trabalho no interior do assentamento, baseada no primado da coletivização dos sistemas produtivos, deve levar em conta as diferentes trajetórias de vida dos assentados e as suas relações sociais “dentro” e “entre” os diversos núcleos familiares. As relações de trabalho que se estabelecem entre os indivíduos evidenciam as diferentes atribuições culturais entre homens e mulheres. Neste capítulo, abordo como estas “diferenças”, construídas por princípios históricos, culturais, ideológicos, religiosos, étnicos e econômicos, sedimentados ao longo de anos e anos - e legitimadas como “naturais” e biologicamente determinadas a partir do “sexo” - organizam as relações de produção originalmente posicionadas como “associativas” e aglutinantes dos diversos substratos sociais reunidos em torno de uma nova proposta de produção agrícola comunitária.

Para levar a efeito esta análise, tomo o conceito de gênero como ponto de partida para o estudo das relações de trabalho no interior do assentamento.

O conceito de gênero surgiu nos estudos feministas no início dos anos setenta com a intenção de “desbiologizar” (Rachel SOIHER, 1995) as distinções baseadas no sexo. Com ele, rejeitava-se os determinismos biológicos, bem com o sexo ou diferença sexual. Os primeiros estudos enfatizavam a necessidade de rejeição da fixidade ou permanência de conceitos normativos do sentido MASCULINO e do FEMININO (SCOTT,

1991). Assim como distingue Moema VIEZZER (1989:107) o sexo se refere “aos componentes biológicos que distingue o macho da fêmea na espécie humana”. Estas seriam, diferenças biológicas inatas que marcam nossa existência já ao nascer. No entanto, gênero - ainda segundo VIEZZER - está “associado a papéis e funções nas relações sociais com outras pessoas que a sociedade aponta como MASCULINAS e FEMININAS”, logo resultado concreto e historicamente determinado de normas culturais de masculinidade e feminilidade.

O uso do gênero como categoria analítica é segundo BRUSCHINI (1992:290), “um modo de se referir à organização social das relações entre os sexos”. É, por excelência, uma categoria relacional, “que define homens e mulheres uns em relação aos outros”.

Joan SCOTT (1991:14) baseou a sua definição de gênero como categoria analítica na articulação de duas proposições: “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos” e “o gênero é uma forma primeira de significar relações de poder”. Esta última dimensão é particularmente adequada como instrumento de análise das relações entre a subordinação das mulheres e o contexto social e político de uma sociedade.

Segundo Bila SORJ (1992: 15), o conceito central de Gênero aglutina tanto o seu caráter de construção sócio-cultural quanto o de formulação da distribuição de poder nas relações sociais:

*A primeira (dimensão) compreende a idéia que o equipamento biológico sexual inato não dá conta da explicação do comportamento diferenciado masculino e feminino observado na sociedade.*

*(...) E, segundo, envolve a noção de que o poder é distribuído de maneira desigual entre os sexos, cabendo às mulheres uma posição subalterna na organização da vida social.*

VIEZZER<sup>15</sup> esclarece que o conceito de subordinação no âmbito do gênero é uma generalização da “dominação masculina”, enquanto “a exploração, a desigualdade, a opressão, a repressão, o patriarcalismo, o machismo, a discriminação e outras formas de dominação são tipos diferentes de subordinação”.

Por seu caráter relacional, o conceito de relações de gênero deve captar o sentido das relações sociais mútuas entre homens e mulheres e acompanhar as transformações historicamente vividas pelas mulheres nos mais distintos processos sociais. Sendo assim, as relações sociais de gênero seriam um modo particular das relações entre os gêneros masculino e feminino marcados pela subordinação da mulher ao homem ou pelos significados ideológicos que encerram “exigências sociais de heterossexualidade, as quais terminam impondo a dominação sexual masculina e a subordinação sexual feminina”<sup>16</sup>. É importante ressaltar a percepção de que a subordinação se concretiza na trama das relações sociais e não se resolve isoladamente nos homens ou nas mulheres como se fossem categorias sociais excludentes.

Por serem frutos de um processo histórico e culturalmente variável, as relações de gênero - embora tratem da questão comum da subordinação da mulher ao homem em várias culturas - podem ser

---

<sup>15</sup> Ver VIEZZER op. cit. p. 110

<sup>16</sup> Ver VIEZZER op. cit. p. 132

modificadas através das lutas e mobilizações políticas no seio das sociedades.

As diferenças biológicas presentes na construção física do corpo e nas funções associadas à reprodução da espécie não justificam nenhum modelo de relação social que implique na subordinação de um sexo ao outro.

No entanto, a diferença biológica entre os sexos tem legitimado “racionalmente” uma hierarquização, através de um discurso que almeja o “natural” manifestado numa assimetria que se diz própria da “essência” do macho e da fêmea. Deste modo, a divisão biológica entre machos e fêmeas implica numa divisão entre papéis sexuais masculinos e femininos, amparados numa polarização de qualidades “próprias” ou “adequadas” a cada um deles.

Sendo assim, masculino e feminino, que Jacqueline ROMANI (1982: 65) chama de identidade de gênero, remete segundo ela própria a “conceitos que, partindo de uma caracterização biológica, definem-se sobretudo pela atribuição de papéis sociais, representações e expectativas de comportamento”. Com base na atribuição de papéis distintos para cada sexo, a divisão sexual do trabalho designou a alocação do gênero masculino prioritariamente na produção social de bens e o gênero feminino na produção social de seres humanos, ou seja, na reprodução (COMBES e HAICAULT, 1986:24). Esta “designação própria” se respalda no fato biológico das mulheres - através da gestação e do parto de um ser - terem efetivamente uma maior participação na reprodução biológica. Deste modo, coube às mulheres as tarefas ligadas à reprodução em geral, assumidas no

seu papel de esposa e mãe. A partir destas designações, as mulheres foram “naturalmente” excluídas da esfera da produção de bens.

Danièle COMBES e Monique HAICAULT (1986:25) que já mencionavam o caráter indissociável e interrelacional da produção e reprodução assinalavam que em vez da produção ser submetida à reprodução deu-se o contrário e “são as modalidades de produção que determinaram e determinam as modalidades de reprodução”.

Esta subordinação da reprodução à produção se apoia numa outra subordinação - a das mulheres aos homens - que é sustentada pela divisão sexual do trabalho.

Ainda segundo as autoras acima citadas “a separação indiscriminada dos agentes de produção e reprodução é sempre parcial, já que mulheres estão sempre presentes na produção e os homens na reprodução”<sup>17</sup> e que primordialmente em todos os sistemas sociais “existe apenas uma mesma e única divisão sexual do trabalho operando na produção e na reprodução, materializando sempre, em ambos os aspectos a subordinação de um sexo a outro”<sup>18</sup>. Isto significa que, indistintamente, o comando tanto da produção quanto da reprodução permanece nas mãos do poder masculino, ficando as mulheres com pouco ou nenhum comando das relações sociais de produção e quase que excluídas do campo sócio-político.

---

<sup>17</sup> Ver COMBES e HAICAULT op. cit. p. 26.

<sup>18</sup> Ibid.

#### 4.1. Gênero e (Di)visão do Trabalho na Casa e no Roçado Familiar.

No Quissamã, a forma de participação do homem e da mulher nos setores de trabalho é estabelecida a partir das diferentes atribuições baseadas nas distinções de gênero.

Ao serem questionados sobre quais trabalhos são desenvolvidos no assentamento, a quase totalidade dos entrevistados responderam que o “trabalho” acontece nos setores coletivos de produção (agricultura, pecuária e avicultura) e nos roçados individuais, neste caso, referindo-se apenas às atribuições tidas como masculinas.

A delimitação da percepção social do que é ou não “trabalho” no interior do assentamento passa por duas instâncias:

- a) a primeira diz respeito à função ou papel que uma tarefa tem dentro da escala de produção agropecuária, que é de onde provém o sustento de todo o grupo. Se ela tem uma associação direta e imediata com a geração de recursos ou alimentos, tende a ser um trabalho socialmente reconhecido.
- b) A segunda é a componente de gênero, que atribui qualificações a uma dada tarefa a partir da adequação deste afazer com a natureza masculina ou feminina. Vigora uma hierarquização da capacidade produtiva que desvaloriza as atividades desenvolvidas na esfera da casa ou mesmo fora dela, quando consideradas correlatas ou extensivas dos afazeres domésticos.



Nessa percepção, os afazeres domésticos e as atividades cotidianas ligadas ao consumo familiar não são consideradas como “trabalho”. Elas correspondem à esfera de domínio feminino, onde historicamente são consideradas como funções “naturais” das mulheres. O que se constata é que as mulheres trabalham muito, porém em tarefas ligadas a reprodução da família, que não possuem tal status de trabalho. Apenas as atividades que estão na esfera da produção de bens é que são socialmente reconhecidas.

*Ele trabalha, né, eu não. Eu não sei lidar com a terra e nem com os animais e tenho os serviços de casa e cuidar do menino. (Rita).*

As atividades no roçado individual - familiar, na medida em que possibilitam a produção de bens essenciais para o consumo familiar, são consideradas como trabalho, em oposição às ligadas à casa, não reconhecidas como tal. Porém, sendo o roçado uma área socialmente classificada como de atividades masculinas, cabe à mulher restringir-se àquelas tarefas consideradas específicas à sua “natureza”. Este fato não revoga a percepção de que a mulher não trabalha no roçado. Trabalhar é prerrogativa atribuída aos serviços desempenhados pelos homens.

Mesmo no desempenho de alguma atividade não exclusiva dos homens, o trabalho da mulher e sua contribuição são sempre consideradas de menor peso, mesmo que sejam decisivos para a manutenção do grupo doméstico.

Normalmente, como o consumo doméstico é muito maior do que poderia ser provido apenas pelo homem, é freqüente a presença feminina no roçado, por imperativo da necessidade de se obter uma quantidade de alimento suficiente para o sustento do grupo familiar. Neste caso, o trabalho das assentadas é visto como uma “ajuda” providencial numa situação adversa em que se encontra o grupo. A participação da mulher nesse trabalho permite a ela ampliar seu campo de ação para além dos limites de sua casa, possibilitando-lhe a oportunidade de mostrar a sua outra face, de parceira do homem na tarefa básica da produção de alimentos.

Neste sentido, todos os membros da família são capazes de “ajudar”, sem que, com isso, sejam considerados trabalhadores. Embora o produto do roçado seja resultado do esforço de grande parte dos membros do grupo doméstico, é o pai de família, como responsável, quem determina o que vai ser plantado. Pertencer ao grupo doméstico não significa necessariamente fazer parte da unidade de trabalho familiar no roçado individual. Crianças ou jovens ligados aos setores coletivos de produção são dois exemplos disso. Os que participam, no entanto, devem “ajudar” o pai a obter o necessário para o consumo familiar.

*A roça é lá em cima. Aí a gente começemo a cuidar, eu mais os menino e o Francisco resolveu o que ia plantar. Eu ajudava eles na roça e cuidava em casa, sempre que tem um servicinho lá eu ainda ajudo. Ele não quer que eu trabalhe, porque ainda tem a menina pequena e as coisa de fazer em casa. Mas sempre que dá, eu vou e ajudo.*

(D. Fátima)

Mesmo as tarefas mais árduas, quando consideradas próprias para as mulheres - por exemplo, semear a terra - não são reconhecidas como trabalho. Isso apesar do fato do cultivo do roçado ser feito quase totalmente com a força de trabalho humana. Quase nunca são utilizadas a força animal de cavalos ou bestas e a força mecânica do trator.

Antes do plantio, acontece a chamada preparação da terra. Habitualmente todo o trabalho de preparação do solo que antecede o plantio é tarefa realizada pelos homens. Quando se faz um plantio são os homens que abrem as covas, e as mulheres vêm logo atrás jogando as sementes e cobrindo as covas com a terra. Depois de plantadas, os cultivos necessitam de limpezas periódicas do mato que cresce ao redor. Estas limpezas são feitas pelas mulheres, homens e crianças. Durante a colheita, participa todo o grupo doméstico.

Como observa D. Francisca:

*É como se diz, serviço na roça tem e muito. Tem o trabalho dos homem e o serviço das mulher. Tem que limpar, plantar, colher e é serviço pro ano todo. Trabalho tem de montão. Aqueles que tem boa vontade trabalha. É assim: porque quando trabalha dois, diz que um pão com um pedaço é pão e meio, aí aumenta mais aquilo que tem.*

É interessante notar que mesmo as duras tarefas de preparação do solo, como destocar raízes e troncos, roçar o mato e efetuar a queimada, já foram realizadas pelas mulheres - segundo as assentadas, nos momentos de "precisão".

*Quando teve assim aquelas hora de aperto aí teve que contar com as mãos e as enxada de todo nosso pessoal aqui. Foi homem, mulher tudo tendo que preparar a terra, porque no início tem assim mais dificuldade. E nós contou com a ajuda de todo mundo nas roça.*

(Sr. Paulo)

O que se constata é que há, ou já houve, a participação da mulher em todas as fases do processo produtivo agrícola. Mesmo quando exerce as mesmas atividades desempenhadas pelos homens, elas não são consideradas iguais. Isto porque sua posição no âmbito do trabalho é determinada pelo modelo tradicional da divisão sexual do trabalho, que lhe atribui - prioritariamente - tarefas ligadas à reprodução social dos indivíduos. A grande maioria das mulheres assentadas acumulam a “ajuda” no roçado com os seus afazeres domésticos. Esta combinação torna indistinta a fronteira entre o trabalho produtivo e o reprodutivo numa dupla jornada de atividades que se superpõem, irregulares, intermitentes e informais, buscando conciliar os trabalhos da casa e do roçado.

*Eu vou quase todo dia pra roça. Lá sempre tem alguma coisa pra fazer, tem que roçar pra plantar mandioca, tem pra limpar a macaxeira, tem que limpar mato pra plantar no próximo ano. E assim nesses dia, eu fico umas hora e vou cuidar da comida, da casa, vou pegar as roupa dos menino. Tem sempre assim uma coisa pra fazer. Meu dia é tão cheio que às vez, quando eu paro, chega minhas perna tá tremendo.*

(D. Rosa)

Pelo papel, historicamente determinado, de exercer com prioridade atividades socialmente reprodutivas, as mulheres são

discriminadas ou subestimadas nos espaços de produção. A análise de Daniëlle CHABAUD e Dominique FOUGEVROLLAS-SCHWEBEL (1986:114) sobre a autonomia relativa da produção e da reprodução pode ser inserida nessa discussão ao ressaltar que:

*As mulheres seriam definidas prioritariamente pelo seu lugar no seio da família e sua destinação ao trabalho de reprodução; os homens, pelo lugar que ocupam no seio da produção mercantil e do trabalho assalariado. Podemos salientar que essa divisão não é simétrica; as mulheres não estão isentas do trabalho assalariado. O lugar delas nesse campo é determinado com referência a uma atribuição primeira ao trabalho doméstico.*

Para as assentadas a articulação entre as tarefas produtivas e reprodutivas culmina por fazer da vivência do trabalho um acúmulo de responsabilidades que impõe um regime de dedicação integral aos serviços ligados a casa e fora dela. Essa dupla jornada - mesmo não sendo remunerada - consome a maior parte do seu tempo.

*Eu ajudava pai desde a idade de sete anos, comecei na roça. Nessa época eu estudava e ajudava em casa e na roça. Hoje, só mudou porque no lugar de estudar eu tenho é que cuidar desses perigosinhos que eu tenho e o pior é que com eles o serviço de casa nunca acaba. Mas eu ainda gosto de ajudar no roçado, fico com um pé lá e outro cá.*

(D. Vera)

Dedicar-se à alimentação e aos cuidados dos filhos menores, preparação das refeições; limpeza da casa e lavagem da louça e da roupa;

pegar água e catar lenha; limpeza, semeadura e colheita no roçado individual ou coletivo; conserto ou costura de roupas, tudo isso desempenhado para os demais membros da família não constitui - na percepção dos assentados - “trabalho”. Por ter sua circunscrição restrita ao domínio da casa e do roçado familiar basicamente, a imprescindível contribuição destas mulheres para a manutenção e reprodução destes grupos não é valorizada, ou mais além, sequer reconhecida. Ao se auto-referirem como “donas-de-casa”, as assentadas ainda reforçam a desvalorização de seu trabalho por sugerirem uma “inatividade” que esconde a real dimensão de seus esforços.

*Tem poucas mulher aqui que trabalha. Francisco não gosta que eu trabalhe, ele diz que eu tenho mesmo é que ficar em casa e cuidar de tudo. Eu também acho que assim é melhor. Fico assim fazendo os serviço da casa e quando é de tarde é que eu vou ajudar os menino na roça, que lá nós tem maracujá e tem que tá sempre limpando. (D. Fátima)*

Pelo fato da noção de trabalho existir apenas na esfera específica da autoridade masculina dentro do grupo familiar, essa “invisibilidade” só oculta, sob os papéis sociais de esposa e mãe, a subestimação do trabalho feminino.

No âmbito mais restrito da esfera doméstica, posso assinalar uma participação muito grande da mulher e uma quase total ausência da atuação masculina. A participação do homem só se faz sentir em episódios circunstanciais, como viagem ou doença da esposa. Tudo o que diz respeito aos cuidados com o espaço do lar e à prestação de serviços domésticos aos seus moradores é considerado atribuição feminina.

Mesmo não sendo consideradas como trabalho, as atividades domésticas englobam um número de afazeres suficientes para que se necessite de ajuda. Nesses casos, a mãe exerce sua autoridade e as filhas e as crianças (com idade acima de sete anos) contribuem com o seu apoio na criação de animais domésticos e no cuidado com os filhos menores. Os animais (galinhas, pássaros, cachorro) são criados nas áreas próximas à casa, em geral soltos. As galinhas e seus ovos servem de alimento para o sustento da família. A grande maioria afirma nunca vender os animais da criação doméstica por serem poucos e devido ao baixo preço no mercado.

Há algumas mulheres que não trabalham nos roçados individuais, seja porque a família não tem, ou pelo fato de que todos os filhos são menores de quatro anos e não tem com quem ficar senão com a própria mãe. Todo seu esforço cotidiano fica concentrado nas atividades domésticas e na criação dos filhos. Essa situação do grupo familiar corresponde a uma das etapas do ciclo vital da mulher assentada, determinando a sua exclusão das tarefas produtivas no assentamento.

Sônia é uma das assentadas que não participa dos setores de produção exatamente pela necessidade de cuidar das crianças (3 e 1 ano). Ela ressalta que sempre trabalhou como assalariada, mas depois que entrou no assentamento e engravidou, não teve mais condições de se afastar do trabalho doméstico.

*Eu comecei a trabalhar muito cedo para sempre poder ter o que eu queria pra mim. Depois que casei, entrei para o movimento e participei de várias reuniões de base e bem que gostava. Mas quando eu cheguei aqui, não tive mais condições de trabalhar. Eu não entendo nada de enxada e*

*mesmo quando eu penso fazer algum trabalho com o grupo de saúde, tem logo o problema da falta de alguém para me ajudar com as meninas. O Pedro (esposo) não planta nada, o trabalho dele é fora daqui e eu não tenho como me envolver nos serviços do assentamento.*

Ela expressa bem o cotidiano preenchido com a reprodução familiar e distante dos setores produtivos.

Já D. Fátima, voltou a trabalhar no roçado individual este ano porque a mãe dela veio morar no assentamento e lhe ajuda a cuidar da filha mais nova (3 anos). Mesmo contando com esse apoio, o trabalho no roçado só se inicia quando já estiver sido executado a maior parte dos serviços domésticos. Em geral essas idas à roça familiar só acontecem à tarde.

*Depois que eu tive Tamires eu não fui mais pra roça como eu ia antes, porque eu não tinha mais com quem deixar ela em casa. E assim eu parei de trabalhar. Eu sei que os menino fica precisando da minha ajuda lá na roça, e só posso ir quando já tá tudo adiantado aqui em casa.*

Essa situação é vivida por várias assentadas e nas entrevistas pude perceber como as tarefas domésticas são definidas por elas como um serviço que “não aparece”, em oposição ao da roça que “rende”, como sempre dizem as mulheres.

Isso remete a um outro modo de subordinação, que delimita a participação da mulher no trabalho produtivo a condições específicas de seu estágio na vida familiar. Sendo assim, a idade ou sua posição perante os



demais membros do grupo doméstico (filha, esposa ou mãe) definem a sua situação na já desigual hierarquia produtiva.

#### 4.2. Gênero e (re)visão do trabalho nos setores coletivos

O roçado coletivo, junto com a pecuária e a avicultura formam os pilares do sustento das famílias do Quissamã. Os produtos cultivados são diretamente consumidos pelos assentados e formam a sua base alimentar. São eles o feijão, o milho, o arroz e a mandioca. Há ainda o cultivo do capim para a ração do gado bovino. Uma pequena parte da produção do coletivo é armazenada para utilização como semente no plantio do próximo ciclo agrícola. Na maior parte da lavoura, no entanto, as sementes utilizadas são compradas ou recebidas como doação da EMDAGRO ou EMBRAPA.

Dentro de cada setor de produção, há um coordenador que decide, juntamente com os técnicos e os demais trabalhadores, o que será cultivado e qual a quantidade de sementes a ser adquirida. O roçado coletivo não conta com nenhum sistema de irrigação. A horta, que já contou com esse sistema, teve sua utilização suspensa por falta de manutenção, que resultou na deterioração dos tubos de encanamento.

Assim como nos roçados individuais, há uma clara distinção entre o que são tarefas específicas para homens e mulheres. O ponto básico de separação dessas atividades é a oposição LEVE x PESADO (RODRIGUES 1992:269). As atividades consideradas “pesadas” dizem respeito à preparação da terra e, mais uma vez, sua delimitação como

âmbito masculino de atuação se apoia na “naturalização” da discriminação entre o que é atributo do homem (“pegar no pesado”) e da mulher (tarefas mais leves, derivadas no seu fazer doméstico).

Depois que a roça já está, como no dizer dos assentados, “feita”, plantada e pronta para dar seguimento à produção, ficam para as mulheres aquelas tarefas de capinar, limpar e posteriormente colher o que for produzido. A capina, por exemplo, exige um trabalho contínuo e persistente, mas que é considerado “apenas uma continuação” do que os homens já fizeram. Isto significa que mesmo numa área de trabalho voltada para a produção agrícola em que homens e mulheres participam, as tarefas tidas como masculinas assumem um caráter de maior relevância, sempre associada à idéia de “força”, de “pegar no pesado”.

*Pra mulher o trabalho que tinha aqui era o da horta, porque na horta ela pode trabalhar. Essa é uma atividade mais maneira. Serviço de mulher é plantar no inverno e colher, elas não podem fazer trabalho pesado que elas não agüentam. No curral e nos aviário tem serviço de limpar e lavar que elas podem ajudar o homem a fazer. Isso elas podem fazer, mas tem serviço pesado que mulher não faz.*

(Sr. João)

Importante destacar como esta visão contrasta com a de Rosa (Capítulo 2, pg. 52) que se diz capacitada para executar tais afazeres, principalmente se o trabalho puder ser executado por várias mulheres:

*Eu sei que o saco de ração é pesado,, é de cinquenta quilos um saco daqueles, mas aí nós pegava em duas (mulheres), né?*

No outro trabalho “pesado” que é lidar com gado, o que falta na pinião das mulheres é apenas treinamento ou “capacitação”, promovido em cursos ministrados apenas para os homens no próprio assentamento.

No roçado coletivo, somente quatro mulheres (Rosa, Francisca, Glória e Vera) participam, dedicando três a quatro dias por semana, a mesma frequência dos homens. Vale dizer que a unidade de tempo usada no cálculo da remuneração é o “dia”, e tem o mesmo valor numérico tanto para os homens quanto para as mulheres.

Estas quatro mulheres, apontadas como exemplos de “trabalhadeiras”, são vistas pelos assentados como “diferentes” já que além de participarem ativamente do domínio de produção masculino de forma satisfatória, ainda conciliam as tarefas domésticas.

Rosa chega a ser vista como um destaque entre os assentados, por estar sempre presente ao trabalho, as reuniões e sempre disposta a atuar em qualquer serviço a que seja chamada. Viúva e franzina (1,53m e 41kg) não foge de nenhuma tarefa e ainda dá conta do trabalho doméstico. Está sempre incentivando os filhos menores a se dedicarem aos estudos e ao trabalho no roçado individual. Na fala do Sr. João, ela já “virou homem de tanto que trabalha”.

Além dela, D. Francisca que completou sessenta e três anos (já tem até bisnetos) é vista com grande admiração e respeito pela perseverança com que desempenha seu trabalho cotidiano, seja no âmbito doméstico, no roçado coletivo ou ainda na roça individual. Para ela:

*Triste de quem não tem vontade de trabalhar, por que se Deus deu duas pernas e dois braços foi pra*

*dar a coragem de trabalhar que é pra não passar fome. A fome é ruim minha gente, triste de quem não tem o que comer porque não consegue trabalhar. É muito sofrimento. E eu enquanto tiver de pé eu vou trabalhar e não vou deixar nenhum dos meus passar fome.*

No coletivo, a distinção entre trabalho leve e pesado tem a sua delimitação relativizada do mesmo modo que no roçado individual. Nos períodos de maior atividade agrícola, principalmente no inverno, quando há a necessidade de maior quantidade de mão-de-obra, a fronteira que delimita a divisão sexual das tarefas se torna quase invisível. Na “precisão” de preparar a terra com maior rapidez e eficiência, homens e mulheres se envolvem - indistintamente - nas múltiplas e duras atividades de manejo do solo. De um modo geral, os homens concordam que essas mulheres trabalham bastante, são muito dispostas e “pau para toda obra”. Por essa circunstância ocorrer num espaço onde a autoridade masculina é hegemônica, temos aqui o trabalho das assentadas claramente reconhecido como tal, valorizado e formalmente remunerado<sup>19</sup>. A opinião de um dos entrevistados deixa patente como a atribuição de tarefas por sexo constrói a percepção social do gênero.

*Diferença de trabalho tem, porque você sabe que a força da mulher, de qualquer maneira, com muita igualdade que seja, ela no trabalho de agricultura, ela não produz o que um homem produz. A gente fala um homem que seja do trabalho e a mulher também pode ser do trabalho, mas ela nunca vai chegar no pé de um*

---

<sup>19</sup> Essa remuneração vem através do recebimento de uma cesta básica mensal - os produtos são comprados pela ACAQ - ou de “diárias”, como habitualmente se praga àqueles que trabalham no coletivo.

*homem. Aqui dentro, só a Rosa. Dona Rosa, aquela companheira parece que ela é macho, parece que o sexo dela era pra ser masculino, não era feminino não.* (Sr. Paulo)

Nem passa pela cabeça de nenhum deles que algumas das tarefas femininas ligadas ao espaço doméstico - carregar lenha por exemplo - podem conter a mesma dimensão de “pesado” (por exigir o uso de força física) que o trabalho masculino no coletivo.

As atividades tidas como femininas no coletivo se resumem a extensões de afazeres da esfera doméstica como a limpeza do roçado, a semeadura e a colheita de produtos. Mesmo assim, por serem exercidas num setor produtivo de grande importância estratégica tanto para a consolidação quanto para a sobrevivência social do assentamento, a categorização de trabalho não é posta em dúvida. Percebe-se também aqui que esta qualificação favorável às atividades desempenhadas pelas mulheres só se manifesta por terem sido exercidas num setor coletivo de produção social, e não no espaço doméstico de reprodução cujo domínio é atributo essencialmente feminino. Conforme vimos no capítulo anterior, este status de que gozam as assentadas dedicadas ao coletivo tem reflexos na sua aceitação como elemento participativo das instâncias de decisão e poder dentro do Quissamã.

*Eu sempre trabalhei, mas no pesado eu não pego mais não, porque eu já tô velha. Mas eu continuo no coletivo e não paro, porque sempre enfim na hora que eu falo, eu tenho direito e eles tem que me ouvir.* (D. Francisca).

No setor da pecuária, a situação é diferente. O rebanho de cerca de cento e cinquenta cabeças de gado bovino exige cuidados constantes de apenas cinco assentados responsáveis por todas as tarefas deste setor. De manhã, por volta das cinco horas é feita a ordenha e o leite é então distribuído para todas as famílias assentadas (dois litros para cada uma). O que sobra é vendido pelo coordenador do setor em povoados próximos ao assentamento. O rendimento obtido é repassado para a associação, que se encarrega de pagar aos demais participantes deste setor e adquirir remédios e vacinas para o gado.

Dois membros do setor são encarregados de levar o gado para pastar duas vezes por dia, pela manhã e a tarde, nos limites do assentamento e arredores. Eles também se encarregam de prover a ração do gado e a vacinação, quando necessária.

Os assentados esperavam que a pecuária fosse dar maior sustentação econômica, porém a retirada do leite tem permanecido abaixo do esperado. Mesmo quando já foi melhor, eles não conseguiram boas condições de comercialização pelo fato do produto ser “in natura” e pelo baixo preço de compra das fábricas de leite industrializado.

*Nós não conseguia vender bem o leite que produzia nosso rebanho e às vezes se perdia um pouco. Não é fácil saber onde vender melhor e agora nós só vende aqui perto mesmo.*

(Sr. Paulo)

Nota-se que no Quissamã a pecuária demanda pouca mão-de-obra, e estritamente masculina. Para as mulheres que trabalham cabe apenas

as atividades com “características femininas”, neste caso, a limpeza dos currais. Em outras áreas do país, a ordenha também é realizada por mulheres (HEREDIA, 1979, TEIXEIRA, 1994), mas no Quissamã, prevalece a alegação de que as mulheres não sabem fazer esta tarefa e que o serviço neste setor é “pesado” para ser executado por elas. Volte-se aqui à mesma questão do aproveitamento dos “saberes” domésticos das assentadas como “ajuda” possível nas esferas produtivas do assentamento.

*Olha no curral tem serviço pra mulher e bem, isso só depende delas quererem. Porque tem a limpeza, que já não empata um homem de ir montar num cavalo e ir buscar o boi no pasto. Elas fazendo uma limpeza só na parte da manhã, à tarde já deixa limpinho e o restante os homens é quem faz por que é serviço mais pesado”.*

(Sr. Paulo)

Esta ocupação de limpeza dos currais também guarda as características de intermitência e informalidade que são inerentes à subordinação e invisibilidade do trabalho feminino dentro da hierarquia produtiva. Nesta função, as mulheres permanecem na posição de meras ajudantes numa prática que corresponde à extensão de suas tarefas domésticas.

Esta situação se estende aos três aviários. Para cada um deles, há um jovem que cuida de todo o serviço em tempo integral. Até dormem em quartos construídos próximos, a fim de alimentar e assistir o processo de desenvolvimento dos frangos. Não há mulheres neste setor pela mesma situação de contingência do “peso” dos fardos de ração (50kg). A utilização de rapazes com idade inferior a vinte anos, pressupõe que há, mesmo dentro

do âmbito masculino, uma preferência por mão-de-obra com garantida disposição, além da adequação de sua própria posição no ciclo de vida no interior da comunidade.

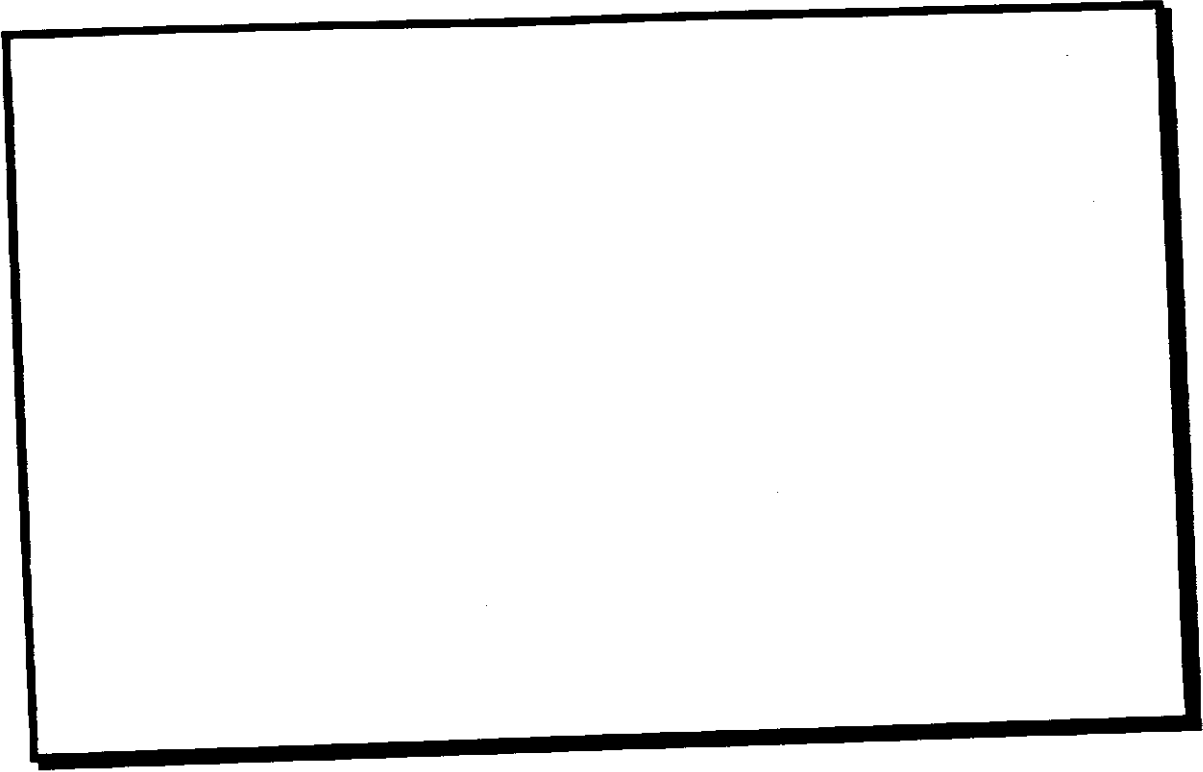
*Nos aviários é melhor que só os jovens participem porque precisa ter força pra pegar os sacos de ração, que são muito pesados. É muito peso e eu acho mesmo que não é correto que as mulheres façam esse trabalho. (Rita)*

Observa-se que mesmo entre as mulheres há discordância quanto aos modos de inserção dos indivíduos nos setores produtivos. Pelo que foi dito em suas respectivas falas, Rosa - que “trabalha como homem” - discorda tanto de Rita quanto do Senhor Paulo, favoráveis a uma divisão “adequada” entre os trabalhos masculinos (pesados) e femininos (domésticos).

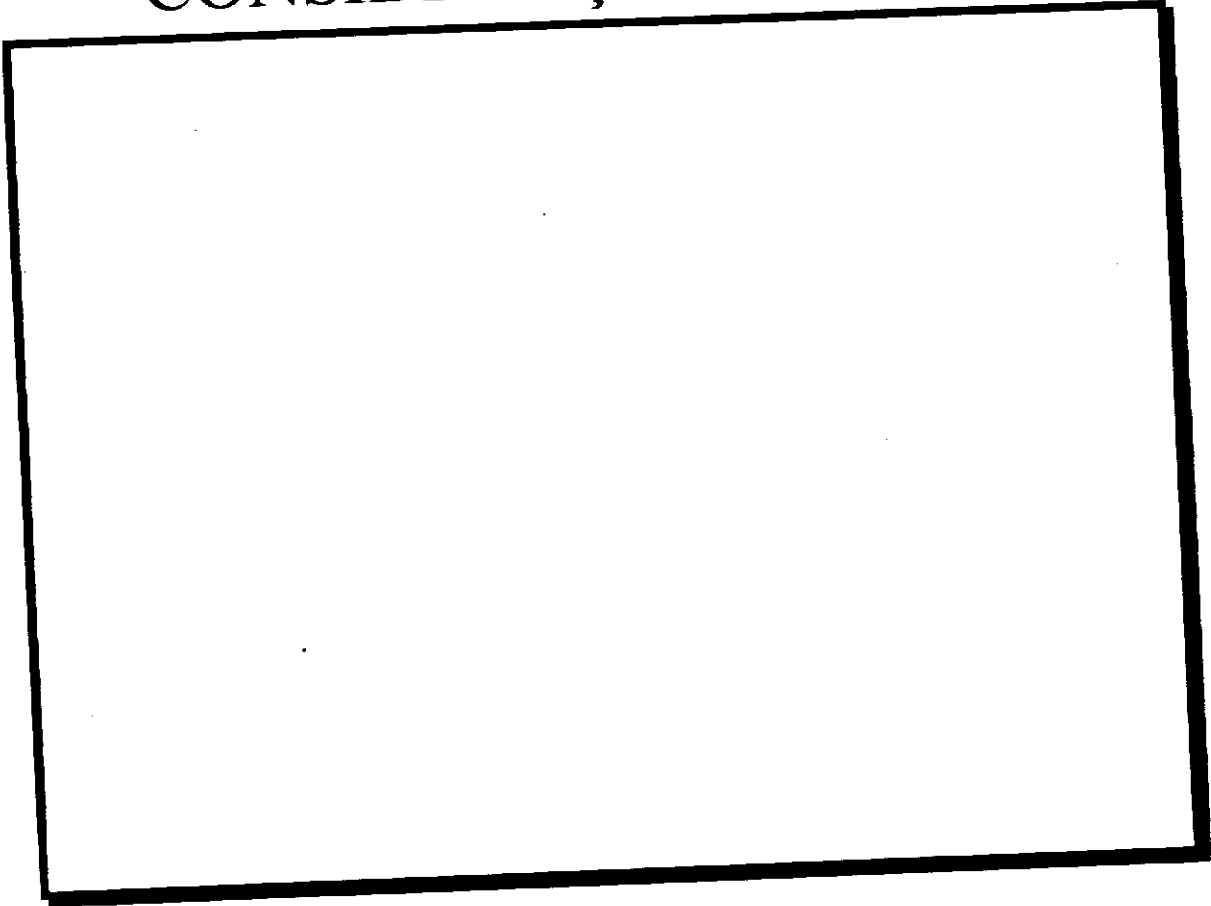
Como pode ser entendido, a participação da mulher nos setores coletivos produtivos tem o seu reconhecimento como mão-de-obra profissional e remunerada apenas na agricultura. Nos demais setores da pecuária e avicultura, ela é minimizada como uma forma de ajuda. Essa diferenciação é fruto da intermitência dos afazeres “femininos” em setores de importância capital para a subsistência dos associados. O desdobramento dessas ações em serviços pesados nos períodos críticos de “precisão” (como no inverno) atenua as distinções entre as atribuições de gênero. As mulheres passam a ser vistas como parceiras no processo produtivo. Essa atitude porém é de exceção. Não acompanha as avaliações sobre a participação feminina nas tarefas restritas à limpeza, dedicadas aos aviários e curral. Nestes setores, a tônica ainda é a exclusão, a redução do seu trabalho a uma



função “natural” do seu “saber” doméstico. A necessidade da multiplicação da força de trabalho nos períodos de “precisão” atenua as atribuições de gênero e relativiza qualificações como “pesado”. Nestas ocasiões, as mulheres passam a ser vistas como parceiras do processo produtivo. Ressalte-se, porém, que tal atitude é de caráter excepcional. Tal percepção não acompanha as avaliações que se faz sobre a participação das mulheres em tarefas como de limpeza dos aviários e do curral. Nestes dois setores permanece a tônica da exclusão “natural” do seu saber doméstico. Mais do que a simples extensão de suas afazeres como exercício “natural” do seu saber doméstico. Mais do que a simples extensão de suas tarefas domésticas, são as regras de dominação de gênero que se produzem e se reproduzem socialmente nas várias esferas de produção agrícola no interior do assentamento.



**CONSIDERAÇÕES FINAIS**



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste estudo avalio que foi positiva a interação com os assentados a partir do encontro com pessoas d eum grupo tão heterogêneo, aonde tive oportunidade de conhecer melhor e aprofundar as experiências vividas pelos seus integrantes. Este conhecimento foi iniciado através da Pesquisa-ação assentados principalmente durante a realização das entrevistas. Através deste recurso pude olhar internamente o cotidiano do assentamento e deixar-me levar pelas surpresas proporcionadas nas várias situações vividas durante a realização da pesquisa.

Pude constatar no campo da participação política que a “homogeneização” aproxima homens e mulheres de diferentes trajetórias de vida, diferentes expectativas e valores, todos unidos em torno da causa da luta pela terra.

Nesta situação, as distinções de gênero são minimizadas e é possível perceber a pluralidade de mentalidades e competências imersas no caldeirão social de um acampamento. Todos são igualmente importantes no processo de ocupação e resistência do movimento. A participação política aqui é exercida com a sua conotação mais direta que é a de defesa dos interesses da comunidade na conjugação de ações de indivíduos dirigidos a um fim comum.

Esta verdadeira “militância”, contudo, modifica-se junto com a própria história do grupo. Após a concessão de uso da terra para a instalação do assentamento, os atores políticos se deparam com uma nova realidade. O que ocorre então é uma volta dos seus integrantes a uma

distribuição do poder político em moldes bem mais conservadores, mesmo que o modelo proposto para a convivência social seja de vocação mais igualitária. Voltam a prevalecer a distinção entre os gêneros que praticamente exclui da esfera de atuação política, as assentadas - outrora combativas atrizes sociais da resistência.

As mulheres passam a restringir-se às funções cotidianas de reprodução social tendo como sua esfera de atuação apenas o âmbito doméstico, caracterizada no campo como alheio a área da política - este sim, domínio masculino por excelência. As poucas mulheres que participam deste círculo de poder político, interagindo com seus líderes e intervindo nas reuniões decisivas dos destinos do Quissamã, são aquelas que desempenham um papel importante no setor de produção coletiva agrícola, portanto, elas “tem parte” com o universo masculino, o que as torna bem-vindas nos processos de decisão.

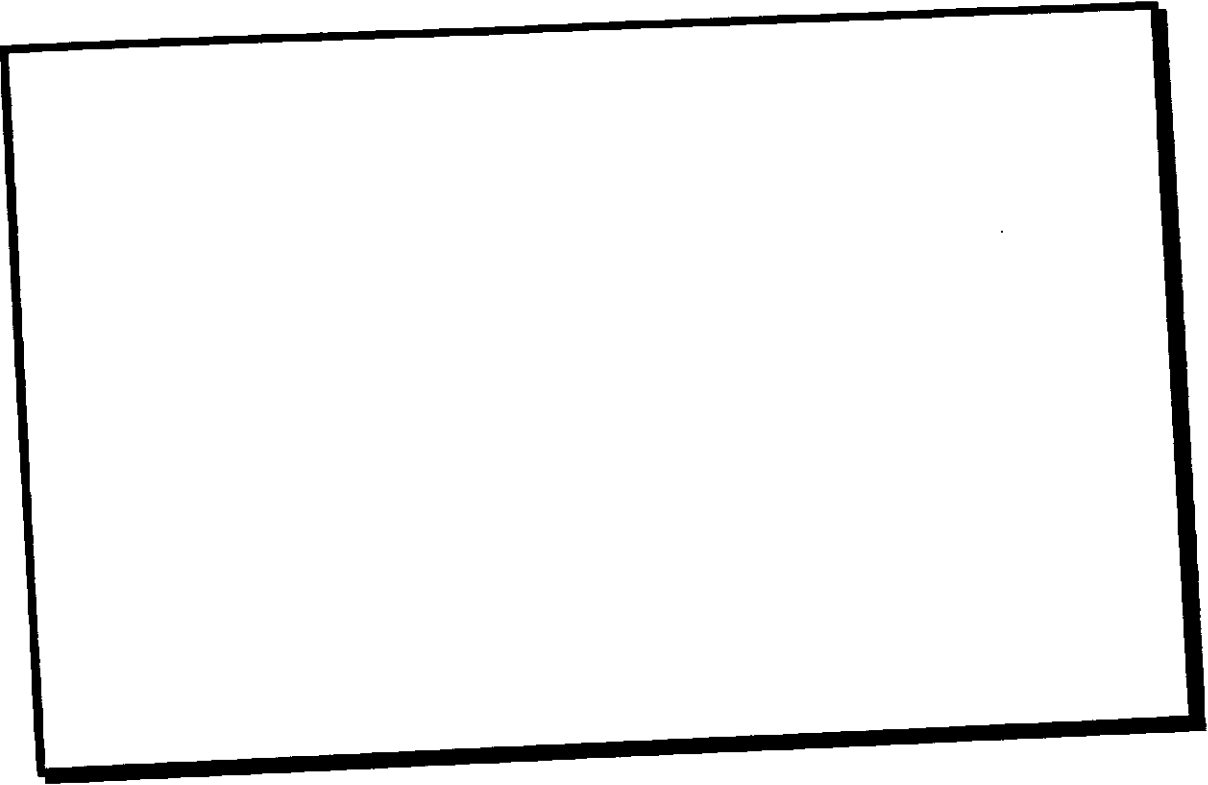
No campo do trabalho, prevalece o predomínio masculino nos setores ligados à produção coletiva agropecuária, responsáveis pelo sustento das famílias do Quissamã. Estas atividades consideradas “pesadas” para a mão-de-obra feminina, limitam a participação das assentadas ao tradicional papel de dona-de-casa, onde não é reconhecida como força de trabalho. As mulheres que atuam no “coletivo” tem o reconhecimento e a valorização do grupo, porém sua atuação ocorre somente no setor agrícola. Na criação do gado e nos aviários, apenas os homens executam todas as tarefas. A mão-de-obra feminina nestes setores é restrita a tarefas tidas extensivas aos afazeres domésticos - como a limpeza nos aviários e no curral. Essa referência às atribuições “naturais” das mulheres, não confere a elas a condição de estar executando algum trabalho, na percepção masculina de

participação.

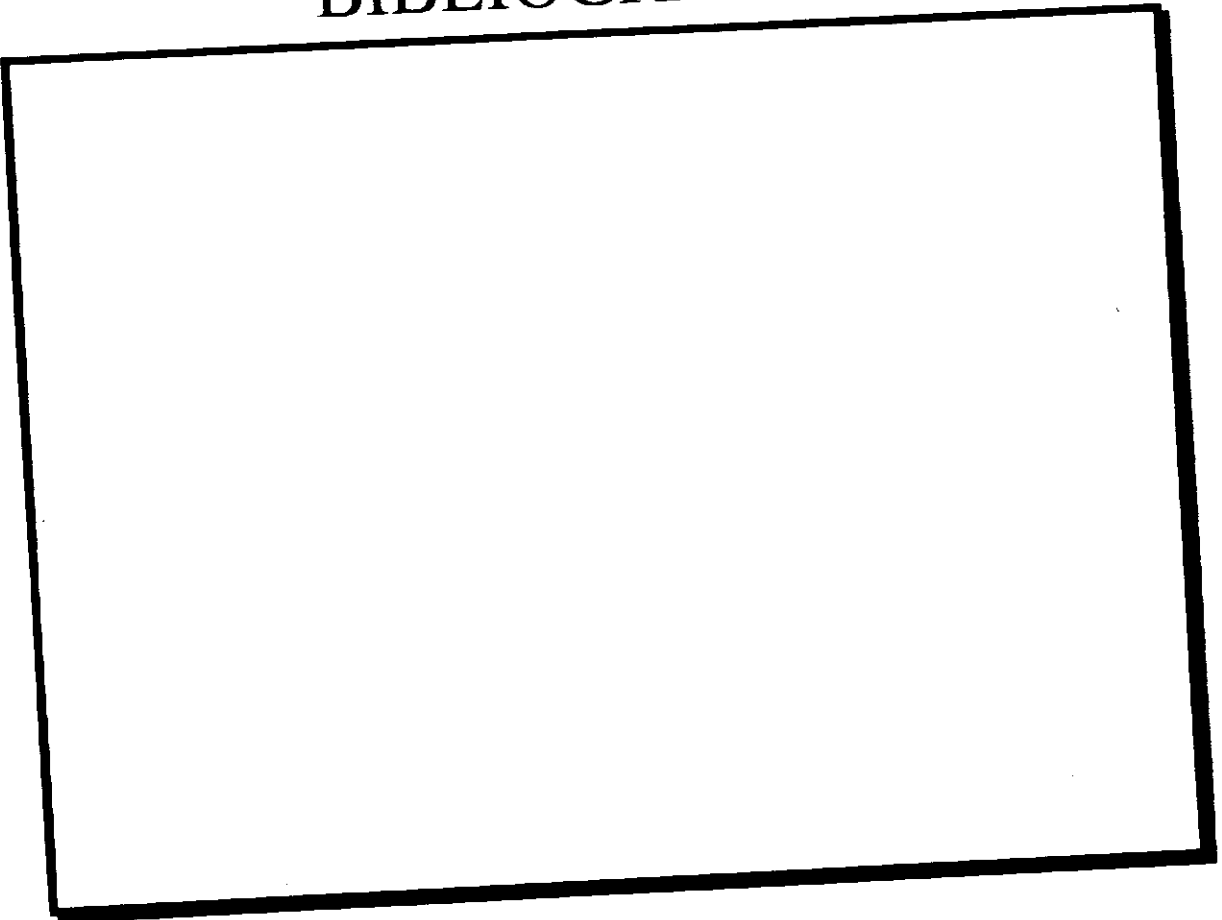
Nos roçados individuais não é diferente. O que é tido como “trabalho” são as tarefas desempenhadas pelos homens, consideradas “árduas” e inadequadas para serem feitas por mulheres. Essa divisão sexual mais uma vez termina por desvalorizar o papel social das assentadas. Nos roçados individuais, considerados extensão do espaço doméstico para as mulheres, todo o trabalho feito por elas é tido apenas como “ajuda”.

É necessário para que haja um avanço real nas conquistas sociais dos assentados, que exigem e merecem condições adequadas para a sua viabilização sócio-econômica, uma realização das suas relações sociais. O exercício da resistência durante a ocupação é um bom exemplo de como algumas construções culturais podem ser reformadas com a participação coletiva de todo o grupo.

As demandas individuais de cada gênero podem e devem ser conciliadas a fim de fazer valer uma nova comunidade rural mais integrada e justa, colocando os interesses dos seus cidadãos em sintonia com o ideal coletivo.



## BIBLIOGRAFIA



**BIBLIOGRAFIA**

- ARANTES, Antonio Augusto et al. COLCHA DE RETALHOS: estudos sobre a família no Brasil. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.
- BARROSO, Carmen & COSTA, Albertina Oliveira (Orgs.) Mulher, Mulheres. São Paulo: Cortez: Fundação Carlos Chagas, 1983.
- BEAUVOIR, Simone de. O SEGUNDO SEXO. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.
- BERGAMASCO, S.M.P., FERRANTE, V.L.B., D'AQUINO, T. ASSENTAMENTOS DE TRABALHADORES RURAIS EM SÃO PAULO: A roda viva de seu passado/presente. Ciências Sociais Hoje. São Paulo: Vértice, 1991, p. 253-80.
- BERGAMASCO, Sônia M. e NORDER, Luis A. Cabello. O QUE SÃO ASSENTAMENTOS RURAIS. São Paulo: Brasiliense, 1996 (Coleção Primeiros Passos; 301).
- BERGAMASCO, Sonia M. P. P. e FERRANTE, Vera L. S. B. Assentamentos rurais: Caminhos e desafios de pesquisa. In: ROMEIRO, Adhemar ... et al. REFORMA AGRÁRIA: produção, emprego e renda o relatório da FAO em debate. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: IBASE: FAO, 1994.
- BERGER, Peter e LUCKMANN, Thomas. A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA REALIDADE: Tratado de Sociologia do Conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1985.

- BONILLA, Victor D. et al. Causa popular, ciência popular: uma metodologia do conhecimento científico através da ação. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). REPENSANDO A PESQUISA PARTICIPANTE. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 131-157.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.) REPENSANDO A PESQUISA PARTICIPANTE. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BRUSCHINI, Cristina e SORJ, Bila (orgs.) NOVOS OLHARES: mulheres e relações de gênero no Brasil. São Paulo: Marco Zero: Fundação Carlos Chagas, 1994.
- BRUSCHINI, Cristina. O uso de abordagens quantitativas em pesquisas sobre relações de gênero. In: COSTA, Albertina e BRUSCHINI, Cristina (orgs.). Uma Questão de Gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p. 289-309.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. A POLÍTICA DOS OUTROS: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- COMBES, Danièle e HAICAULT, Monique. Produção e Reprodução. Relações Sociais de Sexos e de Classes. In: KARTCHEVSKY, Andrée et al. (Tradução de Sueli Tamazini Cassal). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 23-44.
- D'INCAO, Maria Conceição e ROY, Gérard. NÓS, CIDADÃOS: Aprendendo e ensinando a Democracia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- DA MATTA, Roberto. RELATIVIZANDO: uma introdução à antropologia social. Petrópolis: Vozes, 1981.

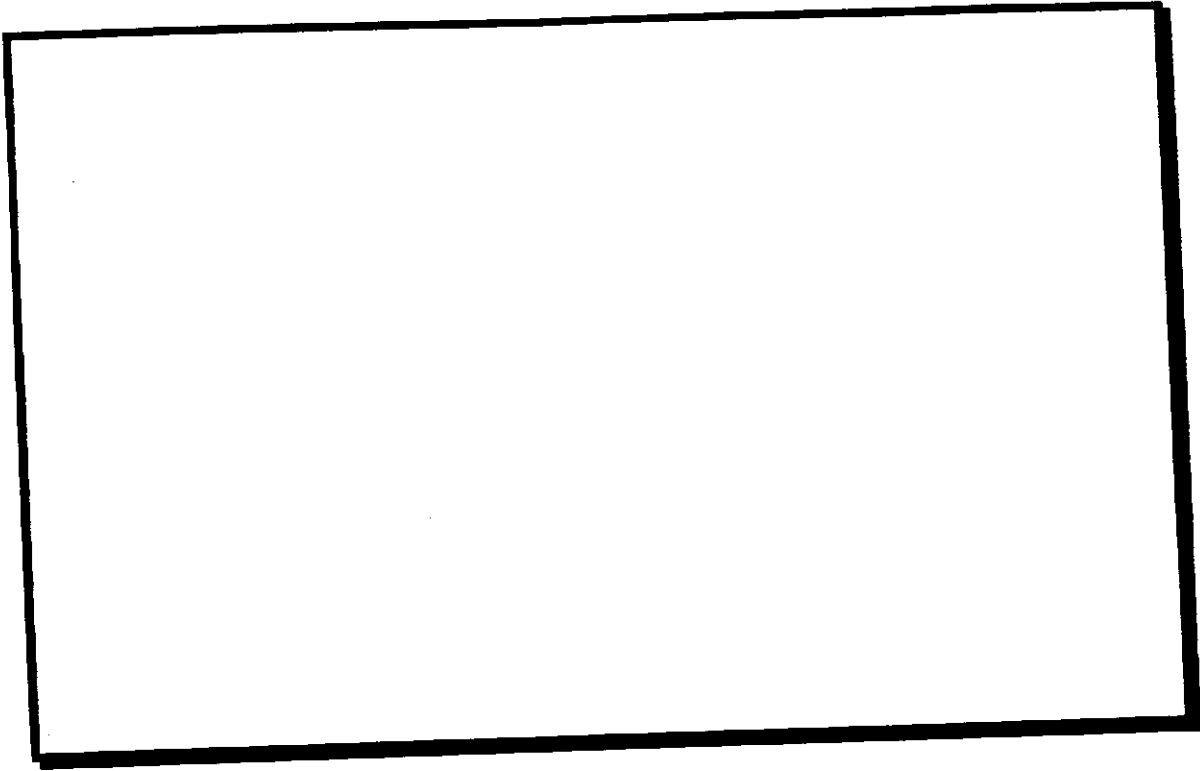


- DALLARI, Dalmo de Abreu. O QUE É PARTICIPAÇÃO POLÍTICA. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- DURAN, Eunice. A DONA DE CASA: crítica política da economia doméstica. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- ESTERCI, Neide et al. ASSENTAMENTOS RURAIS: um convite ao debate. Reforma agrária, v. 22, nº 3, set/dez. 1992.
- FERRANTE, Vera Lúcia Botta. Diretrizes Políticas dos mediadores: reflexões de pesquisas. In: MEDEIROS, Leonilde ... et al. ASSENTAMENTOS RURAIS: uma visão multidisciplinar. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994. p. 127-144.
- GARCIA Jr., Afrânio Raul. TERRA DE TRABALHO: trabalho familiar e pequenos produtores. São Paulo: Paz e Terra, 1983.
- GÖRGEN, Frei Sérgio A. e STÉDILLE, João P. (orgs.) ASSENTAMENTOS: a resposta econômica da Reforma Agrária. Petrópolis: Vozes, 1991.
- GRZYBOWSKI, Cândido, CAMINHOS E DESCAMINHOS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO. Petrópolis: Vozes, 1987.
- GUIA RURAL. Rio de Janeiro: Abril Cultural, 1987.
- HAGUETTE, Teresa Maria Frota. METODOLOGIAS QUALITATIVAS NA SOCIOLOGIA. Petrópolis: Vozes, 1987.
- HEILBORN, Maria Luiza. Gênero e Condição feminina: uma abordagem antropológica. In: MULHER E POLÍTICAS PÚBLICAS. IBAM/UNICEF, 1991. p. 23-37.
- HELLER, Agnes. O COTIDIANO E A HISTÓRIA. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

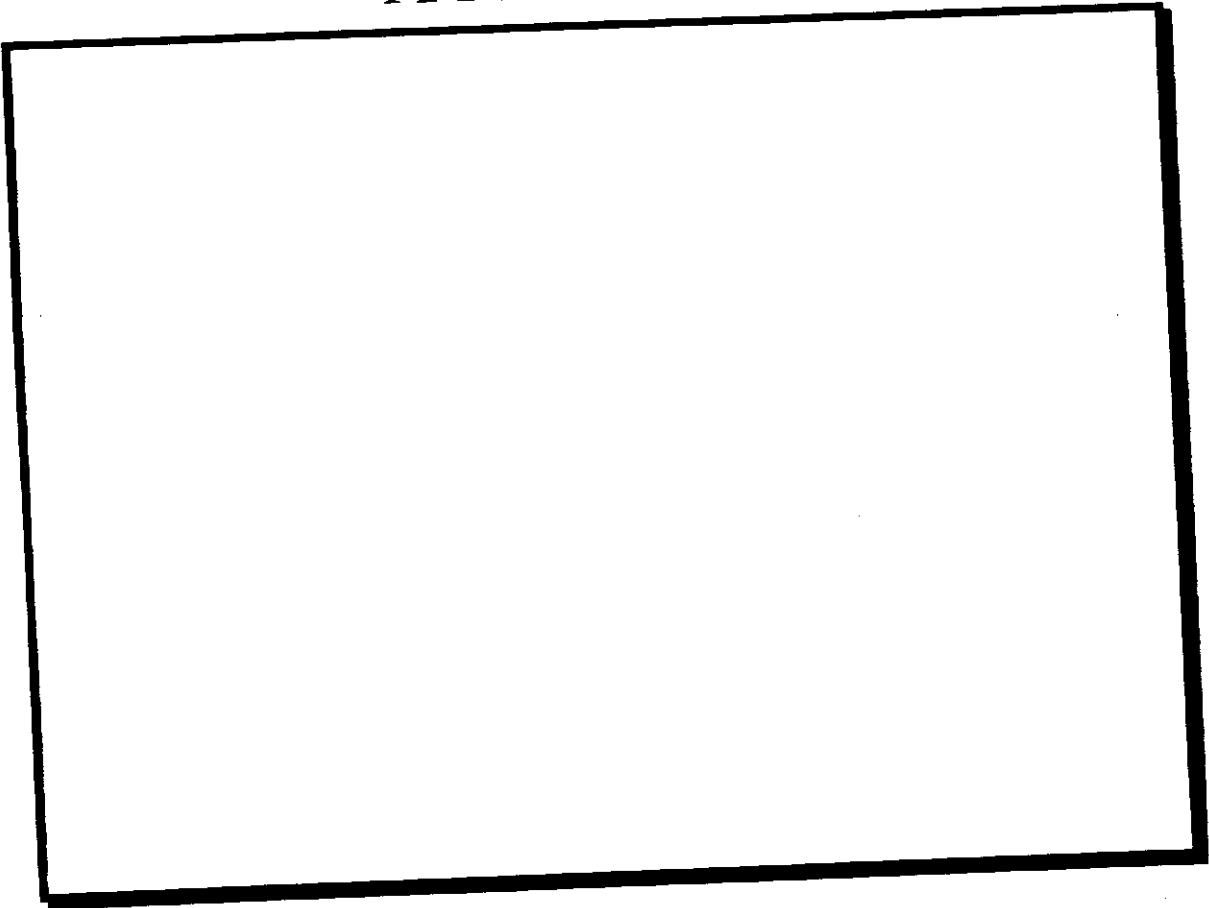
- HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. A MORADA DA VIDA: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- JELIN, Elizabeth. Classes Sociais e Movimentos Sociais na América Latina. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 5, vol. 2, 1987.
- LAVINAS, Lena e CAPPELLIN, Paola. Gênero e Classe: Mulheres Trabalhadoras Rurais. In: Mulheres Trabalhadoras Rurais: Participação e Luta Sindical. Publicação do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais/CUT, maio 1991. p. 28-41.
- LOBO, Elisabeth Souza. A CLASSE OPERÁRIA TEM DOIS SEXOS: trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- LOBO, Elisabeth Souza. O trabalho como linguagem: O gênero do trabalho. In: COSTA, Albertina e BRUSCHINI, Cristina (orgs.). UMA QUESTÃO DE GÊNERO. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p. 252-265.
- MARTINS, José de Souza. A REFORMA AGRÁRIA E OS LIMITES DA DEMOCRACIA NA NOVA REPÚBLICA. São Paulo: HUCITEC, 1986.
- \_\_\_\_\_. CAMINHADA NO CHÃO DA NOITE. São Paulo: HUCITEC, 1989.
- MASSI, Marina. VIDA DE MULHERES: cotidiano e imaginário. Rio de Janeiro: Imago, 1992.
- NETTO, José Paulo e CARVALHO, Maria do Carmo Brantde. COTIDIANO: Conhecimento e Crítica. São Paulo: Cortez, 1994.

- NORMAS GERAIS DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. São Paulo, 1988.
- RODRIGUES, Arakcy Martins. Lugar e Imagem da mulher na indústria. In: COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). UMA QUESTÃO DE GÊNERO. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p. 266-288.
- ROMANI, Jacqueline Pitanguy de. Mulher: natureza e sociedade. In: LUZ, Madel (orgl) O LUGAR DA MULHER. (Estudos sobre a condição feminina na sociedade atual) Rio de Janeiro: Graal, 1982. p. 59-71.
- ROMANO, Jroge Osvaldo. Poder, Valores e Conflito nos processos de Organização no interior dos assentamentos. Comentários a um debate. In: MEDEIROS, Leonilde ... et all. ASSENTAMENTOS RURAIS: uma visão multidisciplinar. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994. p. 249-258.
- ROSALDO, Michelle Zimbalist e LAMPHERE, Louise (orgs.) A MULHER, A CULTURA E A SOCIEDADE. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- SCHERER-WARREN, Ilse. REDES DE MOVIMENTOS SOCIAIS. Coleção Estudos Brasileiros. São Paulo: Edições Loyola, 1993.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria para análise histórica (Tradução de Cristine R. Dabat e Maria Betânia Ávila) Recife: SOS CORPO, 1991. mimeo.
- SILVA, José GRAZIANO da. PARA ENTENDER O PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA. São Paulo: Brasiliense, 1985.

- SOIHET, Raquel. ENFOQUES FEMINISAS E A HISTÓRIA: Desafios e Perspectivas. ANPU H, XVIII Simpósio Nacional de História, 1995. Recife-PE. mimeo.
- SORJ, Bila. O Feminismo na encruzilhada da Modernidade e pós-modernidade. In: COSTA, Albertina e BRUSCHINI, Cristina (orgs). UMA QUESTÃO DE GÊNERO. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p. 15-23.
- STÉDILE, João Pedro (org.) A QUESTÃO AGRÁRIA HOJE. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1994.
- TEIXEIRA, Zuleide Araújo (org.) PERSPECTIVA DE GÊNERO NA PRODUÇÃO RURAL. Estudos de Política Agrícola. IPEA, 1994.
- THIOLLENT, Michel. Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária. São Paulo: Ed. Polis, 1980.
- \_\_\_\_\_. Notas para o debate sobre pesquisa-ação. Serviço Social e Sociedade, (10), São Paulo: Cortez, dez., 1982.
- \_\_\_\_\_. METODOLOGIA DA PESQUISA-AÇÃO. São Paulo: Cortez, 1985.
- VIEZZER, Moema. O PROBLEMA NÃO ESTÁ NA MULHER. São Paulo: Cortez, 1989.
- VILANOVA, Mercedes. Pensar a subjetividade - estatísticas e fontes orais. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). HISTÓRIA ORAL DE MULTIDISCIPLINARIDADE. Rio de Janeiro: Diadorim/FINEP, 1994. p. 45-73.



ANEXOS



## ANEXO 1

### ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

#### DADOS BÁSICOS

- Nome, data e local de nascimento
- Estado civil
- Escolaridade
- Posição na família

#### ANTES DO ASSENTAMENTO

- Onde morou/sempe morou nesse lugar
- Atividades que desenvolvia (trabalho diário)/divisão das tarefas
- Atividades de lazer
- Dados sobre a família

-----

- Que vivência tinha de movimentos organizados (associação; sindicato, cooperativa, etc.)
- Como tomou conhecimento do movimento
- Como se integrou a ele
- Porque participou
- Qual a idéia que tinha de um assentamento? (Já conhecia? Já tinha ouvido falar como era? Conhecia algum assentado?)
- Comparação com hoje

## OCUPAÇÃO/RESISTÊNCIA

- Como chegou ao local?
- Descrever a ocupação e a resistência
- Maiores dificuldades nesse processo
- Atividades que executava durante o processo
- Como era a participação das mulheres, crianças e dos homens na ocupação?
- Havia diferenças entre atividades desenvolvidas por homens e mulheres?
- E nas decisões?
- Comparação com hoje.

## ASSENTAMENTO/HOJE

- Quais as tarefas de seu dia a dia?
- Quais as dificuldades que enfrenta para o desenvolvimento dessas tarefas?
- Que gosta de fazer além destas atividades?
- O que gostaria de fazer no seu dia-a-dia?
- O que gosta de fazer no cotidiano do assentamento?
- Executa alguma atividade fora do assentamento?
- Como você vê o trabalho do seu companheiro no assentamento?

-----

- Como você vê a participação das mulheres e dos homens no dia-a-dia do assentamento?
- Como se dividem hoje as atividades entre homens e mulheres? Por que?
- Quais as atividades (setores) onde não há a participação das mulheres e dos homens?

- Que melhorias puderam ser feitas no assentamento para facilitar as tarefas diárias?

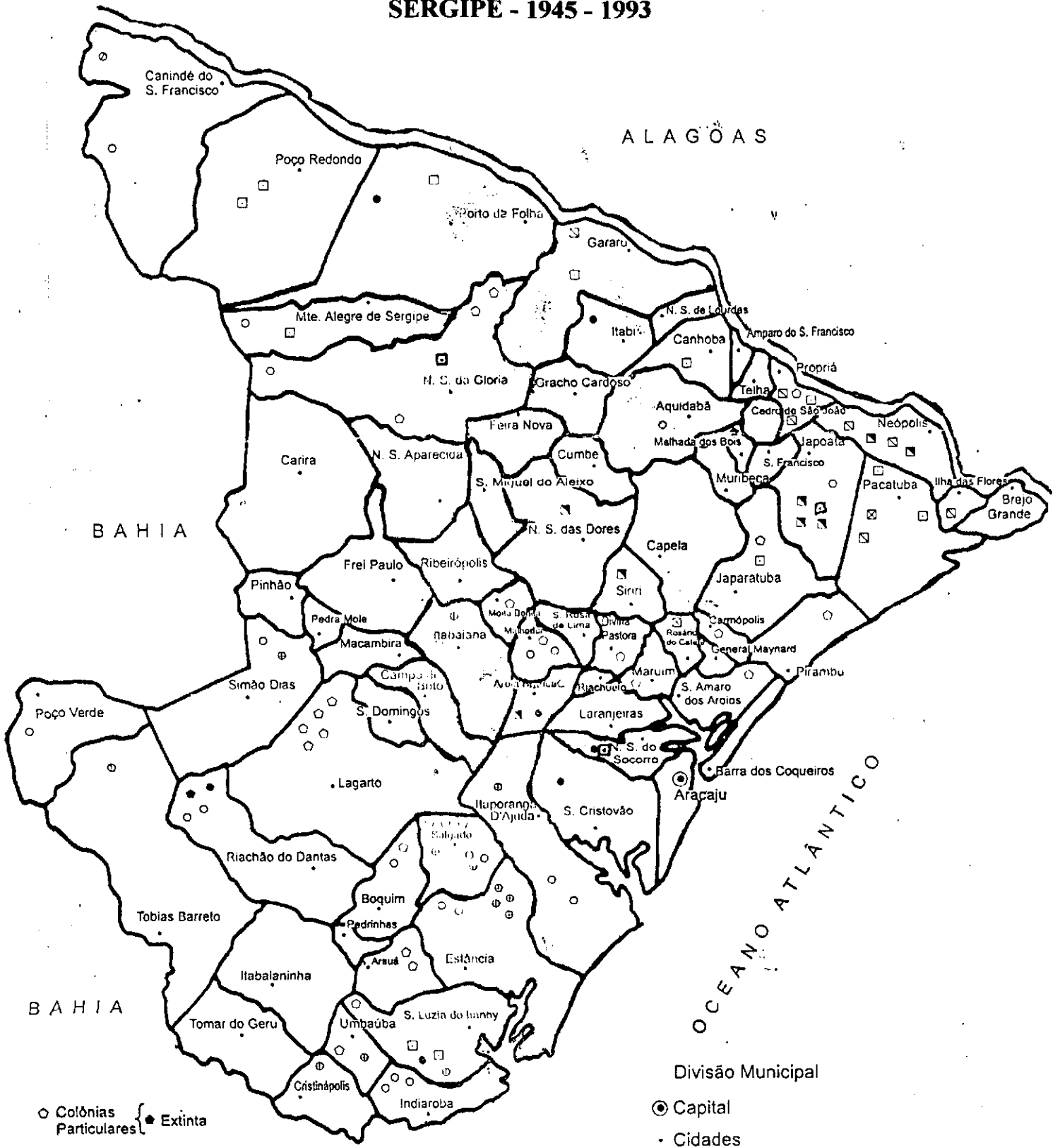
-----

- Quais as atividades ligadas à associação você participa? E o seu companheiro?
- Como você vê (analisa) a participação das assentadas no trabalho diário e nos assuntos da associação e do MST?
- Já exerceu algum cargo na associação?
- Quando participa é com opinião e voto?
- É sócia?
- Acha importante a participação das mulheres na associação?
- Atualmente, muitas mulheres participam?
- E as mulheres no movimento? Você participaria?
- O que deve ser mudado para melhorar a vida das pessoas no assentamento?
- Qual a opinião que você acha que seu companheiro (filhos) têm das atividades que você executa?
- Comparação com o passado.
- Quais são seus sonhos?



## ANEXO 2

### ASSENTAMENTOS DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS EM SERGIPE - 1945 - 1993



○ Colônias Particulares { ● Extinta

○ Colônias Estaduais { ○ Perímetro Irrigado  
○ Emancipada  
● Extinta

□ Assentamentos Federais { □ Perímetro Irrigado  
□ Colônia  
□ PA / Reforma Agrária  
- Colônia Emancipada

FONTE: INCRA

SEM-TERRA SERGIPOS

Governo financia experiência socialista
Famílias assentadas pelo Inca em Nossa Senhora do Socorro (SE) dividem lucro e trabalho na terra coletivamente

CARLOS EDUARDO ALVES
Enviado especial de Sergipe

O governo federal está financiando em Sergipe um projeto inovador de reforma agrária...

O projeto do "socialismo sergipiano" desenvolve-se na fazenda Quissamã, no município de Nossa Senhora do Socorro...

A terra pertence à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária e a sua estação de pesquisa estava desativada e abandonada desde antes da primeira instalação do MST em 91.

O Inca (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) comprou a área...

Todos os trabalhadores do projeto são divididos por áreas de especialização (grupos para cuidar do...

Sirene protege contra os furtos

Do enviado especial

A fazenda Quissamã é cercada na periferia de Aracaju. A proximidade com a estrada das fazendas vizinhas levou os sem-terra a adotar um esquema de vigilância noturna com o uso de sirenes.

Em sistema de rodízio, todas as noites dois jovens são encarregados de rondar áreas próximas do curral e dos três aviários para impedir o furto de gado, principalmente...

Quando vierem à noite, as "guardas" acendem uma sirene que é ouvida em todas as 27 casas da fazenda. Os moradores são orientados a sair de casa para espantar os "invasores".

"Se boiatar, o pessoal da fazenda ouba mesmo", diz Celso do Nascimento, 44, um ex-pescador que hoje preside formalmente a associação que decide os assuntos da fazenda coletiva.

O medo do prejuízo forçou a direção do local a decidir que nenhum boiouro pode dormir fora do curral. No fim da tarde os animais são recolhidos e trancados.

O medo da invasão de vizinhos não é, no entanto, a maior dificuldade do projeto. Mesmo com a pregação do MST a favor do trabalho coletivo, há a resistência do campo nos moradores ao sistema.

Desde que o projeto foi implantado, cerca de 30% das famílias não se adaptaram e foram transferidas pelo Inca para assentamentos individuais.

A falta de uma solução rápida para os sonos mínimos de coabitação (como coque para cozinha e pedaleira, por exemplo) tem causado conflitos. Entre as 37 famílias que estão na fazenda Quissamã, ainda há restrições à coabitação.

"Existe quem no fim-de-semana prefere pescar caranguejo, ganhar R\$ 15, comprar uma garrafa de cachaca e abandonar o trabalho aqui, mas é uma minoria", afirma o líder João Somarin Daniel.

Alguns dos assentados são fanáticos pela palavra coletiva, embora seja difícil explicar o fascínio.

"Sempre tive o sonho de um projeto coletivo e diferente", declara, por exemplo, Jailton Bispo da Silva, 26. Silva era trabalhador rural sem vínculo empregatício na cidade de Lagarto (SE) antes de trabalhar na Quissamã.

"Existe uma resistência cultural ao coletivo. Nem uma força organizada como o MST é capaz de eliminar totalmente esse problema", diz o superintendente da área em Sergipe, João Bosco de Andrade Lima Filho.

Os problemas do cotidiano, como brigas entre vizinhos, são resolvidos na assembleia quinzenal do assentamento. O gosto por reuniões, aliás, é uma das características mais evidentes na Quissamã.

Reune-se para tudo: definir tarifas e sua distribuição, destino do dinheiro, onde pedir recursos etc. "Desorganizadas o MST sabe como trabalhar a cabeça do povo", acha Nascimento.

Outro problema é a falta de saneamento básico. Não há perspectiva de solução a curto prazo.

A proximidade dos trabalhadores é compensada a liberação de R\$ 22 mil para reformar a rede de energia elétrica e, assim, ampliar as mo-

gado, do arroz etc.) e têm suas horas de trabalho contadas por um coordenador.

No final do mês, tudo que é produzido, e o eventual lucro, é dividido de acordo com a participação de cada um.

"A forma mais avançada de um assentamento é a coletiva", diz João Somarin Daniel, 27, um cas-

nense que foi enviado pelo MST a Sergipe para comandar as "ocupações" — os sem-terra rejeitam o uso da palavra invasão para definir suas ações.

O Inca também apostou no trabalho coletivo na Quissamã. Mas por um motivo mais pragmático: medo de que, se a área fosse explorada em lotes individuais, alguns

assentados vendessem a terra. "O projeto tem tudo para dar certo, mas existe o perigo de alguém ceder a especulação imobiliária por causa da proximidade da capital do Estado", afirma João Bosco de Andrade Lima Filho, superintendente do Inca em Sergipe.

Em 94, o Inca e outros órgãos governamentais investiram cerca

de R\$ 105 mil na fazenda. A experiência coletiva no Nordeste brasileiro tem atraído entidades estrangeiras.

A fundo perdido, a fazenda dividida pelo MST já recebeu pelo menos US\$ 80 mil, principalmente da Itália e dos Estados Unidos.

A ajuda, no entanto, não entra no bolso dos trabalhadores. Quase todos é destinado a investimento. A fazenda tem hoje cerca de 200 cabeças de gado (leite e de corte), 17 mil aves (frango) e, em dezembro, a meta é chegar a possuir 20 mil kg de carne suína.

Carne todos os dias

Os trabalhadores não pagam aluguel e energia elétrica. Quase todas as casas têm TV e em algumas existem pedaleiras. A produção local assegura que cada família tenha carne pelo menos uma vez por semana, além da cota diária de dois litros de leite.

Esses indicadores (acima da média no Brasil), porém, não mostram os problemas causados pela falta de dinheiro imediato. Quando há a retirada, cada família fica com no máximo R\$ 40 por mês.

"A cultura do trabalhador que nunca leve terra e agora tem é que é necessário esquecer logo, mas a conscientização serve para explicar a necessidade de investir na fazenda", declara Daniel.

O líder acha que, com o aumento da produção, dentro de um ano, cada família vai poder retirar R\$ 200 mensalmente.

Líder não descarta a luta armada

Do enviado especial

Um ex-eminente que acha difícil conseguir mudanças sociais pela via pacífica e o líder da experiência socialista na fazenda Quissamã.

"Não é possível descartar a luta armada porque acho que a elite brasileira nunca vai ser socialmente democrata", afirma João Somarin Daniel, 27.

Quando, pai de um filho, ele já participou da luta pela terra em Santa Catarina, Mato Grosso e Sergipe. É filho de um pequeno proprietário rural, cristão, detentor dos "arquivos" do regime cultural, mas não de privilégios econômicos.

Nos últimos anos, assentamentos não é só para comer o que se conseguiu aqui. É também para disputar e ganhar mercado.

Seu discurso ideológico é claro: "Sou socialista porque o sistema daqui é injusto", diz Heibel, mesmo assim ele mantém uma postura pragmática.

Na análise de Daniel o MST tornou-se "menos radical ao perceber que, mais país com população cada vez mais urbana, seria impossível fazer transformações sociais contando apenas com suas próprias forças.

O pragmatismo do assentado cataramense, que quando não está "articulado" politicamente também cobra tarifas na Quissamã, é revelado quando comenta os limites das alianças do MST.

"Acabei a aliança econômica com o PT. Eles (PT) são serenos, mas também existe gente comprometida com a reforma agrária até no PMDB", declara. O tipo de cultura do cataramense e elogiado até por potenciais aliados.

Vizinhos de algumas invasões são mandados por Daniel na sede do Inca, o superintendente Lima Filho destaca o "preparo" do dirigente. "O Daniel é muito hábil e organizado. Ele sabe conduzir os trabalhadores e organizá-los", acha.

Profissionalizado no MST com salário não-revelado, o líder admitiu que o eventual sucesso da experiência coletiva deverá em parte ser creditado para a boa infraestrutura deixada pela Empresa.

Os sem-terra herdaram 13 casas de tijolo, além de benfeitorias, móveis comuns em assentamentos, comunal, cerca etc. "Isso facilita, mas nós recuperamos boa parte do que estava esgarçado", diz.



Trabalhadoras da fazenda Quissamã gritam palavras de ordem no curso de conscientização política do assentamento.

Fazenda tem curso de formação política

Do enviado especial

A formação política de militantes é uma marca do trabalho do MST na fazenda Quissamã. O local tornou-se um centro de referência para o movimento em todo o Nordeste.

Na última sexta-feira, por exemplo, encerraram-se mais um "Curso Propedagógico e Integrado à Produção". Começou em 23 de abril e reuniu no final 37 filhos de assentados em sete Estados.

Além de aulas práticas sobre o trabalho na agricultura, os jovens assentados tiveram uma bateria de informações sobre a "verdadeira situação do país".

Dilei Aparecida Schochett, casamente de 28 anos que mora em Pernambuco, foi uma das coordenadoras do curso. "Aqui eles são conscientizados da importância da reforma agrária", diz.

Na última quinta-feira, a aula de "conscientização" consistiu em três perguntas para a classe com 16 jovens ainda em processo de alfabetização: como é a distribuição da terra no país, quais as consequências da falta de reforma agrária e o que é a divisão da terra cataramense.

Com muita dificuldade de articulação verbal, a maioria dos alunos não escapou dos dados destrutivos e de respostas maniqueístas.

O esforço para formar militantes pela reforma agrária muitas vezes não é suficiente para segurar na fazenda os jovens e ecolibros pelo MST para a "capacitação". Das 51 pessoas que iniciaram o

curso, só 37 o concluíram. Entre os "formandos", três mulheres. "O tempo das vezes não se adapta ao estudo, e a cultura local dificulta a adaptação de mulheres para o curso", diz a professora Dilei.

Além disso, a "catequese" política do MST faz o trabalho diário de acompanhamento escolar das crianças da fazenda. Nenhuma criança pode ficar longe da escola oficial que existe no assentamento.

Os adultos alfabetizados também são aconselhados a aderir ao curso especial de alfabetização. Muitas atividades educacionais têm a participação de professores da Universidade Federal de Sergipe.

para ao injeção perfil agrário. Vídeos e slides estão entre os recursos utilizados nos aulas. Juntos com aulas práticas de formação política, os alfabetizados são obrigados a um turno extra, para aprender a ler e escrever.

Na parte destinada à discussão dos problemas do país, professores ensinaram-se em temas como Mercosul — "que vai prejudicar os agricultores brasileiros" —, reforma constitucional e dívida externa.

O esforço para formar militantes pela reforma agrária muitas vezes não é suficiente para segurar na fazenda os jovens e ecolibros pelo MST para a "capacitação". Das 51 pessoas que iniciaram o



JOSÉ CÍCERO

Meu nome não saber explicar razoavelmente o significado do termo neoliberalismo, José Cícero de Lima, 23, o repete incessantemente ao analisar o governo FHC.

"Esse governo não quer nada com a reforma agrária. Só quer saber de neoliberalismo e desta reforma", afirma o jovem de Barra de Guabiruba (PE), que estudou pelo menos dez vezes a fazer a reforma agrária, afirma. Sem explicar como se dá a reforma agrária, afirma. Sem explicar como se dá a reforma agrária, afirma. Sem explicar como se dá a reforma agrária, afirma.



MAURO

O alagoano Mauro Luciano da Silva, 27, começou a alfabetização durante o curso na fazenda Quissamã. É um entusiasmado militante dos sem-terra. "Se não fosse pelo MST, a luta por vida digna seria mais difícil", diz.

Mauro tem o discurso típico do militante. A dificuldade de articulação verbal é superada pela liderança que exerce no grupo de alunos do curso.

"No lugar em que nasci, em Alagoas, não tinha escola, e só agora estou aprendendo um pouco", afirma Mauro e cético em relação ao governo FHC, assim como todos os seus colegas.

"Nada mudou nada e nem vai mudar. O governo não liga para reformar a educação, nem para resolver o



ALDECI

Depois de ouvir no curso as críticas às privatizações, o prologador Aldeci Barbosa Souza, 19, tem o discurso na ponta da língua.

"O governo vendeu o país por completo. Entregou um patrimônio nosso como a Península", acha.

Aldeci estudou até a 5ª série. Diz que já passou fome com sua família e, por isso, elige o fim do desemprego como prioridade para qualquer governo.

Ele também não se conforma com recursos furtos por camponeses ao projeto da fazenda coletiva. "Muita gente que fala que quer a reforma agrária é contra o trabalho coletivo", reclama.

Ele vai continuar em seu assentamento, mas não tem certeza de manter o centro da estabilidade da reforma agrária. "Não não resolve o



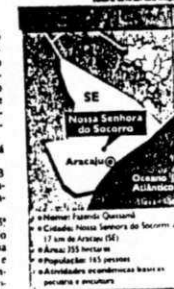
JOSÉ JANUÁRIO

A miséria de uma fazenda no bairro paulista do Moaumbi levou de volta para a Paraíba o ex-servente de pedreiro José Januário Sobrinho, 26. Assentado em seu Estado natal, José acha que a solução da crise econômica passará obrigatoriamente pelo não-pagamento da dívida externa.

"Essa dívida já foi paga há muito tempo", declara.

Para ele, o governo do PSDB não fará a reforma agrária. "É tudo igual aos outros governos. E a reforma do mesmo saco".

Quando José estudou até a 5ª série e não lamenta ter deixado São Paulo depois de 15 anos na cidade. "Eu tenho a minha vida e não tenho preocupação de encontrar um trabalho na minha frente, e



Mapa da localização da fazenda Quissamã em Nossa Senhora do Socorro, Sergipe.